

A geografia social no Rio de Janeiro: 1960

Fred B. Morris

Dissertação apresentada ao Corpo Docente da
Divisão de Ciências Sociais, em candidatura a
graduação em Master de Artes. Universidade de
Chicago. Chicago. Illinois, maio de 1970

INTRODUÇÃO

Este estudo procura trazer uma contribuição ao crescente cabedal de conhecimentos sobre a maneira pela qual as cidades crescem e se desenvolvem e de como as características físicas e as forças sociais, econômicas e políticas afetam tal crescimento e desenvolvimento. O estudo de uma importante metrópole latino-americana pode somar-se esperançosamente às tentativas até hoje relativamente limitadas de perquirição cultural do desenvolvimento urbano.

A metodologia da *ecologia fatorial*¹ tem sido utilizada desde a década de 1940 como uma técnica para a análise das áreas urbanas. A *ecologia* foi originalmente utilizada pelos biólogos ao descreverem a interação entre as plantas e o meio-ambiente. Na década de 1920 os sociólogos e os geógrafos apoderaram-se do termo para uso no estudo

1 A parte que segue, sobre o desenvolvimento da ecologia fatorial, está baseada parcialmente em uma série de conferências (Urban Studies 371) proferidas por Brian J. L. Berry na Universidade de Chicago, Inverno de 1969 e em um sumário similar de autoria de Brian J. L. Berry e Philip H. Rees, "A Ecologia Fatorial de Calcutta" (Documento não publicado, Centro de Estudos Urbanos, Universidade de Chicago, 1969).

da interação dos homens com o meio ambiente, tanto fisicamente como socialmente. Roberts E. Park e Ernest W. Burgess, na Universidade de Chicago, começaram a empregar conceitos ecológicos como meios de ver as cidades, examinando o interrelacionamento entre o homem, a sociedade e meio ambiente total urbano.

Em 1936 Park publicou seu ensaio, "Ecologia Humana"² no qual estabelecia analogias específicas com a ecologia das plantas e discutia o conceito de competição entre grupos. Burgess, seguindo o mesmo conceito, via as cidades como uma série de círculos concêntricos em expansão, invadindo o interior, com o "uso da terra" e princípio-guia. Os dados sociais foram marcados e vizinhanças racial e economicamente homogêneas foram consideradas como a unidade básica do sistema urbano ecológico.

Uma segunda corrente de estudos explorou o desenvolvimento de certas "áreas naturais" tais como a "Costa de Ouro" de Chicago e seus vizinhos bairros pobres.³ Os Ducans procuraram unir algumas das lacunas entre as duas correntes com seus estudos de sucessão na habitação.⁴

Muitos problemas afligiram esses teóricos como, por exemplo, a observação embaraçosa de que as zonas não eram quase tão bem delimitadas e tão bem definidas quanto se esperava. A descoberta de vizinhanças heterogêneas tanto quanto vizinhanças homogêneas constituía um quebra-cabeças. As tentativas de identificar grupos através de supostas características do grupo levou a um tipo de processo de raciocínio vicioso e deu, como resultado, "tipos ideais" que freqüentemente não correspondiam à realidade do mundo de cada dia. Oscar Lewis salientou que as tentativas para discriminar as "Sociedades do Campo" das "Sociedades Urbanas" eram obstaculizadas pela persistência de características "do campo" nas cidades e a presença de tipos "urbanos" nas áreas rurais.⁵

Isto conduziu a uma tentativa de compreender a cidade através do exame das variáveis que afetam a escolha da residência. Foi dada ênfase à decisão individual e ao contexto dentro do qual essa decisão é tomada. Isto, por sua vez, requereu uma análise da maneira pela qual as decisões institucionais (tomadas pelo governo, por grupos interessados p. ex. corretores etc. . .) afetam e restringem essas escolhas individuais. Schnore, por exemplo, seguiu a linha de pensamento de Burgess⁶ e viu os círculos concêntricos construírem o padrão da invasão e sucessão da cidade, com o *status* social aumentando com a distância do centro da cidade. Hoyt estudou os valores da terra⁷ e observou que o *status* podia ser traçado em padrões radiais e não em círculos concêntricos.

2 Robert E. Park, "Ecologia Humana," *American Journal of Sociology*, XLII (Julho de 1936), 1-15.

3 Harvey N. Zorbaugh, "As Áreas Naturais da Cidade", Publicações da American Sociological Society, XX (1926). 188-197

4 Otis D. Duncan and Beverly Duncan, *A população Negra de Chicago* (Chicago: Imprensa da Universidade de Chicago, 1957).

5 Oscar Lewis, "Observações Adicionais sobre o continuum" Campo Urbano e a Urbanização com referência especial à cidade do México". Parte A do capítulo XII em "Um Estudo de Urbanização. Ed. Philip M. Hauser e Leo F. Schnore (New York: John Wiley and Sons, Inc., 1965).

6 Leo F. Schnore, *A Cena Urbana* (Nova York: Free Press, 1965).

7 Homer Hoyt, *Cem anos de Valores de Terra em Chicago* (Chicago: Imprensa da Universidade de Chicago, 1933).

Neste ponto o assunto permaneceu por certo período de tempo, com a teoria do círculo concêntrico e a teoria do setor, ambas “explicando tudo”.

O passo importante seguinte na evolução da ecologia urbana foi o desenvolvimento da técnica que posteriormente veio a ser chamada de *ecologia fatorial*. Em 1949, Eshref Shevsky e Marianne Williams publicaram *As Áreas Sociais de Los Angeles: Análise e Tipologia*⁸ iniciando o trabalho que veio a ser conhecido como análise de área social. Em 1953, Wendell Bell contribuiu com seu artigo “As Áreas Sociais da Região da Baía de São Francisco” na *American Sociological Review*.⁹ Então, em 1955, Bell e Shevsky colaboraram no trabalho *Análise de Área Social: Teoria Ilustrativa, Aplicação e Processos de Computação*.¹⁰

O cerne deste trabalho é o conceito de que as populações urbanas são diferenciadas por três conceitos que Shevsky denominou de *Posição social, urbanização e segregação*. Na análise, a cada conceito é atribuído um índice baseado em uma a três variáveis censitárias que indicam a posição de uma zona censitária nas escalas dos “status” econômico, familiar e étnico.

Houve, naturalmente, renhido debate sobre a validade desta metodologia, com algumas dúvidas sobre a base teórica e o método de dimensionamento dos fatores. A técnica foi aplicada a número de cidades, algumas das quais estavam conformes aos conceitos propostos, outras não. A discussão continua enquanto o método é burilado e aplicado a outras cidades.

Hoje em dia, “ecologia fatorial” é o termo empregado para caracterizar estudos concernentes à aplicação da análise fatorial a estudos ecológicos. Uma matriz de dados é analisada contendo medidas de m variáveis para cada uma das n unidades de observação (zonas censitárias bairros, . . .), com o intuito de (1) identificar e resumir as formas comuns de variabilidade das m variáveis a um pequeno número de dimensões r , independentes que adicionalmente reproduzem esta variância e, (2) examinando os padrões dos escores de cada uma das n unidades de observação em cada uma das dimensões r . As dimensões isoladas são um resultado objetivo da análise. A *interpretação* das dimensões (fatores) depende da natureza das variáveis usadas na análise e do corpo do conceito ou teoria que é utilizada. A teoria fornece ao pesquisador um conjunto de probabilidades com relação à estrutura do fator que podem ser comparadas ao conjunto real de fatores produzidos.¹¹

Nas cidades americanas os resultados têm sido notavelmente uniformes na confirmação das hipóteses originais de Shevsky sobre o *status* socioeconômico, familiar e étnico. Para tais cidades, o *status* socioeconômico varia por setor (Hoyt); o estágio no ciclo de vida (*status* familiar) segue o padrão de círculo concêntrico (Burgess) e as variáveis

8 Eshref Shevsky e Marianne Williams, *As áreas Sociais de Los Angeles: Análise e Tipologia* (Berkeley e Los Angeles: Imprensa da Universidade da Califórnia, 1949).

9 Wendell Bell “As Áreas Sociais da Baía de São Francisco” *American Sociological Review* XVIII (Fevereiro, 1953) 39-47.

10 Eshref Shevsky and Wendell Bell *Análise de Área Social: Teoria, Aplicação Ilustrativa e Processos de Computação* (Stanford: Imprensa da Universidade de Stanford, 1955).

11 Berry and Rees, “Calcutta”, pág. 9.

do *status* étnico mostram a formação de aglomerados étnicos na área metropolitana.

Até hoje cerca de cinquenta e quatro ecologias fatoriais de cidades foram feitas. Trinta e sete delas são de cidades americanas, três australianas, nove na Grã-Bretanha, cinco no Canadá, uma na Dinamarca e uma na Finlândia. Fora da área da América do Norte e da Europa do Norte (incluindo-se a Austrália por seus laços históricos e culturais) foi feito um estudo para o Egito, seis na Índia e o presente estudo de uma cidade Latino-Americana.¹²

Algumas indagações importantes foram feitas a respeito da utilização da análise fatorial na ecologia urbana. Rees observa que alguns poderiam ver os fatores que emergem, como tendo uma significação *causal*. Um emprego mais modesto do método é o de considerar os fatores como “*descrições concisas* de padrões de associação de atributos através de observações”. Assim, a análise fatorial pode ser utilizada como “uma técnica exploratória ao nível descritivo aparentada ao escalonamento multidimensional de matrizes de dados contendo dados ordinais.” A análise fatorial foi muitas vezes utilizada para gerar hipóteses, devido à falta de um corpo adequado de teoria, mais do que para *testar* hipóteses.

Um problema sério é o de que “uma explicação pode usualmente ser formulada para muitos tipos de estruturas fatoriais, e se a análise for confiada inteiramente à análise fatorial, não haverá verificação da exatidão da interpretação”.¹³ Isto pode facilmente levar a grandes distorções da realidade presente em qualquer cidade.¹⁴

Este trabalho procura utilizar a análise fatorial como uma ferramenta, na compreensão da ecologia humana da cidade do Rio de Janeiro. Para dispor os resultados deste instrumento em uma perspectiva válida, dá-se inicialmente atenção especial às formas gerais de desenvolvimento das cidades luso-brasileiras e daí à forma geral de desenvolvimento urbano do Rio. As análises fatoriais são estudos para proporcionar uma introspecção adicional na ecologia humana da cidade, em 1960, sendo também feitas tentativas de interpretação. Sugerem-se algumas conclusões e indicam-se áreas de estudos posteriores.

Algumas restrições sérias foram levantadas acerca dos resultados da análise fatorial no que se refere à natureza dos dados disponíveis. As variáveis relativas à raça, por exemplo, embora disponíveis para a cidade em seu todo, não estavam discriminadas pelas unidades de censo e, desta forma, não poderiam ser usadas na análise fatorial. Isto também vale para as informações sobre rendas e rendimentos. A importância de tais inadequações dos dados para a análise fatorial torna-se aparente quando os fatores que dela resultam são examinados e interpretados.

12 Philip H. Rees, “Ecologia Fatorial: Uma definição extensiva, Pesquisa e Crítica de Campo” (Trabalho não publicado, apresentado no Congresso da União Geográfica Internacional Comissão dos Métodos Quantitativos em Ann Arbor, Michigan 8-10 Agosto de 1969) Quadro I, 28-29.

13 *Ibid*, página 5.

14 Como será visto abaixo, uma análise fatorial típica do Rio, baseada nos dados do censo nos bairros, revela uma solução trifatorial claramente definida do “status” socioeconômico, do ciclo de vida e do fator de migração interna. Mas o conhecimento de primeira-mão da cidade, decorrente de o autor lá haver vivido por vários anos, tornou claro que isto não é uma aproximação apurada da ecologia do Rio e, portanto, três análises fatoriais adicionais foram efetuadas. Também a falta de dados concernentes aos aspectos étnicos do Rio tornou impossível o aparecimento de um “fator étnico” na análise, embora outras pesquisas mostrem claramente que a raça é um elemento importante na ecologia do Rio, (ver Capítulo VI a seguir).

CAPÍTULO II

O SISTEMA URBANO BRASILEIRO ¹

Os Portugueses descobriram o Brasil em 1500 mas, em razão de seu pequeno número e das suas atividades na África e na Ásia, não puderam dar a devida atenção ao Brasil durante cerca de duzentos anos. Para alguns deles, entretanto, a nova descoberta tinha grande valor econômico e o *bau-brasil*, que deu à colônia o seu nome, tornou-se logo a base de aventuras comerciais acompanhado pela cultura do açúcar trazida da Ilha da Madeira.

Algumas pessoas selecionadas (donatários) foram agraciadas com capitânias, faixas de território, na costa, nunca menores do que trinta léguas, desde o Cabo São Roque até a Lagoa dos Patos. Cada donatário obrigava-se a fundar pelo menos um centro urbano para o controle de seu território. O desenvolvimento desse território deveria ser feito às expensas do próprio donatário e a Coroa deveria receber uma parcela dos benefícios comerciais. A grande maioria das Capitânias, entretanto, constituíram-se em fracasso. Apenas São Vicente, no Sul, e Pernambuco, no Norte, prosperaram. Contudo, um sistema de cidades sob o controle do governo central desenvolveu-se ao longo da costa e um crescente controle colonial central após a metade do século XVI conduziu à penetração do continente a partir de quatro pontos principais: Bahia, Pernambuco, São Paulo e Belém. ²

A penetração das baixadas do Amazonas a partir de Belém foi sobretudo uma tentativa de manter a costa Atlântica livre dos franceses e holandeses e de exploração do interior. Posteriormente chegaram os jesuítas para a evangelização dos índios. Embora houvesse considerável intercâmbio com a parte meridional do Brasil, a administração dessa área era feita diretamente de Lisboa e a mesma era considerada uma colônia separada.

Após a fundação de numerosas coloniais na costa, o interior do Nordeste foi, a princípio, penetrado por mulatos e mamelucos (cruzamentos com portugueses e ameríndios). Escravos negros haviam sido trazidos de Portugal e da África para trabalhar nos engenhos de cana que haviam surgido ao longo da costa. Uma hierarquia socioespacial muito estrita, segundo os padrões coloniais portugueses, ³ havia sido transplantada. Alguns dos "outros estrangeiros" da elite social colonial abrangiam Judeus e "Novos Cristãos" expulsos de Portugal pela Inquisição. No interior desenvolveu-se a criação de gado e embora os proprietários de grandes fazendas tivessem uma orientação rural primária formavam eles a princípio parte da elite urbana. ⁴

Como será mostrado, a seguir, durante aquela fase o Rio foi, sobretudo, uma instalação naval e por esse motivo houve pouca expansão colonial a partir daquela cidade.

1 Vide Gerald F. Pyle, "Acesso à Compreensão das Raízes Urbanas do Brasil" (trabalho não publicado apresentado na Conferência Nacional dos Geógrafos Latino-Americanos na Universidade de Ball, Muncie, Indiana, 30 de Abril — 3 de Maio de 1970).

2 Pedro Muralho, *Portugal no Brasil* (Lisboa: Tipographia Luso-Gráfica, n.d. 85-118).

3 Pyle "Acessos" página 2-4.

4 Rollie E. Poppino. *Brasil, A terra e o povo* (New York: Imprensa da Universidade de Oxford, 1968).

Mais para o sul, a área de São Paulo ia desenvolvendo uma cultura brasileira única, que viria a ter uma influência duradoura no desenvolvimento do Brasil.⁵ Estabelecida inicialmente sob a forma de uma vila missionária Jesuíta, tornou-se rapidamente o centro da penetração para o interior, embora a sua importância como centro urbano não tenha sido muito grande até o século XX. Contudo, sua estratificação social desenvolveu-se de maneira ainda não vista nas áreas de colonização portuguesa. A colônia estava isolada das áreas mais importantes de desenvolvimento e muitos dos primeiros colonizadores eram portugueses pobres. Pouco numerosos, miscigenaram-se com os tupis, e formou-se assim a cultura bandeirante (pioneiros). De natureza igualitária, esta sociedade enriqueceu-se com a captura e comércio de escravos ameríndios utilizados para os trabalhos na agricultura e criação de gado. Grupos errantes de paulistas penetraram no sertão de São Paulo até Belém e até as áreas do alto Amazonas. Vestiam-se com trajes Tupis modificados e falavam uma linguagem híbrida. Embora tenham os bandeirantes pouco modificado a terra, eles prepararam o caminho para as futuras colônias do interior. O esforço colonizador de São Paulo combinou-se com o da Bahia e Lisboa para estabelecer o núcleo colonial do Sul.

A perda da maioria de suas possessões da Ásia Oriental conjugada com a descoberta de ouro e diamante na Área de Minas Gerais deram ensejo a um novo ímpeto de colonização por parte dos portugueses no Brasil. Durante o período de 1700 a 1822, o Rio de Janeiro tornou-se o centro colonial do Brasil. O interior foi penetrado a partir do Rio e de São Paulo. Na Europa, os portugueses voltaram a assumir suas posições de riqueza e, durante a Era Napoleônica, o Rio tornou-se a capital do Império Português.

Após a Independência (1822), a proliferação de colônias importantes no Brasil pode ser compreendida com o resultado de três tendências de desenvolvimento: 1) uma expansão colonial; 2) transformação dos padrões coloniais e 3) a revolução industrial.⁶ A extensão colonial que abrangeu a maior parte da primeira metade do século XIX, caracterizou-se por uma exploração econômica primária, canalizada através dos principais centros urbanos. Depois de 1822, algumas colônias alemãs estabeleceram-se ao sul de São Paulo. Durante o período de transição colonial cresceram-se ao desenvolvimento do sistema urbano novos elementos. Perto do final do século XIX, os produtos brasileiros (café, borracha, açúcar) gozavam de grande demanda nos mercados da Europa. Grande número de italianos, portugueses e espanhóis emigraram para o Brasil e contribuíram para dar um sabor cosmopolita às cidades principais. No Sudeste, alemães da segunda geração começaram a espalhar-se através do País. O interior, a partir dos arrabaldes de São Paulo, até o Nordeste, foi marcado por novos povoados. A Revolução Industrial veio para o Brasil durante e após a Primeira Guerra Mundial e muitas cidades, sobretudo São Paulo, iriam tornar-se modernos centros urbanos industriais.⁷

5 Preston James, *América Latina* (New York: Odissey Press, 1959) 382-554.

6 Pedro Pinchas Geiger, *Evolução da Rede Urbana Brasileira* (Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, 1963).

7 São Paulo mostrou, talvez, o mais notável crescimento urbano da história humana, passando de um grande povoado de 22.000 habitantes, em 1870, a uma metrópole de mais de seis milhões, um século depois, possuindo o maior parque industrial da América Latina.

A infra-estrutura colonial luso-brasileiro dos portos da costa e das cidades mineiras do interior combinou-se como o desenvolvimento industrial brasileiro subsequente para formar o sistema urbano atual. Berry sugeriu métodos para a análise dos sistemas urbanos em geral e para o teste dos relacionamentos entre as dimensões da cidade e seu desenvolvimento econômico. Tais métodos podem ser aplicados às cidades brasileiras.⁸

Se o tamanho e a posição de uma cidade são marcados e comparados um com o outro em papel duplo-logarítmico, a linha de regressão resultante tende a aproximar-se de uma inclinação de 45 graus. Isto é a indicação de um sistema urbano bastante bem desenvolvido. Em 1960, o mais notável desvio de inclinação das cidades brasileiras foi o da posição de São Paulo, em relação à primeira colocada, o Rio de Janeiro, e o restante do sistema. Esta condição pode ser melhor chamada de um caso secundário de dupla supremacia. São Paulo ultrapassou agora o Rio de Janeiro, em tamanho. Se as taxas atuais de crescimento continuarem, o sistema poderá aproximar-se mais de perto de uma condição lognormal. Porém, no caso brasileiro, as comparações de dimensões não são causa efetiva de variações espaciais.

Mesmo hoje, Belo Horizonte é o único centro urbano de mais de um milhão de habitantes a mais de cem milhas da costa atlântica. Adicionalmente, muitas das cidades menores mais importantes estão perto da costa e certo número de cidades do interior, Manaus sendo o exemplo mais importante, são portos. Embora este modelo indique fortemente os resultados da orientação marítima portuguesa, o Brasil, paradoxalmente, nunca desenvolveu uma marinha mercante nacional significativa. Isto é uma clara reflexão da natureza exportadora da economia.

Além de oferecer uma classificação funcional de cidades, Geiger agrupou as principais cidades do Brasil em nacionais, regionais ou centros locais. Algumas cidades possuem mais de uma das características acima mencionadas. Rio de Janeiro e São Paulo são classificadas como metrópoles nacionais.

São Paulo evidenciou, neste século, uma taxa de crescimento que é muitas vezes superior à do Rio de Janeiro. Originalmente centro das atividades dos Bandeirantes, São Paulo cresceu muito pouco durante o período colonial. Após a vinda do café para a reunião, durante a última parte do século XIX e os primórdios do século XX, São Paulo tornou-se o principal centro de comércio da produção de café e, desta base, o beneficiamento de alimentos e as indústrias de couro e têxteis cresceram a uma taxa rápida. Outras atividades mais diversificadas prosperaram e São Paulo, hoje em dia, lidera o País na indústria. Seu interior é vasto e inclui o sertão meridional inteiro, bem como uma grande porção da costa sul.

O Rio de Janeiro é, também, um centro industrial de importância nacional. Diversamente de São Paulo, entretanto, comanda uma área interior, uma região de influência relativamente pequena. O Rio é funcionalmente muito mais diversificado do que São Paulo. Smith diz que

8 Vide Brian L. Berry, "Cidades de Sistemas nos Sistemas de Cidades", *Documentos e Processos*, Regional Science Association, XIII, 147-163, e "Tamanho da Cidade e Desenvolvimento Econômico: Síntese conceitual e Problemas de Política" *Urbanização e Desenvolvimento Nacional* (Berkeley Hills, Califórnia: Sage Publications, Inc., 1970).

o Rio de Janeiro é provavelmente a cidade mais multifuncional do Brasil. É importante como centro manufatureiro, como grande porto, como um dos poucos centros importantes de transporte ferroviário do País inteiro, como uma grande cidade comercial e centro de finanças, além de um centro recreacional e residencial, por excelência.⁹

Quatro outros centros urbanos, Porto Alegre, Salvador, Recife e Belém possuem *hinterland* de extensão regional. Porto Alegre é menos tradicional do que os outros centros costeiros de origem portuguesa, visto que o seu *hinterland* é a área de colonização européia mais recente. Salvador comanda uma região de antigas plantações, e a natureza agrária da área é ainda proeminente nas estruturas sociais. Mais para cima o *hinterland* de Recife combina uma produção agrária ainda mais tradicionalmente brasileira com períodos de extrema seca. A grande área controlada por Belém reflete a disseminação da população na Região Amazônica e as formas das primeiras penetrações colonizadoras.

Três outras cidades, Belo Horizonte, Fortaleza e São Luís, são centros locais especialmente importantes. Belo Horizonte é um centro administrativo industrializado em Minas Gerais e não fosse a forte influência das duas metrópoles principais, poderia possuir um *hinterland* muito maior. Os *hinterlands* de dois outros centros locais, Fortaleza e São Luís, são enclaves costeiros dentro do *hinterland maior* da Cidade de Recife.

CAPÍTULO III

A HISTÓRIA DO DESENVOLVIMENTO URBANO DO RIO

Antecedentes Coloniais

Embora o Brasil tivesse sido descoberto por Cabral em 1500,¹ não foi senão no dia 1.º de Janeiro de 1502 que uma expedição naval exploratória, sob o comando de André Gonçalves, descobriu a baía de Guanabara. Acreditando fosse a embocadura de um grande rio, deram à descoberta o nome de Rio de Janeiro. No ano seguinte, uma segunda expedição, conduzida por Gonçalo Coelho, ancorou na baía para continuar as explorações.

Diz a tradição que Coelho teria construído uma casa de pedra na praia (Flamengo) nas margens de uma corrente d'água que desembocava na Baía. Esta casa foi denominada Carioca pelos índios Tamoios que habitavam a região, significando "casa do homem branco" em sua linguagem, passando mais tarde o termo a designar os habitantes da cidade do Rio de Janeiro.

Em razão da falta de mão-de-obra e de recursos enfrentados pelos Portugueses em todo seu império em expansão, o que viria mais tarde tornar-se a capital da colônia foi totalmente negligenciado até que, em

9 T. Lynn Smith, *Brasil: Povo e Instituições* (Baton Rouge: Imprensa da Universidade Estadual de Louisiana, 1963) 61.

1 Vide Claudio Brady, "A História", *Rio de Janeiro em seus Quatrocentos Anos*, ed. Fernando Nascimento Silva (Rio de Janeiro: Distribuidora Record, 1965) 49-124.

1530, o Rei Dom João III sabedor de que os corsários franceses estavam em atividade por toda a costa do Brasil, deu a Martim Afonso de Sousa a incumbência de iniciar de maneira séria a colonização da Região.

Deixando Lisboa em 1530, Martim Afonso de Sousa chegou à Baía de Guanabara em abril de 1531 onde seu grupo permaneceu por cerca de três meses, fazendo reparos nas embarcações e explorando a região. (Muitos, senão a maioria dos historiadores atribuem a Martim Afonso de Sousa a construção da casa de pedra mais acima mencionada).

Mas nenhuma colônia portuguesa estava ainda estabelecida no Rio naquela oportunidade. A presença dos franceses continuou e, na verdade, a baía de Guanabara tornou-se a base principal de suas operações navais pela costa do Brasil. Como os franceses, ao contrário dos portugueses, davam-se muito bem com os índios da região, puderam-se estabelecer na área sem dificuldades, conseguindo até iniciar um comércio primitivo mas proveitoso com os Tamoios. Martim Afonso, cuja capitania incluía essa região, mostrava-se de tal maneira desinteressado com o que ocorria na região que, ao ser finalmente fundada a cidade, reverteu esta à Coroa.

Em 1550, Pero de Góis, proprietário das capitanias vizinhas, informou à Coroa que os franceses estavam em tal número na baía de Guanabara que ele nem mesmo ousava aventurar-se perto da região.

Em 1553, Tomé de Sousa, Governador-Geral do Brasil, veio observar a situação pessoalmente e advertiu ao Rei que se ele não desejasse que a região se tornasse definitivamente francesa, deveria estabelecer ali um posto avançado.

Embora tivessem os franceses desenvolvido um florescente comércio com os índios, seus navios estavam sujeitos à perseguição e captura pelos portugueses, por serem considerados piratas. Decidiram portanto reivindicar definitivamente a baía de Guanabara como possessão francesa e o Almirante Villegaignon foi mandado com a incumbência de fundar a França Antártica. Em 1555 sua frota lançou âncora na baía de Guanabara. Construíram seu forte na Ilha que até hoje é denominada de Villegaignon e que é sede atualmente da Escola Naval brasileira.

Embora continuassem a não encontrar séria oposição, por parte dos portugueses, os colonos franceses começaram a sofrer dissensões internas. Villegaignon que chegara como Huguenote converteu-se logo ao catolicismo e as controvérsias religiosas dividiram a colônia. Em 1559, Villegaignon retornou à França totalmente desiludido com o projeto. Os historiadores brasileiros são geralmente acordes em que os franceses não procuraram estabelecer coisa alguma além do forte e que a lenda da cidade de Henryville não passa de tal.

Em 1560, Mem de Sá, então Governador-Geral do Brasil, recebeu ordens da Rainha-Regente de Portugal, Catarina da Áustria, de assegurar a posse da baía da Guanabara, de uma vez por todas para a Coroa. Assim, os franceses foram atacados com sucesso mas, contudo, nenhuma tentativa foi feita para o estabelecimento de uma colônia permanente no Rio. Os franceses, em sua derrota, haviam apenas se retirado para o interior onde estavam protegidos pelos índios e ainda constituíam uma ameaça para os portugueses.

O passo definitivo para o estabelecimento de uma cidade foi finalmente dado no dia 1.º de março de 1565, quando Estácio de Sá desembarcou na praia contígua ao Pão-de-Açúcar e declarou fundada a Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, sendo assim chamada a cidade em

homenagem a Dom Sebastião, o então Rei de Portugal. Uma imagem de São Sebastião foi então entronizada, estando a mesma atualmente na Igreja de São Sebastião na Tijuca.

Verificou-se, desde logo que a praia não era local de fácil defesa contra os ataques dos franceses que ainda estavam presentes e, assim, a cidade foi transferida sem delongas para o morro do Castelo. Embora mais fácil de defender, o morro não se prestava, na verdade, ao desenvolvimento da colônia, já que não possuía abastecimento próprio de água e não permitia o plantio de alimentos para fazer viver a colônia. Assim, embora a cidade estivesse sendo desenvolvida na colina, caminhos estavam sendo abertos para permitir o acesso à água e à várzea abaixo, onde uma cultura primitiva podia ser praticada.

Tendo sido fundada quase que exclusivamente com a finalidade de manter a área livre dos hostis franceses e tamoios, a existência da cidade foi muito precária durante os primeiros anos. Submetida a constantes ataques, sem possuir suprimentos adequados de alimentos e outras necessidades, o Rio obrigou os seus primeiros colonos a notável soma de heroísmo.

Cenário Físico do Rio ²

A baía de Guanabara, que perde somente para a de São Francisco em tamanho, no mundo, foi a razão do nascimento da cidade do Rio de Janeiro. A entrada para o porto, possuindo apenas 1.600 metros de largura e sendo resguardada por escarpamentos rochosos de ambos os lados, constituiu uma excepcional linha de defesa para a baía. Na verdade, a única falha no escarpamento é a própria entrada.

Além disso, a localização do Rio na costa da colônia dava-lhe importância primordial em todos e quaisquer empreendimentos comerciais e militares para o norte e para o sul ao desenvolver-se a colônia.

Mas, como as montanhas protegiam a cidade do lado do mar, a Serra do Mar constituía também uma barreira contra qualquer movimentação vinda do interior. Ao contrário, também, da situação encontrada em Santos e São Paulo, onde uma vez transposto o escarpamento montanhoso encontra-se o planalto. No Rio, alcançada a Serra do Mar, mais montanhas aparecem. O terreno é tão acidentado que não havia nem trilhas índias para seguir, já que os próprios índios não haviam encontrado passagem fácil.

A expansão para o interior foi, além disso, dificultada pelo fato de que os rios que existem além do escarpamento correm virtualmente todos paralelamente à costa e não fornecem acesso ao interior, como o fazem todos aqueles na região circunvizinha a São Paulo.

O que é hoje o Estado da Guanabara, tem uma área de 1.167 quilômetros quadrados. ³ Destes, 21,8% são considerados montanhosos demais para serem explorados para uso urbano. Lagos cobrem 1,2% e as regiões relativamente planas correspondem a 77% do Estado, ou seja 893,3 km².

Embora apenas pouco mais de um quinto do Estado esteja coberto por montanhas, a localização das mesmas e sua influência no desen-

² Lysia Maria Cavalcanti Bernardes, "Posição Geográfica", *Rio de Janeiro*, ed. Fernando Nascimento Silva, pp. 19-21.

³ Fernando Nascimento Silva, "Dados de Geografia Carioca", *Rio de Janeiro*, p. 29.

volvimento da cidade foi de tal modo importante que o Estado é universalmente considerado como uma região montanhosa.

Existem três cadeias principais de montanhas no Estado. A mais importante é a Tijuca-Carioca, ou de Andaraí, que se estende de oeste para leste até o centro da cidade e divide literalmente a cidade nas zonas Norte e Sul. Essa cadeia tem uma forma trapezoidal e seu ponto culminante é o Pico da Tijuca, que alcança 1.021 metros.

A segunda cadeia é a da Pedra Branca. Este maciço é freqüentemente chamado de maciço Rural, porque encontra-se na área Oeste considerada uma região tradicionalmente rural do Estado. Seu ponto culminante no Estado encontra-se a 1.024 metros acima do nível do mar. Essa cadeia serpeia entre Realengo, Bangu, Campo Grande, Guaratiba e Jacarepaguá.

A terceira cadeia, a Rural-Marapicu-Gericinó, forma os limites do Estado com os do Estado do Rio de Janeiro, na parte nordeste do Estado.

A importância da geografia da cidade não pode ser esquecida em qualquer discussão sobre o seu desenvolvimento urbano. Seguindo as linhas de menor resistência, a cidade cresceu à maneira de dedos, pelos vales e em volta das montanhas, saneando baixios e mesmo aterrando a baía no intuito de obter mais terreno plano. A partir do fim do século XIX, a perfuração de montanhas por inúmeros túneis alterou significativamente os padrões de desenvolvimento. E, como será visto a seguir, a presença de terrenos normalmente inutilizáveis nos fortes aclives das colinas do centro da cidade foi um fator decisivo no crescimento fantástico das onipresentes favelas que tornaram-se quase tão características do Rio quanto o Pão-de-Açúcar e o Corcovado.

Crescimento inicial e desenvolvimento: 1565-1700 ⁴

Da época da fundação em 1565 até fins do século, a colônia esteve principalmente concentrada no morro do Castelo por simples razões de sobrevivência. Mas, como já foi dito mais acima, a falta de mananciais e a necessidade de áreas cultiváveis levou os colonos a abandonarem o morro pela várzea.

A primeira construção foi o forte, seguida imediatamente da Câmara e da prisão, além de um colégio dos Jesuítas e, em 1568, a igreja de São Sebastião. Além dos abrigos rudimentares utilizados como habitações, a construção nesse período inicial foi dominada pelas atividades de ordem religiosa e escolas, capelas, conventos e igrejas e, é claro, fortes marcaram a construção do século XVII.

A medida que a população crescia, o Castelo tornava-se cada vez mais povoado e logo no início do século XVII iniciou-se um êxodo geral do Castelo para as planícies abaixo. Até o governo sentiu a necessidade de mais espaço e, em 1639, a Câmara resolveu construir um novo edifício na várzea.

A primeira praça pública, o Largo do Paço, resultou de um querela entre o governo da cidade e a ordem religiosa que havia primitivamente construído o Convento do Carmo. Ao mesmo tempo que o centro da jovem cidade começava a se mudar do Castelo, houve uma recessão do mar, expandindo-se a praia entre o convento e o mar.

⁴ Claudio Brady, "A História", *Rio de Janeiro*, 49-79.

Os carmelitas tinham receio de que essa nova área fosse logo ocupada por novas construções e assim pediram e obtiveram o domínio sobre ela. A Câmara logo arrependeu-se de seu ato, ao perceber que aquela área estava tornando-se a parte mais importante da cidade e procurou reaver o local. O caso foi finalmente levado a Lisboa para uma decisão final, na qual os carmelitas venceram. Declararam contudo a área "rossio", isto é, de utilidade pública. Nenhum edifício aí poderia ser construído. Assim, de maneira acidental, a cidade ganhou sua primeira e mais importante praça pública.

O problema da água, uma fonte perpétua de preocupações para o Rio de Janeiro, através de sua história, foi sobremodo agravado pela mudança do centro da cidade. O manancial mais importante era o rio Carioca, mas a única maneira pela qual sua água podia chegar ao centro da cidade era na cabeça dos escravos. A gravidade do problema levou a Câmara a decidir, no dia 25 de abril de 1648, a construção de um aqueduto para transportar a água do rio até o centro da cidade. Infelizmente, tal projeto só pôde ser concretizado no século seguinte.

Além da mudança do centro da cidade que ocorreu devido ao crescimento da população, o fator mais importante dos primeiros estágios do desenvolvimento urbano do Rio e sua futura expansão foi a implantação e desenvolvimento da indústria do açúcar.

O açúcar foi, na verdade, um fator de importância no interesse dos portugueses na nova colônia. Desde 1418, quando os portugueses descobriram a ilha da Madeira, a indústria da cana tinha sido um dos principais empreendimentos agrícolas do Império em expansão.⁵ Embora o sonho do ouro nunca estivesse longe do pensamento dos primeiros pioneiros, os lucros fáceis obtidos através de sua então já bem desenvolvida tecnologia da produção de açúcar foram, na verdade, os fundamentos do desenvolvimento da colônia.

Os jesuítas que haviam recebido substanciais e valiosas doações de terras, começaram logo o plantio da cana-de-açúcar e a construção de engenhos para o seu processamento. A preocupação dos jesuítas pelos índios, preocupação esta que merecia o apoio da Coroa, e a proteção dada aos índios contra a escravidão, encorajaram a importação de escravos negros da África e auxiliaram grandemente os jesuítas em suas relações com os índios, ao movimentarem-se para áreas mais selvagens para estabelecer suas plantações de cana.

O estabelecimento dessas plantações determinariam, na verdade, o desenvolvimento da cidade no futuro, ao tornarem-se os engenhos os pontos focais da "civilização", e os meios de transporte providos para a exploração da indústria do açúcar formaram os caminhos da ulterior expansão urbana. As áreas hoje urbanas do Engenho Velho, Engenho Novo e Engenho de Dentro demonstram mais do que explicitamente a importância da expansão agrícola inicial para o futuro desenvolvimento urbano. Na zona Norte o açúcar levou a Santa Cruz e na zona Sul foi o açúcar que marcou os caminhos através de Copacabana, Ipanema, Leblon, Gávea e daí até Jacarepaguá.

A importância crucial do açúcar nos primórdios do desenvolvimento da cidade é simbolizada pelo nome dado ao monte que domina a entrada da baía e que se tornou sua marca registrada através do mundo inteiro — Pão-de-Açúcar. Tal nome foi dado àquele rochedo pela sua semelhança no aspecto aos pães cônicos de açúcar que eram

5 Celso Furtado, *Formação Econômica do Brasil* (Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1959).

produzidos nos engenhos e distribuídos sob esta forma para o consumo. Na ilha da Madeira, tal forma tornou-se o símbolo da cidade mais importante e aparece no brasão de Funchal.

Logo de início o Rio ocupou lugar favorito aos olhos da Coroa, já que em 1642 o rei de Portugal declarava que os cidadãos do Rio de Janeiro poderiam gozar das mesmas “honorarias, privilégios e liberdades que os cidadãos da cidade do Pôrto”. Isto torna-se notável pelo fato de que muitas cidades de Portugal não faziam jus a tais direitos e, embora fosse o Rio a mais nova das cidades do Brasil, era também a primeira a merecer esta honra.

Outra nota fascinante da história política do jovem Rio é que a cidade recebeu a incumbência da Coroa de reconquistar Angola e em 1645 a primeira expedição pos-se a caminho, seguida em 1648 por cerca de 900 homens, fornecidos e equipados totalmente pela cidade e Angola foi reconquistada com sucesso, para os portugueses.

Em 1660 o povo do Rio, chefiado por Jerônimo Barbalho Bezerra, revoltou-se contra a dominação e a exploração da Companhia Geral do Comércio do Brasil e contra o governador, Salvador Correia de Sá e Benevides.

A revolta teve um sucesso temporário e durante seis meses o povo do Rio de Janeiro governou-se a si mesmo numa democracia primitiva, até que Correia de Sá retornou à frente de uma expedição militar organizada em São Paulo e retomou o controle da cidade. Embora Jerônimo Barbalho tivesse sido decapitado, a Coroa mais tarde legislou contra os excessos da Companhia e do Governador e Correia de Sá foi demitido de suas funções.

Expansão Colonial: 1700-1821 ⁶

Com a descoberta do ouro nas últimas décadas do século XVII, o futuro do Rio foi ao mesmo tempo transformado e assegurado. Sendo o porto através do qual o rio de ouro e pedras preciosas se escoava de Minas Gerais para a Europa, o Rio de Janeiro não podia deixar de tornar-se a cidade mais importante da colônia.

No princípio do século XVIII, a maioria dos habitantes do Rio era de negros, isto em razão do fluxo de escravos vindos principalmente de Angola e do Congo e postos a trabalhar na indústria do açúcar. Em razão das atitudes e instituições dos portugueses em relação à escravidão, esta maioria negra desempenhou um papel importante no desenvolvimento urbano do Rio.

Embora não fossem os portugueses particularmente benevolentes para com os seus escravos, sua longa experiência como país feudal, com a instituição da escravatura, permitiu-lhes tomar uma atitude bem diferente em relação aos seus escravos do que a dos ingleses.

Os portugueses, como os romanos, de quem herdaram o sistema, consideravam a escravatura como um fenômeno normal, o resultado de um acidente político e infortúnio, mais do que a natureza de uma determinada raça. A escravatura afetava e atingia somente o corpo do escravo. Seu trabalho não era propriedade sua, mas a alma e sua mente continuavam livres. E como a escravidão era considerada como um fenômeno político (que poderia ocorrer a qualquer um) e não um estado de natureza, os portugueses tinham um código muito aperfeiçoado,

⁶ Claudio Brady, “A História”, *Rio de Janeiro*, 80.

projetado para salvaguardar a dignidade dos escravos como seres humanos. Existiam leis, por exemplo, que permitiam ao escravo comprar e manter propriedades e mesmo comprar a sua liberdade a preço fixado. O professor Frank Tannenbaum esclarece, em seu trabalho, *Escravo e Cidadão: O Negro nas Américas*,⁷ para todos os efeitos a escravatura, aqui na América do Sul, tornou-se um acerto contratual que poderia ser desfeito mediante preço de compra estabelecido, e o que é muito importante, o que era possuído era o labor do homem, e não o homem em si.

Sem ignorar a violência e a brutalidade que acompanhou inevitavelmente a instituição da escravidão no Brasil, a atitude básica que caracterizava o sistema acima descrito resultou em uma liberdade cultural e social considerável entre os africanos transferidos. Quase sempre (em parte devido ao poder e à influência da Igreja Católica Romana), a família permanecia intacta, já que a lei proibia efetivamente a separação dos membros da família pela venda dos escravos. E os escravos podiam continuar e manter muitas de suas instituições culturais e religiosas, embora, freqüentemente, estes se escondiam sob a camuflagem do catolicismo romano.

Em princípios do século XVIII começaram a surgir irmandades entre os negros escravos do Rio de Janeiro. Resultado ostensivo de sua conversão ao catolicismo, tais irmandades eram entidades sociais importantes na vida da maioria negra da população do Rio.

Em 1710 a irmandade do Rosário e São Benedito, constituída de negros do Congo, recebeu uma pequena porção de terra no Campo da Cidade, onde eles imediatamente construíram uma capela em honra de Nossa Senhora do Rosário. Isto foi o início da urbanização daquela parte da cidade e, logo, outras irmandades estavam construindo suas capelas no Campo de São Domingos.

A notável importância da expansão liderada pelos escravos pode melhor ser vista na história da igreja do Rosário e São Benedito. A pequena capela rústica foi substituída em 1725 pela igreja permanente que se encontra hoje em uma das principais ruas do Rio, à Rua Uruguaiana (A igreja foi presa do fogo em 1968, mas está agora sendo reconstruída). Essa igreja é, sem sombra de dúvida, a mais importante da história do Brasil. Em 1737 a sede da igreja Romana (Catedral) foi transferida para a igreja do Rosário, onde permaneceu até 1808. O Senado da Câmara utilizou a igreja, como sede, de 1809 até 1812, e novamente de 1820 a 1825. Foi nesta igreja que o Príncipe Regente Dom Pedro declarou que não deixaria o Brasil (por ocasião de seu famoso "dia do fico"). Foi o primeiro ato político que levou o Brasil à independência. E a Princesa Isabel fez a declaração da abolição da escravatura nesta mesma igreja em 13 de maio de 1888.

Alguns historiadores até traçam a origem do Carnaval a partir das comemorações do folclore congolês promovidas pela Irmandade do Rosário que gradualmente esposaram as formas populares de catolicismo e que tão importante papel desempenharam na formação do espírito do carioca.

Uma vez cruzada a linha e iniciado pelos negros um certo desenvolvimento no Campo da Cidade e no Campo de São Domingos, não se passou muito tempo para que a pressão da superpopulação na várzea levasse outros a se mudarem naquela direção. A Câmara começou

7 Frank Tannenbaum, *Escravo e Cidadão: O Negro nas Américas*, New York: Alfred A. Knopf, 1946.

vendendo propriedades naquelas áreas e uma nova forma de desenvolvimento começou. Já que as terras eram muito mais baratas nessas áreas mais novas, e o influxo do ouro tinha trazido uma nova riqueza ao Rio, a nova expansão já não era mais a do tipo ombro-a-ombro que havia caracterizado a várzea. Agora o carioca começava a cultivar a chácara, ou pequena propriedade, e o campo de São Domingos logo se tornou área residencial favorita, marcada por propriedades bem planejadas e bem construídas.

O acontecimento básico seguinte no desenvolvimento urbano do Rio foi a construção dos Arcos, o aqueduto que, finalmente, em 1723, começou a trazer água ao centro da cidade. Até aquela data, a única fonte de água era a proveniente do trabalho do escravo, que a trazia desde o rio Carioca. Agora a água fluía para o local que imediatamente foi chamado de Largo da Carioca e se tornou o centro de gravidade da cidade e do seu futuro desenvolvimento, pois novas ruas e avenidas foram abertas para facilitar o acesso à nova fonte de água.

Em 1763 o Rio de Janeiro se tornou a capital oficial da colônia, e o primeiro dos vice-reis, Conde da Cunha, chegou para administrar a cidade. Impressionado com a falta de condições de higiene na cidade, o Conde iniciou uma série de projetos cívicos, incluindo drenagens, um hospital para leprosos, e um certo número de instalações para militares.

Claudio Brady acha que, durante o século XVIII, o Rio de Janeiro experimentou a maior revolução sociourbana de sua história, como consequência da ação concomitante de dois fatores: um de ordem econômica, e o outro de ordem étnica.⁸

O fator econômico foi, naturalmente, a substituição do ouro pelo açúcar como a força impulsionadora da vida econômica da colônia. E o aumento das riquezas refletiu-se imediatamente no espírito do povo e em suas vidas. A chácara foi uma manifestação imediata da nova fortuna e do novo estilo de vida que ela trouxe. A arquitetura deste período, seja nas construções civis seja nas religiosas, reflete a nova importância da opulência, tendo aí se iniciado o desenvolvimento de um estilo genuinamente brasileiro.

O fator étnico citado por Brady foi o influxo de um grande número de negros Bantu e a conseqüente mistura racial que tomou lugar no Rio. Embora muito de exagerado tenha sido dito a respeito do mulato, foi no século XVIII que ele apareceu no Rio em número significativo, e sob o sistema português de escravidão acima descrito ele podia muitas vezes se movimentar livremente em todas as camadas sociais da cidade. Este foi, sem dúvida, um fator de importância no desenvolvimento cultural da cidade.

Embora possamos considerar o período de 1700 a 1821 como um todo para a colônia, deve-se dar atenção especial ao período de 1808 a 1821 em um exame do desenvolvimento do Rio de Janeiro. Foi em janeiro de 1808 que o rei de Portugal, fugindo de Napoleão, chegou com toda sua corte à nova capital do Império, Rio de Janeiro. O fato de maior importância nesta transferência da Corte foi, talvez, o de que ela foi motivada pela frota inglesa, por causa disto a cidade foi imediatamente aberta, pela primeira vez, ao comércio estrangeiro, com os ingleses recebendo um tratamento preferencial. O impacto que isto causou

8 Claudio Brady, "A História", *Rio de Janeiro*, 99.

no desenvolvimento da cidade não pode ser chamado de exagero. O salto de um total de noventa navios que chegaram de portos estrangeiros em 1808, para 422 em 1810 causou uma verdadeira transformação na vida da cidade e, na verdade, de toda a colônia.

Com o incremento do comércio ocorreu, naturalmente, um afluxo de comerciantes estrangeiros, e pôde-se ver pequenas colônias de ricos comerciantes começando a se desenvolver nas encostas do Rio.

Os recém-chegados logo descobriram que sua melhor defesa contra a epidemia da febre amarela era viverem em lugares altos (onde os mosquitos infecciosos de difícil reconhecimento não os atacariam à noite). Assim vemos os ingleses começando a se agrupar nas áreas mais altas da Glória, Flamengo e Botafogo. Os franceses se estabeleceram na floresta da Tijuca, e Santa Teresa se tornou a “pequena Alemanha” do Rio.

A chegada do rei Dom João foi também motivo de grandes construções e desenvolvimento municipal. O Paço da Quinta da Boa-Vista, residência palacial de Dom João VI, Dom Pedro I e Dom Pedro II, foi construído nesta época. Foi começado o Jardim Botânico. O gosto do rei pela Lagoa Rodrigo de Freitas fez com que fosse construído um pavilhão real em sua bordas, e isto iniciou o desenvolvimento urbano que hoje é a Gávea e a Lagoa. O primeiro prédio foi erigido no Brasil em 1808, e em 1811 começou a Biblioteca Real. O Banco do Brasil foi aberto em 1808, e a primeira escola de medicina foi fundada neste mesmo ano. Muitas outras instituições básicas da moderna vida urbana foram iniciadas neste período.

O Império: 1822-1889

No dia 12 de outubro de 1822 o Império foi oficialmente proclamado e Dom Pedro I se tornou o primeiro Imperador.

Embora isto representasse uma nova fase na vida política do Brasil, poucas mudanças trouxe à sua economia. O comércio estrangeiro, dominado pelos ingleses, continuou sua expansão, o que veio compensar a queda de produção das minas de ouro, e passou a ser a fonte da vida econômica brasileira.

O Rio, sendo a capital do Império e seu maior porto, continuou a consolidar sua posição de cidade mais importante do Brasil.

Este foi também o período de inauguração e crescimento de muitos serviços urbanos básicos. A coleta regular do lixo começou em 1847. A iluminação das ruas passou a ser um serviço municipal em 1852. A “Rio de Janeiro City Improvements Company” (Companhia de Melhoramento da Cidade do Rio de Janeiro) construiu o primeiro esgoto da cidade em 1864.

Em 1854, o Barão de Mauá, o grande industrial e financista do Brasil do século XIX, construiu a primeira estrada de ferro do Brasil, unindo o Rio à “capital de verão” em Petrópolis. O primeiro telégrafo foi instalado em 1852, e em 1874 foram completadas as primeiras conexões do cabo transatlântico. Dom Pedro II foi responsável pela primeira instalação telefônica em 1877.

A expansão da cidade continuou a seguir as linhas de menor resistência, estendendo-se nas planícies e nos vales. A maior parte das colinas e encostas perto do centro da cidade continuavam desertas, com exceção das áreas “colonizadas” pelos estrangeiros.

Expansão Moderna: 1889-1960 ⁹

No dia 13 de maio de 1888, a Princesa Isabel, atuando como Regente na ausência de seu pai, Dom Pedro II, declarou a Abolição da Escravatura e, no ano seguinte o Império foi abolido e a República proclamada.

Um dos primeiros efeitos da Abolição na cidade do Rio foi a ocupação das colinas pelos escravos recentemente libertados e que não tinham nenhum outro lugar para ir. Assim começou o crescimento das favelas. Em 1897, quando voltaram muitos dos soldados que haviam lutado na campanha contra Antonio Conselheiro e seus seguidores em Canudos, na Bahia, eles e suas mulheres começaram a ocupar o *Morro da Providência*. Como recordação de um dos montes estratégicos de sua campanha, eles chamaram seu povoado de *Favela*, o que logo se tornou o nome genérico para todos os casebres que viriam a ocupar todas as encostas do Rio de Janeiro no século vinte.

A construção do primeiro túnel para unir Copacabana ao resto da cidade foi completada em 1892, sendo seguida pela do Túnel Rio Comprido em 1896, e o Túnel Novo para Copacabana em 1906. Este acesso à área da praia de Copacabana iria transformar completamente o padrão do desenvolvimento da cidade.

Estima-se que a população do Rio era mais ou menos de 60.000 habitantes em 1808. Em 1900 o censo federal mostrou-o como uma metrópole de 811.443 habitantes.¹⁰ A “velha cidade”, entre o Castelo, São Bento, Conceição e Santo Antônio, agora constituía o Centro e o grosso da cidade se distribuiu a partir dali.

O século vinte foi caracterizado por uma série de mudanças marcantes na cidade. Os túneis permitiram uma rápida mudança da população para a Zona Sul, e o resultado foi o nascimento de um segundo “Centro” da cidade, Copacabana.

Em 1902, um engenheiro, Francisco Pereira Passos, foi nomeado Prefeito da cidade. Ele imediatamente criou um plano de desenvolvimento urbano e iniciou uma série de projetos de reurbanização. Abriu a Avenida Central, que hoje é a Avenida Rio Branco. Demolindo 700 edifícios (o que ajudou muito a fazer crescer a população das favelas) a avenida, 1,82 quilômetros de comprimento por trinta e três metros de largura, cortava o coração da cidade. O projeto começou no dia 29 de fevereiro de 1903 e foi concluído no dia 8 de março de 1904. A inauguração oficial foi no dia 15 de novembro de 1905 com a instalação de luzes elétricas, o que tornou o Rio de Janeiro a cidade melhor iluminada do mundo, naquela época.

O maior projeto de Passos foi a construção da Avenida Beira Mar com o aterro de mais de cinco quilômetros da baía, do começo da Avenida Rio Branco até o fim da praia de Botafogo. Considerando que o trabalho era feito por burros, único meio de transporte, sua execução em apenas vinte e três meses foi mais do que notável.

⁹ José Oliveira Reis, “As Administrações Municipais e o Desenvolvimento Urbano”, *Rio de Janeiro*, 125-160.

¹⁰ *Anuário Estatístico do Brasil* — 1967 (Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Estatística, 1967), 36.

O novo túnel para Copacabana foi construído neste período, e a Avenida Atlântica foi também planejada e construída na administração de Passos. Muitas e muitas ruas e avenidas devem sua existência aos esforços dinâmicos deste engenheiro que virou prefeito.

A remodelação da cidade não cessou com o fim da administração Passos. Ele foi seguido por um número de homens brilhantes que continuaram a modernização do Rio. Carlos Sampaio, prefeito de 1920 a 1922, presidiu à remoção total do histórico Morro do Castelo, que envolveu a demolição de 470 prédios e o movimento de quase três milhões de metros cúbicos de terra. Um dos subprodutos inevitáveis desta espécie de renascimento urbano foi a migração de mais pessoas destituídas para as favelas em constante expansão.

Em 1930 foi adotado o primeiro plano integral para o desenvolvimento urbano do Rio, o *Plano Agachê*. Este foi, entretanto, adotado, e, posteriormente, revogado.

O último dos grandes projetos de remodelação foi o da demolição de outros 525 prédios para a abertura da Avenida Getúlio Vargas com mais de dois quilômetros de comprimento, com uma largura de oitenta a noventa metros. Esta avenida foi decisiva para a expansão da rede de transportes necessários à Zona Norte, mas, uma vez mais, sua construção desalojou milhares de pessoas para as quais nenhuma habitação tinha sido providenciada pelo governo que as tinha tirado de suas moradias.

O desenvolvimento da Avenida Brasil facilitou grandemente o movimento de e para a cidade, como o fez a eletrificação da Estrada de Ferro Central. Outros túneis foram abertos através das montanhas; um gigantesco corte foi feito para abrir um caminho entre Ipanema e Copacabana; um magnífico parque foi criado no aterro projetado na baía ao lado da Avenida Beira Mar, para celebrar o quatrocentésimo



Fig. 1 — Vista do Pão de Açúcar e enseada de Botafogo.

aniversário da cidade; dezenas de viadutos foram construídos para facilitar os transportes motorizados; e um enorme sistema de fornecimento de água foi também completado para o Quarto Centenário e que promete dar ao Rio uma pausa na sua falta de água crônica, por alguns anos pelo menos.

RECENTES TENDÊNCIAS NO DESENVOLVIMENTO URBANO ¹¹

O primeiro traço digno de nota das recentes tendências foi a decadência, nos últimos anos, do centro da cidade. Embora continue sendo uma área de comércio ativo e, ainda, o local de grande parte das atividades bancárias e varejistas da cidade, ele certamente não acompanhou a evolução que a cidade experimentou nos últimos anos. Cerca de trinta anos após a abertura da Avenida Getúlio Vargas lá não se nota ainda nenhum desenvolvimento importante. Excetuando-se a construção de alguns grandes bancos perto da junção da avenida com a Avenida Rio Branco, a nova rua continuou sem desenvolvimento.

A explicação para esta decadência ou, pelo menos, estagnação do centro pode ser encontrada na melhoria dos transportes e na influência crescente de subcentros de um extremo a outro da área metropolitana, tais como o Méier, Madureira e, o mais importante, Copacabana.

O desenvolvimento de Copacabana começou no início do século, com a abertura dos túneis. No princípio era apenas um centro de recreação, sendo sua magnífica praia, naturalmente, o centro de atração. A área cresceu gradualmente, primeiramente como zona residencial e de recreação, até a época da II Guerra Mundial. O aumento demográfico que toda a cidade experimentou foi exagerado em Copacabana, em parte porque os meios de transporte eram limitados, resultando em fácil expansão naquela direção e traduzindo-se em um fantástico crescimento vertical na área. Os dados populacionais para os últimos trinta anos ilustram esta fantástica expansão. (Tabela 1).

Esta expansão vertical resultou numa quase total reconstrução de toda a área desde 1950, as casas e os pequenos apartamentos foram totalmente substituídos pelos quase universais edifícios de doze ou treze andares. (As normas de construção na praia não permitem até agora edifícios de grande altura.) A densidade populacional em 1960 já era maior que 41.000 pessoas por quilômetros quadrado de área útil. ¹²

TABELA 1
POPULAÇÃO DE COPACABANA

Ano	População
1940	74.133
1950	129.249
1960	165.986
1969	350.000 (est.)

FONTE: Soares, "A Fisionomia" *Rio de Janeiro*, p. 380, e *Censo Demográfico de 1960* (Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1968) Série Regional, I, Tomo XIII, 1.ª Parte, 43.

11 Maria Terezinha Segadas Soares, "A Fisionomia das Unidades Urbanas", *Rio de Janeiro*, 365-388.

12 *Brasil: Sinopse Preliminar do Censo Demográfico*. (Rio de Janeiro: IBGE, 1960), 52.

Tendo este tremendo crescimento populacional ocorrido, especialmente em seu estágio inicial, com segmento populacional mais favorecido, em termos econômicos, era natural que o setor comercial se expandisse. As tradicionais firmas comerciais do Centro, ao invés de modernizar e melhorar suas instalações no Centro, resolveram explorar o mercado potencial de Copacabana. O resultado disso foi que, hoje, as mais modernas e elegantes lojas do Rio são encontradas naquela área.

Os profissionais liberais também foram atraídos pela área da praia e hoje em dia existem muitos médicos, advogados, dentistas, etc., cujos escritórios são localizados em Copacabana.

Com a nova febre de construção a partir de 1950, mais ou menos, a tendência foi no sentido de fazer apartamentos cada vez menores com a finalidade de obtenção dos maiores lucros para os investimentos.

Assim cada vez mais a classe média e mesmo as famílias de classe mais baixas tiveram acesso a esta área. Diz Pedro Geiger que atualmente Copacabana se tornou “uma cidade dentro de uma cidade”, e possui até mesmo o seu próprio sistema de subúrbios do qual fazem parte Leblon, Gávea, Ipanema, Lagoa e Botafogo.

Algumas palavras devem ser ditas sobre as áreas tradicionalmente chamadas de “subúrbios” no Rio. Com o desenvolvimento de melhores linhas de transporte, ao longo da Estrada de Ferro Central do Brasil, cresceu, neste século, uma série de subúrbios em volta das várias estações da estrada de ferro. Por muitos anos foram eles marcados por seu caráter não-urbano, pela falta de muitas das facilidades da vida na cidade, tais como, canalizações de esgoto, ruas pavimentadas e, muitas vezes, até a eletricidade. Contudo os tradicionais subúrbios do Méier, Inhaúma, Piedade, Madureira, Irajá e Penha foram, já há muito tempo, “urbanizados”, e assim todos eles, já que ostentam as instalações acima mencionadas e outras facilidades da vida na cidade, e o que é mais importante, com o crescimento da cidade, eles se tornaram uma parte do *continuum* que começa no Centro e continua mesmo além dessas comunidades. Mas, no espírito popular, continuam sendo os subúrbios do Rio. A chave para a categoria “suburbana”, na linguagem do Rio, é a estrada de ferro. Essas áreas que, inicialmente, cresceram ao longo da linha férrea são e, provavelmente, continuarão a ser para o povo os subúrbios, mesmo estando hoje completamente urbanizados, enquanto outras áreas que ainda hoje não possuem muitos dos serviços urbanos e não estão contíguos à cidade, se não estiverem junto das linhas férreas não são denominadas subúrbios.

O ponto importante a ser anotado sobre os assim chamados subúrbios da Zona Norte é que o seu crescimento tem sido muito nivelado, uma vez que a maioria das terras disponíveis já foi ocupada e tem havido muito pouco crescimento vertical nessas áreas. São áreas predominantemente ocupadas pela classe média e pelas classes mais baixas da cidade e que raramente gozam de prestígio na opinião do povo. De fato, na linguagem do povo, o termo “suburbano” é pejorativo e indica falta de cultura e sofisticação.

CAPÍTULO IV

O CRESCIMENTO E O DESENVOLVIMENTO DAS FAVELAS

Desenvolvimento prévio

É evidente que as favelas não existem só na cidade do Rio de Janeiro. Em seu *Précis de Géographie Urbaine*, Pierre George observa que os “*bidonvilles*” são uma forma comum de desenvolvimento em todas as cidades daquelas regiões ou países onde as áreas rurais não podem suportar sua população e cujo desenvolvimento industrial é insuficiente para absorver o excesso da população rural que flui para as cidades. Elas existem em todos os países relativamente subdesenvolvidos, mesmo naquelas economias que já possuem um grande setor industrial e um amplo setor de trabalho comercial e administrativo.¹ E, da mesma maneira que nas cidades dos países mais industrialmente desenvolvidos, o pobre gravita para as habitações deterioradas e inferiores por serem economicamente mais acessíveis para eles.

Gilberto Freire² estima que em 1888 12 por cento da população da cidade do Rio de Janeiro morava em *cortiços*, como eram chamadas as aglomerações pobres do centro da cidade. Existe divergência de opiniões entre os estudiosos quanto à natureza do impacto da Abolição sobre esta situação, mas não existe dúvida quanto ao aumento do número de “pobres” na cidade ao fim do século XIX. T. Lynn Smith cita Carneiro Leão e Oliveira Vianna ao dizer que “o vôo para as cidades foi mais pronunciado quando os escravos receberam a liberdade durante os anos finais do século XIX”.³ Mas Artur Ramos, talvez a maior autoridade em Negros no Brasil, diz que “a grande massa de escravos negros permaneceu em seus locais de trabalho, poucos foram os que se mudaram depois da abolição da escravatura em 13 de maio de 1888. A migração para as cidades começou apenas recentemente”.⁴

Mas em qualquer caso, se ela foi devida à migração interna dos antigos escravos ou somente pelo fato de que os escravos recentemente libertos no Rio tinham agora que se defender sozinhos, o pobre da cidade logo superpopulou os *cortiços*, e os primeiros aglomerados de cabanas começou a aparecer nos *morros* no centro da cidade. No começo estas eram em número relativamente pequeno, já que muitos pobres se mudaram para a periferia da cidade, seguindo o leito da estrada de ferro da Central do Brasil, dando assim início à expansão para os subúrbios.

Com a crescente urbanização da cidade no fim do século, o valor da terra aumentou rapidamente no centro. Antigos edifícios eram derubados para dar lugar a outros mais novos e maiores. Muitas casas de cômodos eram demolidas no processo, forçando muitos pobres que ali habitavam a procurar algum outro lugar para moradia. A abertura do que é hoje a Avenida Rio Branco causou a demolição de quase 700 prédios em 1902, e a remoção do *Morro do Castelo* em 1920-22 destruiu outros 470 prédios no centro da cidade. Esses e outros projetos de renovação do centro da cidade vieram agravar o problema habitacional do pobre, forçando muitos deles a migrar para os subúrbios, ou para os

1 Pierre George, *Précis de Géographie Urbaine* (Paris: Presses Universitaire de France, 1961) 114. (Traduzida pelo autor do presente trabalho.)

2 Gilberto Freyre, *Sobrados e Mocambos* (São Paulo, 1936) 251.

3 Smith, *Brazil*, p. 145.

4 Artur Ramos, “o Negro no Brasil”, *Brasil: Retrato*, Smith and Marchant eds., p. 133.

morros. A grande maioria seguiu a antes típica tendência de procurar moradia na periferia, e a população suburbana e rural do Rio cresceu de 48.400 em 1809, para 90.500 em 1906.⁵

Pode-se supor que esta expansão exterior “típica” teria continuado, como em outras cidades da América Latina, não fosse por dois fatores que provaram ter sido decisivos no desenvolvimento um tanto único das *favelas* no Rio. Primeiro, o sistema de transporte da cidade era completamente inadequado para as necessidades do crescimento da metrópole. A ida e a volta dos subúrbios se tornava cada vez mais difícil para as classes trabalhadoras. O segundo fator, já mencionado, foi a existência dos *morros* no centro da cidade. Esta terra era, nesta época, economicamente inexplorável devido ao forte aclave das encostas e da grande soma de capital que seria necessária para explorá-la comercialmente, e, assim, não despertava o interesse dos grupos comerciais. Assim, à medida que a viagem para os subúrbios se tornava mais difícil, galgar as ladeiras do centro da cidade pareceu ser uma solução razoável para os problemas de habitação do pobre.

A figura 2 mostra como as *favelas* nas áreas centrais são encontradas nas encostas dos *morros*. Se tivesse sido possível delinear a topografia com mais precisão poder-se-ia ver que muitas das *favelas* da *zona norte* também estão localizadas nas encostas das colinas menores desta área. As *favelas* restantes são, quase todas, encontradas nas áreas pantanosas às margens da baía. A figura 3 mostra uma favela na encosta de uma colina no renomado *bairro* de Botafogo.

5 Alterto Passos Guimarães, “As Favelas do Distrito Federal”, *Revista Brasileira de Estatística* (Rio de Janeiro: Ano XIV, julho-setembro 1953) 250.

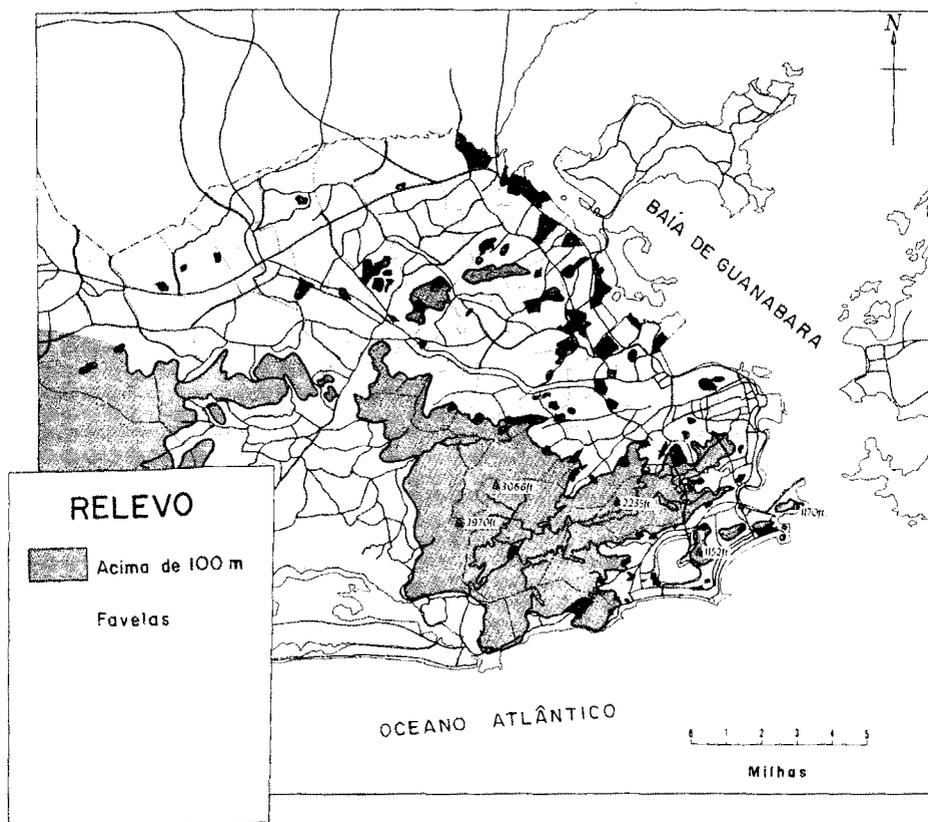


Fig. 2 — Mapa do relevo do Rio, com as favelas.

Expansão

O crescimento das *favelas* só começou a alcançar cifras significativas após 1930, quando o crescimento industrial da cidade começou a se acelerar. A tabela 2 mostra o notável aumento das indústrias e dos trabalhadores industriais desde 1920.

TABELA 2

CRESCIMENTO DE ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS E
DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA NO RIO

Ano	Estabelecimentos Industriais	Trabalhadores Industriais
1920	1,541	56,229
1940	4,169	123,459
1950	5,693	171,463

Fonte: *Anuário Estatístico do Brasil* (Rio de Janeiro: IBGE, 1957).

O crescimento inicial ocorreu na Gávea e São Cristóvão e continuou ainda por muitos anos a ser localizado sobretudo nas áreas centrais da cidade. Ainda mais importante foi o enorme crescimento da construção civil, especialmente em Copacabana e outras partes da *zona sul*, dada a necessidade de um grande número de trabalhadores não especializados.

Ao mesmo tempo a inflação, agora crônica, da economia brasileira estava em incubação, fazendo subir os preços da moradia mais rapidamente que os salários, e agravando ainda mais a situação dos trabalhadores. A habitação barata diminuiu rapidamente em proporção à demanda e assim começou um visível aumento do número de *favelas*. Em 1933 o *Serviço Nacional de Febre Amarela* calculou em 57.889 o número de *habitações rústicas*, a grande maioria delas localizadas na crescente periferia da cidade, com um número relativamente pequeno de habitações nas encostas do centro. Os morros da Babilônia, Providência, Salgueiro, Arrelia, e Cantagalo, nesta época, eram os únicos que possuíam povoamento deste tipo. Mas as *favelas* logo começaram a se espalhar na *zona norte*, principalmente à medida que as indústrias começaram a se desenvolver nesta direção. Em 1940 o SNFA calculou em 65.317 o número de barracos e em 89.635 ⁶ em 1949.

Desde 1941 a inflação, a especulação da terra e o dramático aumento do valor das terras combinaram-se para empurrar o pobre cada vez mais longe do centro da cidade. Com um sistema de transporte cada vez mais inadequado, enquanto a migração interna tomava corpo, mais e mais o pobre procurou refúgio nos *morros* e em outras terras livres de utilidade marginal, para ficar perto dos lugares onde estavam empregados. Empregadas domésticas, operários em construções e trabalhadores na indústria descobriram igualmente que era quase impossível viajar para os subúrbios, tanto por causa do tempo perdido como por causa da despesa que acarretava tomar dois ou três ônibus na ida e na volta para ir para o trabalho. Um homem que mora na Pavuna deve

6 Em 1960, o censo federal contou apenas 69.690 barracos nas favelas do Rio. É óbvio que no Rio nem todas as habitações abaixo do padrão estão localizadas nas favelas.



Fig. 3 — Favela galgando a encosta em Botafogo.



Fig. 4 — Favela de Nova Brasília na zona norte.

facilmente gastar tanto na ida como na volta duas horas de viagem, utilizando dois ou três meios diferentes de transportes para ir para seu emprego em uma construção de Copacabana. Como sua habitação na Pavuna é provavelmente abaixo do padrão, e não é *sua*, ele racionalmente preferirá construir seu próprio barraco nos *morros* de Copacabana e estar a apenas quinze minutos de seu emprego. E, ainda mais importante, da *favela* sua mulher e filhas têm acesso mais fácil aos empregos como empregadas domésticas e assim a base econômica da família é grandemente fortalecida com a mudança para a *favela* e a situação de moradia na verdade não se alterou muito em termos de qualidade.

Outros Fatores

Isto traz à consideração um fator adicional dos mais importantes no desenvolvimento das *favelas* do Rio. A maioria dos sociólogos brasileiros concordam em que as *favelas* não teriam alcançado o seu tamanho e extensão atuais apenas devido aos fatores acima enumerados, não fosse também a enorme migração interna das zonas rurais para o Rio, e o fato de que as condições sociais e materiais das favelas eram basicamente as mesmas das massas rurais do Brasil.⁷ As pessoas não estão piores nas favelas do que estavam antes. Sua situação é a mesma, ou *mesmo melhor* do que no interior, de onde veio a maioria dos *favelados*.

Migração Interna

Se a controvérsia sobre migração imediata da população ex-escrava depois da Abolição pode ser ou não resolvida, não há entretanto dúvidas sobre o enorme afluxo de pessoas vindas de outras áreas do Brasil desde 1930. Smith calculou que entre 1940 e 1950 392.829 pessoas migraram para o Rio de Janeiro vindas de outras partes do país.⁸ Isto corresponde a 68,5 por cento do aumento líquido da cidade neste período. A mesma base de cálculo mostra uma migração líquida de 261.287 pessoas no período de 1950 a 1960, a qual, ainda que menor, constitui mesmo assim um afluxo digno de nota.

Rios observa que “a *favela* não existiria se não houvesse uma constante migração das massas subproletárias para a cidade. Ela é a repercussão urbana do subdesenvolvimento brasileiro, como, na situação brasileira, a migração para as grandes cidades é, acima de tudo, uma fuga da miséria. A maioria da população das favelas do Rio de Janeiro é constituída por aqueles que deixaram as regiões vizinhas nas quais a agricultura está dando lugar à criação de gado, como nos estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais, acelerando com isto o êxodo rural. E, assim, as cidades em vez de se beneficiarem com o “excesso” humano das zonas rurais recebem o excesso de miséria e são transformadas em “hospedeiras” destes migrantes que procuram as cidades com a esperança de uma vida melhor.”

Esta migração para as cidades foi motivada, no Brasil, por uma série de complicados fatores socioeconômicos. A longa história do *latifúndio* no Brasil, que continua até hoje e à qual deve ser acrescen-

7 Vide principalmente “Aspectos humanos da Favela Carioca”, suplemento especial de *O Estado de São Paulo* de 13 e 15 de abril de 1960, um estudo dirigido por Louis Joseph Labret, José Arthur Rios, Carlos Alberto de Medina e Hélio Modesto.

8 Smith, *Brazil*, p. 149.

9 José Arthur Rios, *Comentário* (Rio de Janeiro: Ano V, N.º 1, 1964) p. 24 (traduzido pelo autor).

tada a transformação da agricultura em criação de gado em muitas áreas, além do crescimento extremamente rápido da população nos últimos trinta anos, combinaram-se literalmente para forçar as pessoas a abandonar a terra. O crescimento das indústrias nas cidades parece oferecer esperanças a essas pessoas que recebem informações, frequentemente entusiásticas e exageradas, sobre a vida na metrópole, de amigos e conhecidos que já emigraram. A expansão do sistema educacional, embora inadequado em face à enorme necessidade, estimulou as aspirações das massas rurais. O agora onipresente rádio fez com que o analfabeto do campo descobrisse que o *seu* mundo não era o único. Esta é, evidentemente, apenas uma enumeração parcial dos fatores que levaram à tremenda migração para os centros urbanos do Brasil.

De 1940 a 1950 o setor urbano-suburbano no Brasil cresceu em mais de 5.900.000 pessoas, enquanto que o setor urbano aumentou em mais ou menos 3.800.000 pessoas. O crescimento relativo foi de 46,0 por cento e 16,9 por cento respectivamente. A década de cinquenta mostrou um crescimento urbano ainda mais marcado, com 13.206.997 e 5.815.791 pessoas a mais no crescimento urbano-suburbano e nos setores rurais da população brasileira. A porcentagem de aumento relativo foi de 70 e 17.¹⁰

Porém, quando essas massas chegam na cidade, descobrem que ela não estava, de nenhuma maneira, preparada para recebê-las. O mercado de trabalho não pode, em absoluto, absorver este grande influxo, principalmente porque as novas indústrias não são de mão-de-obra intensiva, e como usam uma tecnologia moderna, estão, na verdade, reduzindo suas necessidades de mão-de-obra. As facilidades urbanas tais como água, luz, transportes, etc. nunca foram adequadas, e não puderam, de modo algum, acompanhar o fabuloso aumento de população que a migração ocasionou. A habitação, de qualquer modo abaixo do padrão para a maioria, não pode começar a fornecer abrigo para as novas populações das cidades, e a maior parte dos recursos disponíveis para a habitação são destinados a atender às necessidades das classes média e alta, pois estes é que são os mercados lucrativos.

Mas a despeito da quase total incapacidade das cidades para atender às necessidades dos recém-chegados, eles continuam a chegar. Carlos Borges Schmidt observa¹¹ que as massas rurais do Brasil estão habituadas a viver em habitações que não estão nem mesmo à altura dos possíveis padrões de sua condição econômica. Assim a *favela* não choca os recém-chegados imigrantes como a espécie de desastre social que poderia parecer a quem está acostumado a ambientes mais favoráveis.

Padrões de Crescimento

Deve ser observado que as favelas do Rio não são, normalmente, o resultado de uma invasão organizada de intrusos, tal como Margin a observou no Peru.¹² Invasões noturnas, previamente organizadas por um grande número de famílias, não ocorreram.¹³ Mas, o mais comum foi um processo de acumulação de expansão, enquanto os migrantes

¹⁰ *Censo Federal* (Rio de Janeiro: IBGE, 1950 e 1960).

¹¹ Carlos Borges Schmidt, *O Meio Rural* (São Paulo, 1946), 53.

¹² William Mangin, "Squatter Settlements", *Scientific American*, Vol. 219, outubro, 1967, pp. 19-25.

¹³ Charles Wagley, em sua *In Introduction to Brazil* (New York: Columbia University Press, 1963), fala de *invasões* organizadas, mas isso não parece ter sido nem o padrão universal nem o comum no Rio, em proporção alguma comparável às invasões altamente organizadas de intrusos observadas por Mangin (Vide a nota anterior).

vão-se infiltrando e achando um lugar para se estabelecer, segundo freqüentemente amigos ou parentes que já haviam migrado, formando assim núcleos de *mineiros*, *baianos*, etc. Ou então a normal constituição de novas famílias, impondo mais uma carga ao já grandemente inadequado fornecimento de habitações, força a construção de barracos em qualquer terra disponível.

O posseiro das favelas do Rio é constituído predominantemente de “favelados proprietários” descritos por Abrams como aquele que “possui seu barraco, embora não possua a terra; ele ergue seu barraco em qualquer pedaço de terra livre que encontre. As terras públicas e aquelas cujos proprietários estejam ausentes são as mais procuradas. O favelado proprietário é a variedade mais comum”. Existe também o “favelado inquilino”, que é o da “classe mais pobre, ele não possui ou construiu um barraco, mas paga um aluguel para outro favelado. Muitos migrantes novos começam como favelados inquilinos, esperando melhorar para se tornar favelado proprietário.”¹⁴ contudo o primeiro tipo predomina no Rio traduzindo-se a ocupação da favela por favelados proprietários numa proporção de 68,8%.

Deve também ser observado que existem indícios de que as favelas, assim como a própria cidade, esteja atualmente crescendo *mais* em virtude da reprodução natural do que em razão da migração. Vimos mais acima que a migração líquida de 1950 a 1960 foi de 261.287, mais baixa portanto do que a de 392.829 da década anterior, e a percentagem do crescimento líquido da cidade devido à migração baixou de 68,5%, da década de 1940 para um pouco mais de 35%, na década de 1950. Assim a expansão atual das favelas é provavelmente mais uma função do crescimento biológico da cidade do que da migração interna, embora tenhamos visto o papel chave que a migração interna desempenhou em sua primitiva formação. Como Kingsley Davis observou com relação às nações em desenvolvimento, a migração interna ainda é e continuará sendo um fator importante no crescimento das cidades, e conseqüentemente das *favelas*, mas o crescimento demográfico da população em geral parece agora fazer concorrência à migração interna como elemento chave tanto no crescimento do Rio como no de suas *favelas*.¹⁵

Vantagens para o Favelado

Embora a favela possa parecer um lugar desfavorável para quem está acostumado a um ambiente de classe média, ela oferece algumas vantagens bem definidas para seus habitantes, e do ponto de vista do favelado elas são consideráveis. A ausência de qualquer pagamento mensal, ou pelo menos um aluguel baixo, lhe oferece obviamente atrativos. A liberdade de construir sua casa onde ele quiser, aliado ao fato de ser proprietário da mesma, por mais humilde que ela seja, logo ao chegar à favela, tem um grande atrativo para ele. Pode também pelo simples fato de não poder comprar a terra na qual ele constrói seu barraco, minimizar o seu emprego de capital. E, na favela ele normalmente deixa de ter despesas de transporte para seu trabalho, já que

14 Charles Abrams, *Man's Struggle for Shelter* (Cambridge: M.I.T. Press, 1964), 21.

15 Kingsley Davis, “The Urbanization of the Human Population”. Em *Urbanism in World Perspective: A Reader*, Sylvia Fleis Fava, ed. (New York: Thomas Y. Crowell Company, 1968), 32-45.

está localizado perto do mercado de trabalho e, freqüentemente, dado ao grande número de moradores da favela, pode-se até encontrar alguma espécie de ocupação rendosa dentro da própria favela.¹⁶

Ao mesmo tempo, as desvantagens são relativamente poucas, de seu ponto de vista. Uma delas é que o favelado freqüentemente não possui o título da terra na qual ele construiu sua casa, e em virtude disto está um tanto vulnerável a processos legais e à expulsão, embora isso normalmente só aconteça quando o próprio estado decide executar um projeto de remoção da favela. Outra desvantagem óbvia é o escarpamento da colina onde, na maioria das vezes, a favela está localizada. Não é apenas o problema das descidas e subidas que faz com que a luta diária pela vida seja incômoda não apenas para ir e voltar do trabalho, mas até para buscar água para as necessidades básicas, (vide figura 6). Também o escarpamento da ladeira de muitas favelas torna-as expostas ao deslizamento de terras e de lama durante as estações das chuvas e há muitas perdas de vida motivadas por esses fatores. Os baixos níveis de higiene são freqüentemente causa de perigos (vide figura 7) nem sempre são percebidos pelos favelados já que esses fatores têm sido uma constante em suas vidas.

E deve também ser observado que muitas pessoas, que não vivem no que se poderia definir de favelas, vivem em moradias abaixo do padrão não muito diferentes daqueles das favelas.

A favela, sendo, na verdade, uma invasão da cidade pelo Brasil rural, tem também uma função social positiva, funcionando como uma espécie de amortecedor para seus habitantes durante o período da transição entre a vida rural e as exigências da existência urbana. A vida rural, dominada pela natureza, conserva-se até certo ponto na favela, no âmago do mundo urbano onde domina a tecnologia. Embora muitos favelados trabalhem na indústria e na indústria de construção, o *biscate* é, na maioria das vezes, a ocupação dominante e o relógio de ponto não tem influência, o pequeno lojista domina o comércio da favela e o hábito rural de só comprar para o consumo imediato continua.

Tem sido observado que o favelado adota geralmente duas maneiras diferentes de falar, andar e mesmo de pensar. Uma é usada na favela, e representa seu procedimento tradicional, e a outra que ele usa como disfarce quando deixa a favela para desempenhar seu papel na cidade grande.¹⁷ Isto traz uma segurança interior ao recém-chegado enquanto se adapta à vida urbana.

As oportunidades educacionais para as crianças são uma das razões mais freqüentemente citadas pelos favelados para explicar sua migração do campo. Mas sob as tremendas pressões da situação econômica na qual eles se envolvem, o interesse se torna principalmente funcional. Desejam que seus filhos aprendam a ler, escrever e contar porque assim eles podem conseguir um emprego melhor, mesmo enquanto crianças, e contribuir para a vida econômica da família. Assim, embora o índice de alfabetizados nas favelas do Rio seja na verdade maior do que em muitos Estados da República, é este, normalmente, uma espécie marginal de alfabetização. A economia da vida urbana conduz a criança a um trabalho precoce. Os meninos muito cedo são empregados em biscates, dando recados, etc., enquanto as meninas começam a substituir suas mães em casa para que ela possa trabalhar fora da favela.¹⁸

16 Carlos Alberto de Medina, *A Favela e o Demagogo* (São Paulo: Livraria Martins, 1964), 52.

17 Medina, *A Favela*, pp. 52-3. Observações do autor em numerosos contatos com favelados no Rio.

18 Medina, *A Favela*, p. 59.

Diferenciação Social nas Favelas

Como veremos mais tarde, os parâmetros de variação em quase todos os aspectos da caracterização social e material das favelas são muito mais restritos do que os da cidade como um todo, e de fora parecem ser de uma considerável homogeneidade. Mais isto só ocorre em nível superficial. É principalmente em seus aspectos materiais que a favela pode ser considerada de certa forma homogênea. O tipo de construção, o abastecimento de água, o sistema sanitário primitivo, e assim por diante, são bastante similares na maioria das favelas.

Mas existem diferenças sociais consideráveis de família para família, assim como dentro de qualquer uma delas.

Os barracos mais pertos da entrada da favela, usualmente os mais baixos, são muito melhores que os de cima, ou seja mais para o seu interior. Dentro da própria favela pode-se até encontrar áreas com nomes diferentes, tais como *zona norte* e *zona sul*, para distinguir os melhores locais dos mais pobres, como ocorre na cidade. Existem áreas que os próprios favelados consideram perigosas. Os visitantes podem ser prevenidos para não entrar em uma determinada zona pois a mesma é dominada pelos *malandros*.

Existe clara e nítida distinção social dentro da favela, baseada às vezes no estado de origem dos moradores, (nordestinos ou mineiros, etc.) mas na maioria dos casos na situação econômica dos grupos. A classe comercial da favela (os comerciantes, proprietários etc.) e suas famílias, que normalmente poderiam viver em outro lugar se quisessem, geralmente ocupam a camada mais elevada da sociedade da favela, em contraposição ao grupo maior que não tem escolha.

Conclusões

As favelas não são exclusividade do Rio de Janeiro. Nem constituem elas um problema que possa ser rotulado como apenas urbano. Elas são o sintoma urbano dos problemas sociais que afligem a nação. O que é excepcional nas favelas do Rio é sua presença em todos os setores da cidade, por causa da topografia incomum da mesma e de seus primitivos padrões de desenvolvimento. E as favelas não cessarão de ser um problema cada vez maior para o Rio e para todas as cidades do Brasil, até que o problema básico de ordem social tenha sido resolvido.

A favela é inseparável de um certo tipo de estrutura socio-econômica que domina as relações de trabalho no *campo*. Enquanto o latifúndio e o minifúndio forem permitidos em vastas regiões do Brasil, as fontes da miséria nacional e do subdesenvolvimento não cessarão. É um processo irreversível de proletarização que se inicia no campo e chega à sua conclusão lógica nas cidades. As cidades, em vez de serem beneficiadas com esta corrente humana, recebem uma superabundância de miséria. As favelas cresceram como resultado da esperança de uma vida melhor. Por esta razão elas só podem desaparecer se, através de um grande plano de recuperação nacional, se pudesse aumentar o poder aquisitivo dessas massas, e se o governo reconhecer como tarefa principal o auxílio a essas massas exploradas, tanto a rural como a urbana.¹⁹

19 "Aspectos Humanos", p. 6.

A GEOGRAFIA SOCIAL DO RIO DE JANEIRO

Já foi visto como a cidade do Rio de Janeiro se desenvolveu e se expandiu desde a sua fundação, em 1565. Muitos dos elementos sociais, geográficos e políticos que influenciaram este desenvolvimento foram observados. Usaremos agora os instrumentos da análise fatorial para examinar mais de perto os padrões sociogeográficos resultantes que existiam na cidade por ocasião do censo de 1960.

As unidades de observação

As unidades de observação para o estudo são as setenta e quatro zonas e circunscrições da cidade do Rio de Janeiro. Estas não abrangem evidentemente toda a área metropolitana do Rio, já que muitos grandes subúrbios estão situados além da linha divisória do Estado do Rio de Janeiro, e os resultados do censo de 1960 para este estado ainda não está disponível. Contudo, o censo de 1960, do qual foram colhidas as vinte e duas variáveis usadas no estudo, forneceu dados em separado para as quarenta e oito favelas que se encontravam dentro das setenta e quatro zonas.¹ As zonas têm pouca, se é que têm alguma, homogeneidade social, econômica ou política, e variam muito em tamanho, topografia, etc. A população bruta foi deixada como uma variável para verificar se a diferença em tamanho influenciaria os resultados. As variáveis foram convertidas em proporções e percentagens. Não foi publicado junto com as informações censitárias mapa algum mostrando a extensão de área das zonas ou das favelas, mas outras fontes tornaram possível delimitar essas áreas.² A figura 5 mostra os limites das zonas.³

Limitações dos dados

Algumas limitações da análise são inerentes aos dados. Não há dados disponíveis sob forma utilizável para a análise da distribuição racial ou étnica da população. Isto será debatido detalhadamente mais tarde, mas deve logo ser observado que a solução típica de três-fatores da maioria das cidades norte-americanas foi excluída, já que o terceiro fator de segregação étnica ou racial não poderia resultar deste estudo, mesmo que ele estivesse presente na ecologia da cidade, pois o "input" não incluiu dados raciais.

Os dados nas favelas são certamente limitados e um tanto controlados. No censo de 1950 o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) adotou os seguintes critérios de classificação de uma comunidade como uma favela:

1. Grupos de construções ou residências em unidades de cinquenta ou mais.

1 Como será visto mais abaixo, o IBGE informou que um total de 147 favelas separadas estão localizadas dentro de 48 das 74 zonas. Todas as favelas de cada zona são consideradas como uma, estatisticamente.

2 Muito importante para este estudo a generosa assistência de Alexandre de Souza Costa Barros, um estudioso brasileiro de ciência política, da Fundação Getúlio Vargas.

3 Vide o anexo A para a identificação de cada uma das zonas de acordo com o número.

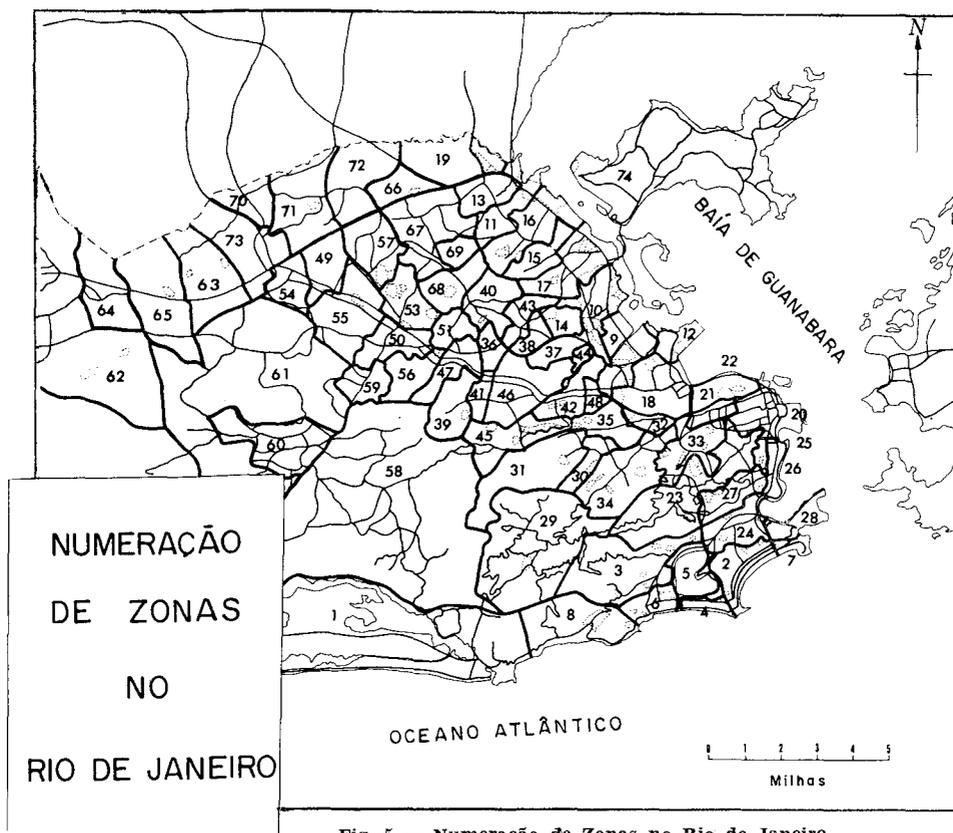


Fig. 5 — Numeração de Zonas no Rio de Janeiro.

2. Predominância de barracos ou estruturas rústicas, construídas principalmente com folhas de zinco, táboas, etc.
3. Construções sem licença, não regidas pela legislação da zona, construídas em terras pertencentes a terceiros, ou cuja propriedade é indeterminada.
4. Ausência de serviços públicos, incluindo esgotos, água, telefone, eletricidade, etc.
5. Área “não-urbanizada” sem ruas regulares, nenhum sistema de numeração, etc.⁴

Os mesmos critérios foram usados no censo de 1960, com exceção do primeiro. Posteriormente foram abandonados porque sentiu-se que por volta de 1960 as favelas, mesmo as mais recentes, tornavam-se facilmente identificáveis e eram delimitadas e até denominadas por seus habitantes, tendo-se apenas de localizá-las para fins censitários.

Contudo, muitos observadores, inclusive as agências oficiais, estimariam duas ou três vezes mais a população da favela do que o revelado pelo censo do IBGE.

Por exemplo, em 1960 o censo oficial do IBGE calculou em 147 o número de favelas separadas em 48 das zonas da cidade, com uma população total de 335.063. Mas no mesmo ano o *Serviço Nacional de Febre Amarela* estimou em 850.000 pessoas os habitantes das favelas do Rio.

⁴ “Favelas do Estado da Guanabara”, *Censo Demográfico de 1960* (Rio de Janeiro; Fundação IBGE, 1968), p. v.

O Serviço Federal de Habitação discriminou 183 favelas com 174.000 residentes e 900.000 ocupantes. Um relatório da Polícia, preparado em 1961, estimou que mais ou menos um milhão de pessoas viviam nas favelas.⁵

Este estudo portanto é feito na suposição de que os dados do censo sejam *representativos* da realidade das favelas, embora a exatidão dos mesmos possa ser questionada.

A análise

Em razão da distribuição generalizada das *favelas* pelas *zonas*, foram feitas quatro análises distintas. Uma para as *zonas* como apresentadas nos dados do Censo. Estes dados abrangem a população da favela indiscriminadamente como parte das *zonas*. Tendo em vista o que já se sabe sobre os grandes contrastes que normalmente existem entre as favelas e o grande ambiente circunvizinho, (vide figura 4) sentiu-se que somente este estudo não forneceria um quadro acurado da ecologia da cidade. Foi então feita uma segunda análise das *zonas*, não consideráveis as favelas respectivas, para verificar como ficaria a cidade sem elas. Uma terceira análise foi feita com as próprias favelas, e uma quarta das *zonas*, menos as favelas e as favelas, mutuamente exclusivas, resultando daí matriz de 121 por 22 dados.⁶

A análise fatorial de eixo principal com rotação varimax normal de todos os fatores de valores-Eigen que excediam a unidade foi utilizada para analisar a matriz de dados das 74-*zonas* x 22 variáveis (incluindo as *favelas*). O mesmo procedimento foi usado para a matriz de 74-*zonas* x 22 variáveis (sem as *favelas*), para a matriz de 48-*favelas* x 22 variáveis das favelas somente, e para a matriz das 121-unidades x 22 variáveis das *zonas* e favelas consideradas mutuamente exclusivas.

A rotina de análise fatorial utilizada no sistema de computador da Universidade de Chicago forneceu matrizes de estatísticas descritivas para cada variável, correlações simples entre variáveis, cargas fatoriais para números variados de fatores (dependendo do estudo), valores-Eigen-indicando a percentagem da variância total representada pelos fatores, e escores ortonormais de fatores para cada unidade de observação em relação a cada fator.

Contrastes entre as Zonas e as Favelas

Antes de examinarmos detalhadamente as quatro análises, será interessante observar as grandes diferenças existentes entre as *zonas* e as *favelas* reveladas nos dados brutos.

O primeiro e talvez o mais surpreendente contraste está na idade dos *favelados* quando comparada com as dos habitantes das *zonas*. As favelas são notadamente mais jovens, com uma idade mediana de 18,729 contra 24,676 nas *zonas*. E também, 43,142 por cento tem menos de 15 anos nas favelas contra 30,882 por cento nas *zonas*, e apenas 3,302 por cento têm mais de 60, contra 6,911 por cento nos bairros.

A segunda área de contraste até mais surpreendente está no número menor de mulheres nas favelas, com uma média de 49,959 por cento

5 *Correio da Manhã*, de 1 de julho, 1961.

6 Uma das favelas, Jacarezinho, atingiu o *status* de zona ou circunscrição e assim aparece nas 74 *zonas* e nas 48 favelas. Ela foi contada apenas uma vez na análise combinada, resultando em apenas 121 unidades em vez de 122.

de mulheres contra 51,591 por cento nas zonas.⁷ Isto é um tanto surpreendente se encarado à luz do estudo feito por Medina que mostrou que a unidade social da favela é a família.⁸ Mas isto é provavelmente o resultado do fato de que muitas mulheres e moças da favela são empregadas domésticas e dormem em seus empregos, e por isso, aparecem no resultado do censo como residentes da zona, embora pertençam a *favela*.

O tamanho médio das famílias é bastante semelhante, sendo em média na favela de 4,648 por família, contra, mais ou menos, 4,454 nas zonas. Isto se deve à influência tradicional da Igreja Católica Romana sobre o tamanho das famílias em todas as classes da sociedade brasileira.⁹ Todos os observadores estrangeiros se impressionam com o verdadeiro amor que os brasileiros de todas as classes mostram pelas crianças. E, embora não haja dados disponíveis, pode-se presumir que como as favelas padecem de uma taxa maior de mortalidade infantil, esta tendência um tanto maior à reprodução seria uma compensação.

Os casamentos consensuais são muito mais comuns nas favelas do que nas zonas, constituindo uma taxa de 27,5% de todas as uniões reconhecidas, contra 8,7%. Emilio Willems esclarece os motivos. "Durante o Império (1822-1889) a cerimônia do casamento religioso oficiada em uma igreja católica por um padre ordenado não era apenas legalmente reconhecido mas também era a única forma de casamento de efeito religioso e legal. A separação da igreja e do Estado levou a uma cerimônia de casamento civil distinta. Desde então, a cerimônia do casamento religioso tem sido encarada como um ato pelo qual se pode obter as aprovações sociais e sobrenaturais, enquanto a cerimônia civil foi aceita como uma indispensável formalidade legal, principalmente pelas classes média e mais altas. Para as pessoas das baixas classes rurais, entretanto, que não têm que se preocupar com propriedades e heranças, a cerimônia civil nada acrescenta à confirmação religiosa, exceto as custas."¹⁰ Mais adiante, Willems observa que nas áreas que não são regularmente visitadas por padres católicos, os casamentos consensuais são livremente aceitos. Assim, a alta taxa de casamentos consensuais na favela pode ser entendido como reflexo do estado de não propriedade de classe mais baixa do que é constituída.

E o que é bastante estranho, as cifras de emprego são bastante elevadas para as favelas, com uma média de 34,015% empregados na indústria, comparados a apenas 21,151% nas zonas, e uma taxa de desemprego de 21,890% contra 28,055% nas zonas. Isto se explica se encaramos o fato de que a da construção civil está incluída na categoria de indústria, e como ele absorve mais empregados não classificados do que qualquer outra atividade urbana, os favelados estariam melhor classificados neste setor. Também deve ser reconhecido que existe o desemprego disfarçado nas favelas, com muitos trabalhadores fazendo biscates, ou trabalho marginal temporário, de tempo parcial, o que não foi discriminado nos dados do censo.

7 A percentagem para todas as favelas revela 46,9% de mulheres, enquanto as zonas têm 51,6 e a cidade como um todo tem 51,4% de mulheres.

8 Medina, *A Favela*, p. 54.

9 Smith observa em "*Brazil*": "No Brasil existe pouca, ou mesmo nenhuma, tendência para uma diferenciação de fertilidade favorável às classes mais baixas. Contando somente com a descendência legítima, os membros das classes mais altas provavelmente têm em média tantos filhos quanto os das classes média e mais baixa". p. 74.

10 Emilio Willems, "A Estrutura da Família Brasileira". Um trabalho apresentado no quinquagésimo encontro anual da Southern Sociological Society, Atlanta, Georgia, 28 de março, 1952.

O índice de alfabetização é de 58,8% para os favelados e de 84,3 para as zonas. Embora a diferença seja grande, deve ser observado ainda que a taxa para as favelas do Rio é maior do que na maioria dos estados da República. A percentagem de estudantes não é muito diferente entre a favela e a zona, com uma média de 18,085 contra 21,278. Entretanto, quando analisada à luz da maior percentagem dos menores de 15 anos (43,142% contra 30,882%) verificamos que *muitas* crianças em idade escolar nas favelas não vão ao colégio.

As favelas mostram uma percentagem muito maior de habitações ocupadas por seus proprietários, com uma percentagem de 68,8% em comparação com os 32,0% das zonas. Como foi observado acima, muitos favelados constroem seus próprios barracos, sendo por isso proprietários, embora na maioria dos casos não sejam senhores do terreno onde construíram sua habitação.

As outras variáveis, no presente estudo, são medidas de “urbanização” e os contrastes ali encontrados são parte da natureza da definição de uma favela.

A Primeira Análise: As Zonas

A primeira análise foi a das zonas incluindo as favelas. A tabela 3 mostra os coeficientes de correlação das 22 variáveis¹¹ nas 74 zonas, e a tabela 4 dá as cargas fatoriais depois de onze rotações com convergência varimax.

11 Para uma completa descrição das variáveis usadas vide o anexo B.

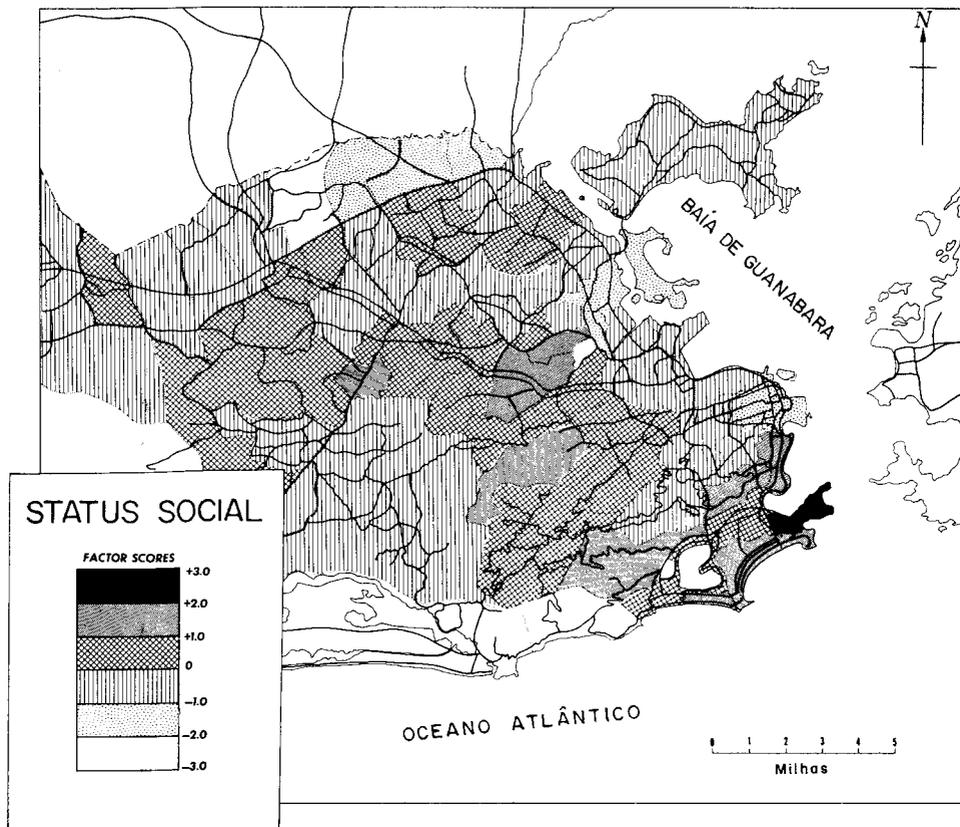


Fig. 6 — Mapa do Fator I, status socioeconômico — Zonas. (O sombreado mais escuro indica status mais elevados).

TABELA 3
Matriz de Coeficientes de Correlação
Zonas

Variáveis	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	
1. Idade média	1,000																						
2. PCT de mulheres	0,417	1,000																					
3. PCT alienígenos	0,434	0,373	1,000																				
4. PCT na GB 1 ano	0,217	0,348	0,809	1,000																			
5. PCT na GB 1 a 5 anos	0,211	0,265	0,914	0,867	1,000																		
6. PCT menores de 15 anos	-0,968	-0,425	-0,504	-0,311	-0,277	1,000																	
7. PCT de mais de 60 anos	0,939	0,462	0,305	0,116	0,067	-0,929	1,000																
8. AVE tamanho médio família	-0,817	-0,136	-0,165	-0,277	-0,339	0,863	-0,729	1,000															
9. PCT casamento consensuais	-0,576	-0,583	-0,906	-0,046	-0,132	0,604	-0,663	0,265	1,000														
10. PCT na indústria	-0,618	-0,492	-0,443	-0,496	-0,380	0,668	-0,570	0,502	0,475	1,000													
11. PCT desempregados	-0,480	-0,454	-0,791	-0,638	-0,684	0,529	-0,333	0,376	0,131	0,426	1,000												
12. PCT alfabetizados	0,760	0,439	0,057	0,063	-0,108	-0,776	0,763	-0,566	-0,871	-0,637	-0,239	1,000											
13. PCT de estudantes	-0,648	-0,046	-0,510	-0,236	-0,384	0,622	-0,536	9,694	-0,050	0,131	0,501	-0,148	1,000										
14. PCT ocupação pelos proprietários	-0,408	0,234	0,225	0,188	0,243	0,380	-0,399	0,453	0,342	0,243	-0,100	-0,514	0,076	1,000									
15. RMS cômodos por habitação	0,373	0,806	0,277	0,376	0,218	-0,416	0,402	-0,052	-0,682	-0,643	-0,422	0,591	0,197	0,023	1,000								
16. PCT fogão de lenha	-0,399	-0,267	-0,021	-0,015	0,109	0,418	-0,460	0,200	0,530	0,123	0,077	-0,533	0,319	-0,638	-0,192	1,000							
17. PCT eletricidade	0,445	0,390	-0,082	-0,021	-0,210	-0,470	0,497	-0,229	-0,712	-0,348	-0,053	0,695	-0,061	-0,206	0,417	-0,577	1,000						
18. PCT refrigeradores	0,780	0,676	0,325	0,295	0,168	-0,811	0,781	-0,519	-0,826	-0,765	-0,470	0,873	-0,194	-0,292	0,801	-0,406	0,578	1,000					
19. PCT de rádios	0,589	0,448	-0,115	-0,054	-0,283	-0,607	0,653	-0,283	-0,901	-0,483	-0,060	0,903	-0,026	-0,349	0,574	-0,632	0,832	0,780	1,000				
20. PCT de água	0,616	0,463	-0,047	-0,060	-0,215	-0,624	0,655	-0,310	-0,856	-0,429	-0,128	0,860	-0,100	-0,217	0,543	-0,658	0,746	0,759	0,917	1,000			
21. PCT casados maiores de 15 anos	-0,752	-0,720	-0,627	-0,475	-0,433	0,809	-0,770	0,505	0,508	0,703	0,579	-0,606	0,336	0,099	-0,648	0,259	-0,379	-0,754	-0,480	-0,498	1,000		
22. Por total	0,310	0,239	0,277	0,136	0,084	-0,359	0,377	-0,297	-0,243	-0,182	-0,173	0,249	-0,286	-0,063	0,198	-0,315	0,279	0,268	0,256	0,240	-0,341	1,000	

Nove variáveis pesam no primeiro fator com escores maiores do que $\pm 0,500$. Aparecem cinco variáveis para o segundo fator, seis para o terceiro e duas para o quarto.

Os resultados são uma solução clara e relativamente bem definida, de três fatores, para a cidade (os fogões de lenha e a população bruta juntas no fator quatro têm apenas significado como curiosidade).

As nove variáveis do fator I dão uma boa indicação do "status" socioeconômico na cidade. O alfabetismo conjuga-se positivamente com moradias melhores (quartos por habitantes, água, eletricidade) e amenidades (rádios, refrigeradores) e negativamente com casamentos consensuais e a percentagem dos empregados na indústria.

TABELA 4
Cargas Fatoriais
Zonas

N.º	Variáveis Nome	Fatores				
		Comuni- dade	I	II	III	IV
9	PCT Casamentos consensuais	0,893	-0,916	-0,051	0,188	-0,121
19	PCT Rádios	0,943	0,889	0,197	-0,241	0,236
18	PCT Refrigeradores	0,940	0,841	-0,306	-0,370	0,045
15	Cômodos por habitação	0,916	0,838	-0,416	0,153	-0,130
12	PCT de alfabetizados	0,939	0,836	0,036	-0,480	0,094
20	PCT de água	0,875	0,835	0,143	-0,242	0,311
17	PCT de eletricidade	0,697	0,725	0,166	-0,128	0,356
2	PCT de mulheres	0,767	0,687	-0,495	0,167	0,150
10	PCT na indústria	0,764	-0,592	0,480	0,369	0,219
3	PCT alienígenas	0,938	-0,040	0,932	-0,213	0,151
5	PCT na GB 1 a 5 anos	0,887	-0,154	0,925	-0,080	-0,022
4	PCT na GB 1 ano	0,758	0,068	-0,686	-0,013	-0,029
11	PCT de desempregados	0,717	-0,138	0,798	0,209	-0,133
21	PCT casados maiores de 15 anos	0,822	-0,587	0,588	0,341	-0,127
8	Tamanho médio família	0,871	-0,108	0,287	0,866	-0,168
1	Idade média	0,943	0,469	-0,279	-0,763	0,252
6	PCT menores de 15 anos	0,969	-0,499	0,347	0,730	-0,258
14	PCT Ocupação proprietários	0,823	-0,209	-0,351	0,724	0,363
7	PCT Mais 60 anos	0,884	0,551	-0,163	-0,684	0,292
13	PCT de estudantes	0,897	0,225	0,336	0,645	-0,563
16	PCT fogões a lenha	0,774	-0,446	-0,111	0,080	-0,746
22	População total	0,373	0,180	-0,157	-0,135	0,546
	Porcentagem da variância comum		39,6	66,1	89,1	100,0

O fator II pode ser melhor descrito como um fator de migração interna. O fator III é claramente um fator "stage-in-life-factor" com tamanho de família, a percentagem dos menores de 15 anos e a percentagem de estudantes, apresentando números positivos, enquanto a idade mediana e a percentagem dos maiores de 60 anos são negativos.

Quando os escores fatoriais são mapeados, é possível ver a relação entre os fatores e a locação de residências no Rio de Janeiro:

O fator I mapeado, figura 6, mostra uma tendência dos *status* mais altos aglomerarem-se na zona sul, embora existam bolsões de *status* altos no mapa, na Zona Norte.

Entretanto, pelo menos três bairros não são considerados pelo carioca como áreas de *status* alto, (Méier, Guadalupe, Praça Seca), mostrando assim como a inclusão das favelas distorce a descrição das zonas.¹²

12 Uma pesquisa sobre a cidade do Rio de Janeiro feita entre estudantes da Universidade de Chicago apresentou os seguintes resultados quanto à classificação dos bairros de prestígio da cidade: Gávea, Leblon, Lagoa, Ipanema, Laranjeiras, Copacabana, Urca, Grajaú, Tijuca, Leme. Os escores fatoriais da análise das zonas ordenou-os da seguinte maneira: Urca, Grajaú, Méier, Ipanema, Guadalupe, Laranjeiras, Praça Seca, Copacabana, Flamengo e Gávea. A classificação da análise das zonas menos as favelas foi: Lagoa, Grajaú, Lins de Vasconcelos, Méier, Leblon, Ipanema, Urca, Leme, Gávea e Vila Isabel. A análise final com as zonas e favelas consideradas como mutualmente exclusivas classificou-as nesta ordem: Lagoa, Leme, Copacabana, Flamengo, Ipanema, Leblon, Urca, Laranjeiras, Maracanã e Tijuca. Foi a que mais se aproximou das classificações subjetivas dos estudantes pesquisados.

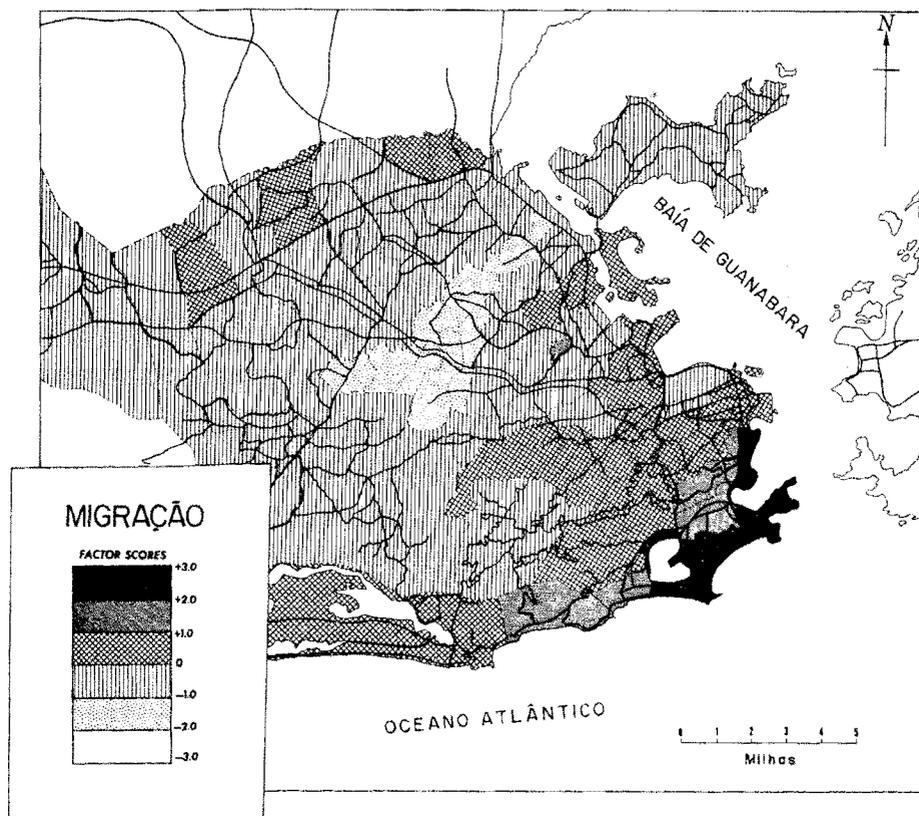


Fig. 7 — Mapa do Fator II, na Zona de Migração. (O sombreado mais escuro indica maior migração, menor estabilidade).

Guadalupe está situada na fronteira do Estado do Rio e se o carioca a conhece, considera-a um subúrbio e evidentemente de *status* baixo. O Méier e Praça Seca são geralmente encarados como áreas de boas moradias e adequadamente urbanizados, mas não são de modo algum área de prestígio procuradas por razões de *status*.

Sob este ponto o Méier é particularmente interessante de observar. É uma das poucas zonas que não tem favelas. É também um dos bairros mais homogêneos da cidade, sendo predominantemente habitado pela sólida classe média, constituído predominantemente por habitações de uma ou duas famílias com relativamente poucos prédios elevados. Tem um alto índice de alfabetizados, eletrificação, água, etc. Deve outra vez ser observado que os dados de aluguéis e rendas não estavam disponíveis e assim não foi possível à análise uma discriminação mais precisa quanto ao prestígio. Mas, como veremos mais tarde, é evidente que a inclusão das favelas dentro das zonas, estatisticamente forneceu um quadro falso das áreas de *status* do Rio nesta análise. Niemeyer, por exemplo, que é geralmente encarada como uma área de alto *status*, tem uma das maiores populações de favela, que correspondia em 1960 quase três-terços da zona. Sem dúvida isto justifica o seu escore extremamente baixo nesta análise ($-3,09$) e aquele elevado demais ($+1,06$) da quarta análise. Outras zonas reagem da mesma maneira.

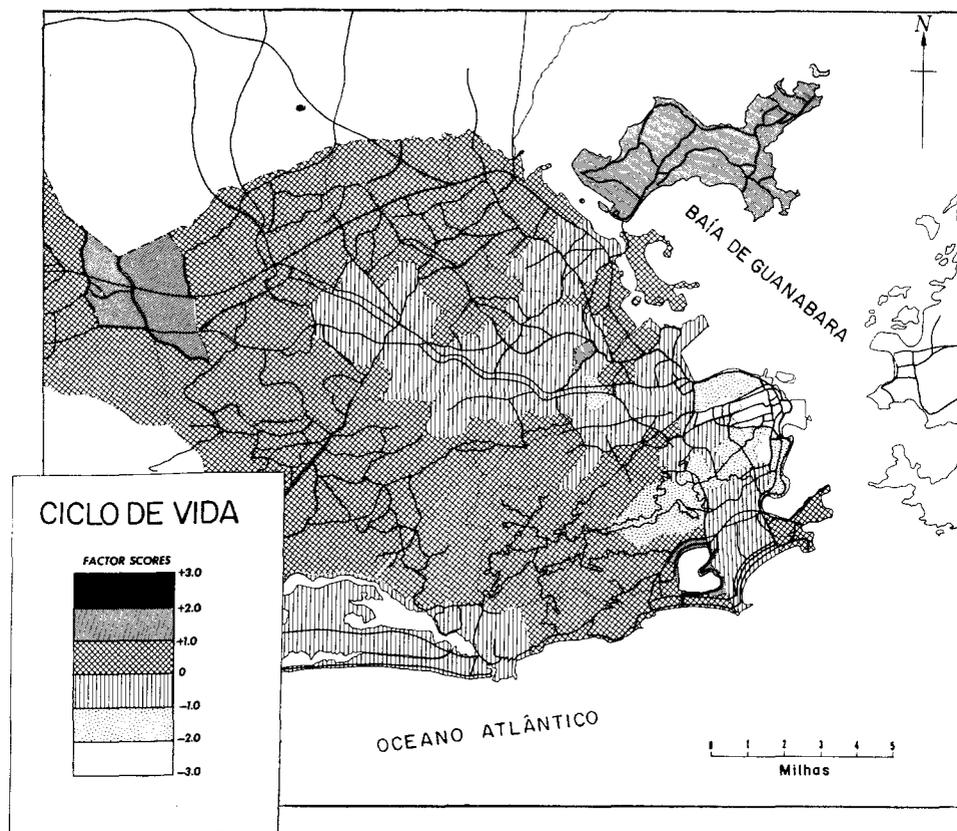


Fig. 8 — Mapa do Fator III, Zonas Ciclo de Vida. (O sombreado mais claro indica população mais antiga)

O fator II, o fator de migração, mostra, quando mapeado, (figura 7), que as áreas de maior migração interna são as da zona sul, as áreas centrais e as áreas fora das orlas. A zona norte é facilmente a parte mais estável da cidade.

O fator III, o fator do ciclo-de-vida, mapeado na figura 8, revela um grau impressionante de homogeneidade para toda a cidade. A escala de escores fatoriais para quase toda a área é de +1,00 para -1,00. A única exceção notável em toda a cidade é o Bairro Central (a Cidade) com uma população marcadamente mais velha.

A Segunda Análise: As Zonas Menos as Favelas

A segunda análise, feita após haverem sido as favelas estatisticamente removidas, dá uma solução fatorial muito menos definida, mas, talvez, um melhor quadro do espaço social da cidade (tabelas 5 e 6).

O fator I neste caso tem treze variáveis com escores acima de $\pm 0,500$. Mas desta vez é uma combinação de *status* e elemento do ciclo de vida que ponderam este fator. Além de *todas* as nove variáveis que se ajuntam sobre este fator na primeira análise, a percentagem dos maiores de 60, a percentagem dos maiores de 15 anos casados (escore negativo), a idade mediana, e a percentagem dos menores de 15 anos (negativa) também se agrupam aqui. Podemos constatar que para as zonas consideradas por si sós, o *status* está relacionado com a idade e as áreas de mais alto *status* tendem também a ser as mais antigas.

É interessante reparar que Jacarezinho, a favela que se tornou um bairro, conseguiu, nesta análise, escore mais alto que duas outras zonas regulares, Barros Filho e Barra da Tijuca, mostrando assim a dificuldade que se tem para definir ou distinguir as favelas.¹³ O fator II continua sendo a fator de migração e os escores mostram pequenas diferenças com relação aos da primeira análise. As cinco zonas de maiores escores são as mesmas e estão na mesma ordem nas duas análises.

O fator III ainda é um fator do ciclo de vida. A percentagem de maiores de 60, que pesou sobre o fator I, tem também um escore de 0,622 no fator III. A idade média também pesou em ambos os fatores, aqui com 0,595. A percentagem de estudantes marcou 0,622 neste fator e também teve um escore de 0,628 no fator IV. Há, ainda, mudanças pouco significativas entre as duas análises para este fator. Jacarezinho se classifica em segundo lugar, nos dois casos, depois de Guadalupe, as duas zonas apresentando famílias muito grandes e jovens, e escores muito maiores do que a zona colocada em terceiro lugar, indicando que elas são um tanto fora do comum.

Ainda o fator IV mais uma vez ajuntou a percentagem de fogões a lenha e a população total e acrescentou a percentagem de estudantes. Isto não tem significação aparente, exceto, talvez, para fazer com que o autor mais uma vez deseje não ter incluído o fogão a lenha no "input".

13 Barra da Tijuca que obteve a classificação mais baixa em 1960 (-3,66) é encarada por muitos como a próxima área de prestígio da cidade. A década depois do censo assistiu ao começo de um desenvolvimento considerável desta área de praia a oeste das atuais áreas de prestígio de Ipanema e Leblon. Um novo túnel está sendo construído o que tornará ainda mais fácil o acesso a esta área, e pode-se prever uma expansão ainda maior na próxima década.

TABELA 5
Matriz de Coeficientes de Correlação
Somente Zonas

Variáveis	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	
1. Idade média	1,000																						
2. PCT de mulheres	0,524	1,000																					
3. PCT alienígenos	0,512	0,435	1,000																				
4. PCT na GB 1 ano	0,277	0,385	0,810	1,000																			
5. PCT na GB 1 a 5 anos	0,317	0,370	0,925	0,878	1,000																		
6. PCT menores de 15 anos	-0,962	-0,447	-0,564	-0,333	-0,356	1,000																	
7. PCT de mais de 60 anos	0,899	0,438	0,308	0,091	0,087	-0,910	1,000																
8. AVE tamanho médio família	-0,769	-0,139	-0,437	-0,225	-0,295	0,770	-0,705	1,000															
9. PCT casamentos consensuais	-0,706	-0,679	-0,221	-0,150	-0,089	0,682	-0,711	0,265	1,000														
10. PCT na indústria	-0,666	-0,505	-0,517	-0,524	-0,484	0,688	-0,562	0,471	0,575	1,000													
11. PCT de desempregados	-0,510	-0,484	-0,787	-0,655	-0,715	0,529	-0,262	0,360	0,280	0,438	1,000												
12. PCT de alfabetizados	0,831	0,521	0,259	0,176	0,099	-0,831	0,779	-0,540	-0,862	-0,687	-0,393	1,000											
13. PCT de estudantes	-0,650	-0,032	-0,437	-0,177	-0,250	0,666	-0,568	0,722	0,106	0,158	0,454	-0,327	1,000										
14. PCT ocupação pelos proprietários	-0,345	0,275	0,127	0,181	0,162	0,384	-0,435	0,501	0,166	0,241	-0,066	-0,354	0,270	1,000									
15. RMS cômodos por habitação	0,445	0,744	0,436	0,486	0,430	-0,417	0,317	0,035	-0,651	-0,635	-0,484	0,536	0,131	0,195	1,000								
16. PCT fogão de lenha	-0,411	-0,306	-0,063	-0,016	0,078	0,425	-0,462	0,236	0,481	0,145	0,155	-0,533	0,400	-0,098	-0,088	1,000							
17. PCT eletricidade	0,525	0,408	0,029	0,009	-0,099	-0,504	0,524	-0,259	-0,716	-0,365	-0,117	0,688	-0,196	-0,119	0,332	-0,573	1,000						
18. PCT refrigeradores	0,773	0,644	0,441	0,383	0,336	-0,768	0,685	-0,436	-0,807	-0,772	-0,474	0,822	-0,233	-0,185	0,736	-0,355	0,543	1,000					
19. PCT de rádios	0,672	0,510	0,051	0,015	-0,115	-0,656	0,683	-0,307	-0,900	-0,530	-0,180	0,899	-0,193	-0,211	0,502	-0,614	0,839	0,736	1,000				
20. PCT de água	0,679	0,512	0,085	-0,012	-0,086	-0,664	0,678	-0,329	-0,856	-0,452	-0,231	0,861	-0,264	-0,177	0,439	-0,657	0,778	0,709	0,938	1,000			
21. PCT casados maiores de 15 anos	-0,780	-0,720	-0,650	-0,488	-0,516	0,808	-0,751	0,468	0,693	0,713	0,531	-0,674	0,320	0,118	-0,639	0,281	-0,421	-0,735	-0,535	-0,535	1,000		
22. População total	0,324	0,204	0,182	0,107	0,054	-0,325	0,328	0,344	-0,160	-0,156	-0,174	0,289	-0,303	-0,019	0,040	-0,332	0,269	0,178	0,231	0,269	-0,273	1,000	

TABELA 6
Cargas Fatoriais
Somente as Zonas

N.º	Variáveis Nome	Fatores				
		Comuni- dade	I	II	III	IV
9	PCT de consensuais	0,918	--0,943	--0,108	0,114	--0,053
19	PCT de rádios	0,944	0,930	--0,092	--0,156	0,216
20	PCT de água	0,897	0,875	--0,073	--0,154	0,321
12	PCT de alfabetizados	0,917	0,850	0,128	--0,386	0,168
18	PCT de refrigeradores	0,863	0,806	0,385	--0,253	--0,025
17	PCT de eletricidade	0,714	0,762	--0,121	--0,061	0,338
15	PCT cômodos por habitação	0,880	0,700	0,528	0,220	--0,251
2	PCT de mulheres	0,753	0,679	0,484	0,223	0,091
7	PCT de mais 60 anos	0,869	0,629	0,124	--0,622	0,266
21	PCT casados maiores de 15 anos	0,804	--0,625	--0,574	0,279	--0,073
1	idade média	0,934	0,615	0,335	--0,595	0,274
10	PCT na indústria	0,772	--0,596	--0,508	0,344	0,200
5	PCT na GB 1 a 5 anos	0,921	--0,047	0,957	--0,058	--0,026
3	PCT de alienígenas	0,932	0,067	0,935	--0,175	0,151
4	PCT na GB 1 ano	0,798	0,061	0,890	0,029	--0,011
11	PCT de desempregados	0,720	--0,176	--0,794	0,117	--0,211
14	PCT ocupação pelos proprietários	0,830	--0,101	0,256	0,837	0,233
8	Tamanho médio de família	0,864	--0,151	--0,270	0,817	--0,319
6	PCT menores de 15 anos	0,963	--0,583	--0,386	0,632	--0,273
16	PCT fogões a lenha	0,780	--0,485	0,079	--0,037	--0,733
13	PCT de estudantes	0,850	0,030	--0,263	0,622	--0,628
22	População total	0,416	0,137	0,111	--0,109	--0,611
Porcentagem da variância comum			41,5	69,0	88,2	100,0

A Terceira Análise: As Favelas

A terceira análise foi das favelas exclusivamente. (*vide* tabelas 7 e 8.) Neste caso, foi produzida uma solução de seis fatores, confirmando a observação mais acima¹⁴ sobre a grande variação que se encontra dentro e entre as favelas. O computador revela claramente que a aparente homogeneidade das favelas é na verdade superficial.

O fator I inclui cinco variáveis e é, sem dúvida, um fator de migração (com o fogão a lenha aparecendo aqui como única alteração) e a percentagem de habitações ocupadas pelos proprietários, englobando-as também¹⁵ (figura 9).

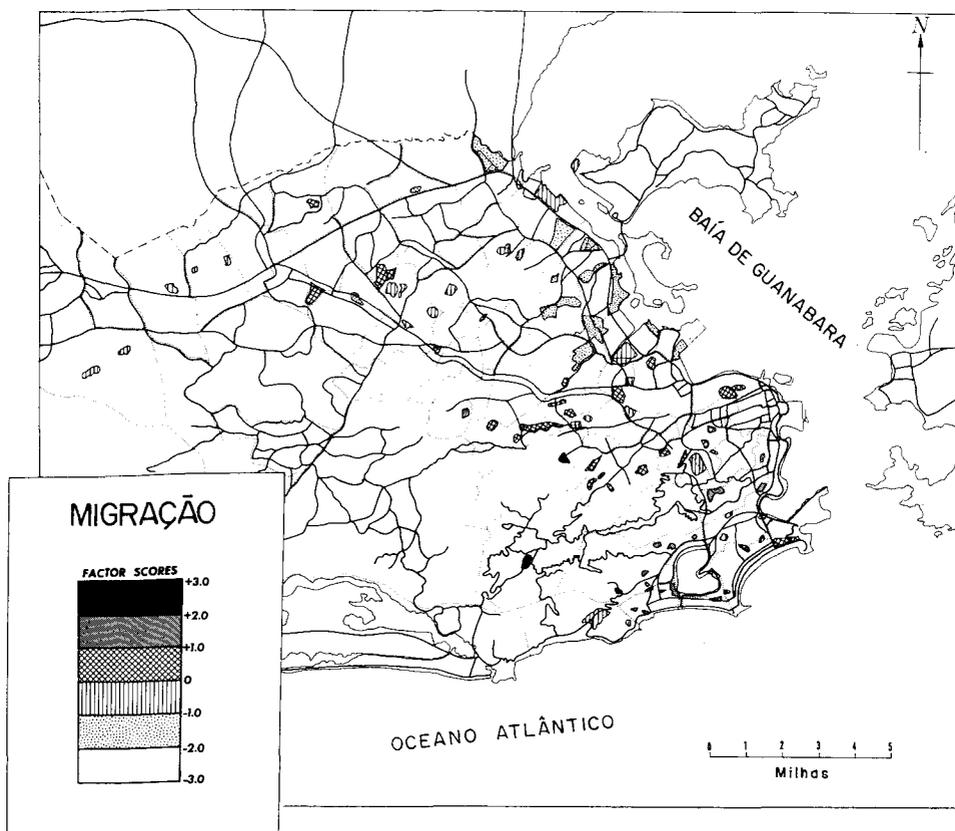


Fig. 9 — Mapa do Fator I, Migração — Favelas. (O sombreado mais claro indica migração menor, menor estabilidade).

O fator II é basicamente um fator do ciclo de vida, embora duas das variáveis geralmente associadas ao *status* (percentagem de água, percentagem de refrigeradores) se agrupem aqui também (Figura 10).

14 Vide o Capítulo IV.

15 A percentagem de habitações ocupadas pelos proprietários junto com a migração interna nas favelas não é difícil de ser entendido. Basicamente, não existe mercado imobiliário dentro das favelas. Os cidadãos devem fornecer seus próprios barracos. Entretanto nas favelas mais antigas, isto é, naquelas cujos ocupantes já estão há muito tempo, deveria obviamente haver uma maior rotatividade de habitações, com algumas pessoas saindo e alugando seus barracos aos recém-chegados.

TABELA 7
Matriz de Coeficientes de Correlação
Favelas

Variações	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22
1. Idade média	1,000																					
2. PCT de mulheres	-0,217	1,000																				
3. PCT alienígenos	-0,239	-0,164	1,000																			
4. PCT na GB 1 ano	-0,001	-0,111	0,717	1,000																		
5. PCT na GB 1 a 5 anos	-0,123	-0,302	0,700	0,683	1,000																	
6. PCT menos de 15 anos	-0,719	0,126	0,260	0,126	0,235	1,000																
7. PCT de mais de 60 anos	0,518	0,001	-0,459	-0,426	-0,420	-0,702	1,000															
8. AVE tamanho médio família	-0,165	0,223	-0,038	-0,186	-0,160	0,063	-0,151	1,000														
9. PCT casamentos consensuais	0,005	0,202	0,080	0,209	0,051	0,023	-0,238	-0,212	1,000													
10. PCT na indústria	-0,028	-0,212	0,066	-0,011	0,052	-0,069	0,162	-0,064	-0,485	1,000												
11. PCT de desempregado	0,249	-0,027	-0,068	-0,047	0,018	-0,124	0,377	-0,052	-0,170	-0,013	1,000											
12. PCT alfabetizados	0,056	-0,162	-0,383	-0,310	-0,264	-0,228	0,170	0,236	-0,507	0,117	-0,152	1,000										
13. PCT de estudante	-0,152	0,079	-0,298	-0,411	-0,344	0,143	0,111	0,467	-0,495	0,133	-0,130	0,568	1,000									
14. PCT ocupação pelos proprietários	-0,106	0,161	0,619	0,470	0,415	0,121	-0,306	-0,010	0,355	-0,045	-0,073	-0,452	-0,309	1,000								
15. RMS cômodos por habitação	-0,073	0,175	0,049	-0,153	-0,143	0,042	0,047	0,744	-0,439	0,182	0,147	0,212	0,494	0,053	1,000							
16. PCT fogão de lenha	0,198	0,295	-0,375	-0,353	-0,425	-0,231	0,356	-0,209	0,288	-0,285	0,077	-0,152	-0,056	-0,220	-0,318	1,000						
17. PCT eletricidade	0,019	-0,031	-0,334	-0,502	-0,334	-0,249	0,430	0,087	-0,129	0,010	0,075	0,064	0,171	-0,419	0,215	0,122	1,000					
18. PCT refrigeradores	0,275	0,015	-0,505	-0,387	-0,328	-0,471	0,456	0,218	-0,318	0,029	0,125	0,435	0,355	-0,312	0,381	0,036	0,463	1,000				
19. PCT de rádios	0,020	0,103	-0,254	-0,423	-0,303	-0,200	0,202	0,294	-0,115	0,009	-0,004	0,087	0,304	-0,096	0,442	-0,122	0,700	0,617	1,000			
20. PCT Água	0,300	0,082	-0,069	-0,142	-0,066	-0,539	0,405	0,140	-0,110	-0,077	0,156	0,244	0,109	0,056	0,233	0,080	0,272	0,588	0,390	1,000		
21. PCT casados maiores de 15 anos	-0,401	-0,242	0,438	0,378	0,366	0,561	-0,390	-0,184	-0,088	0,069	-0,169	-0,126	-0,048	0,154	0,032	-0,373	-0,126	-0,333	-0,103	-0,381	1,000	
22. População total	0,061	0,272	0,001	0,067	-0,043	-0,249	0,112	0,188	0,135	0,026	0,044	-0,077	-0,096	0,095	0,313	-0,028	0,177	0,192	0,285	0,300	-0,228	1,000

TABELA 8

Cargas Fatoriais
Favelas

N.º	Variáveis Nome	Comu- nidade	I	II	Fatores III	IV	V	VI
3	PCT de alienígenas	0,810	-0,867	-0,214	0,008	-0,035	-0,092	0,056
4	PCT na GB 1 ano	0,770	-0,812	+0,033	-0,143	0,015	-0,295	-0,034
5	PCT na GB 1 a 5 anos	0,772	-0,793	-0,116	-0,190	-0,170	-0,117	-0,043
14.	PCT ocupação pelos proprietá- rios	0,650	-0,707	-0,031	0,114	0,326	-0,118	0,091
16	PCT fogão de lenha	0,691	0,544	0,182	-0,214	0,496	-0,137	0,223
6	PCT menores de 15 anos	0,877	-0,103	-0,913	0,126	0,019	-0,121	-0,035
1	Idade média	0,694	0,060	0,779	-0,227	-0,066	-0,099	0,133
20	PCT de água	0,659	-0,068	0,696	0,257	0,033	0,312	-0,064
21	PCT casados maiores de 15 anos	0,653	-0,361	-0,621	-0,185	-0,301	0,060	-0,96
7	PCT de mais de 60 anos	0,801	0,438	0,610	-0,106	-0,177	0,182	0,401
18	PCT de refrigeradores	0,733	0,310	0,530	0,280	-0,195	0,470	-0,135
8	de tamanho médio de família	0,730	0,041	-0,025	0,840	-0,011	0,067	-0,131
15	Cômodos por habitação	0,867	-0,063	0,010	0,833	-0,273	0,272	0,139
13	PCT de estudantes	0,734	0,444	-0,093	0,570	-0,357	0,046	-0,271
22	População total	0,484	-0,245	0,301	0,354	0,274	0,320	0,175
9	Casamentos consensuais	0,814	-0,188	-0,029	-0,310	0,822	-0,004	-0,080
10	PCT na indústria	0,450	-0,060	-0,018	0,040	-0,626	0,008	0,228
2	PCT de mulheres	0,695	0,188	-0,093	0,490	0,599	-0,067	0,219
19	PCT de rádios	0,900	0,147	0,133	0,287	0,009	0,880	-0,059
17	PCT de eletricidade	0,905	0,348	0,073	-0,043	-0,061	0,875	0,086
11	PCT de desempregados	0,669	0,039	0,203	0,023	-0,177	-0,019	0,771
12	PCT de alfabetizados	0,819	0,386	0,272	0,273	-0,481	-0,099	-0,529
Porcentagem da variância comum			24,2	44,7	61,6	77,2	91,3	100,0

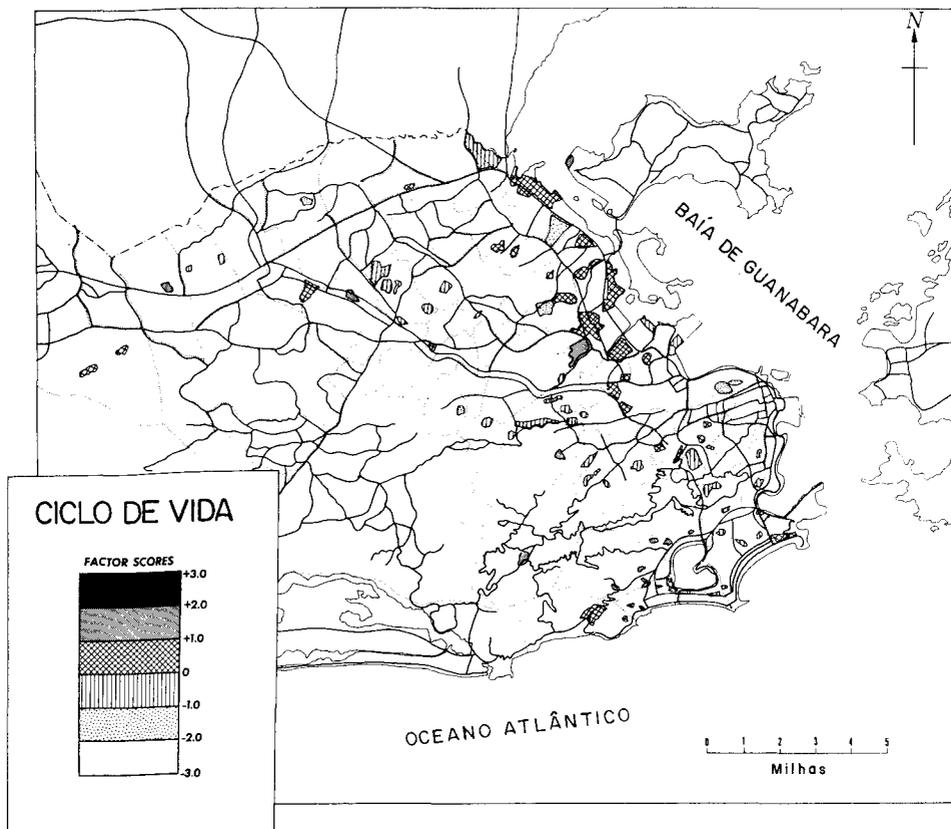


Fig. 10 — Mapa do Fator II, Ciclo de Vida — Favelas. (O sombreado mais claro indica população mais antiga).

O fator III é um fator de tamanho de família, ponderando o tamanho da família, cômodos por habitação e percentagem de estudantes (figura 11).

O fator IV é difícil de ser rotulado pois ele inclui as três variáveis da percentagem do casamento consensual, a percentagem na indústria e a percentagem de mulheres.

O fator V agrupa os rádios e a eletricidade.

O fator VI pondera negativamente a percentagem de alfabetizados com a percentagem de desempregados e pode ser chamado de fator de alfabetização.

A representação desses fatores em conjunto, sobre um gráfico de dispersão, não revela nenhum grupo ou padrão significativo, indicando que poucas generalizações podem ser feitas sobre a distribuição espacial das favelas e sua estrutura social.

O mapeamento do fator I (migração) (figura 9) mostra que as favelas mais estáveis se situam nas zonas de maior *status* social (figura 6), e que a configuração geográfica da migração interna nas favelas tende a ser o contrário das zonas. As zonas mais estáveis tendem a ter a mais alta proporção de migração interna recente em suas favelas.

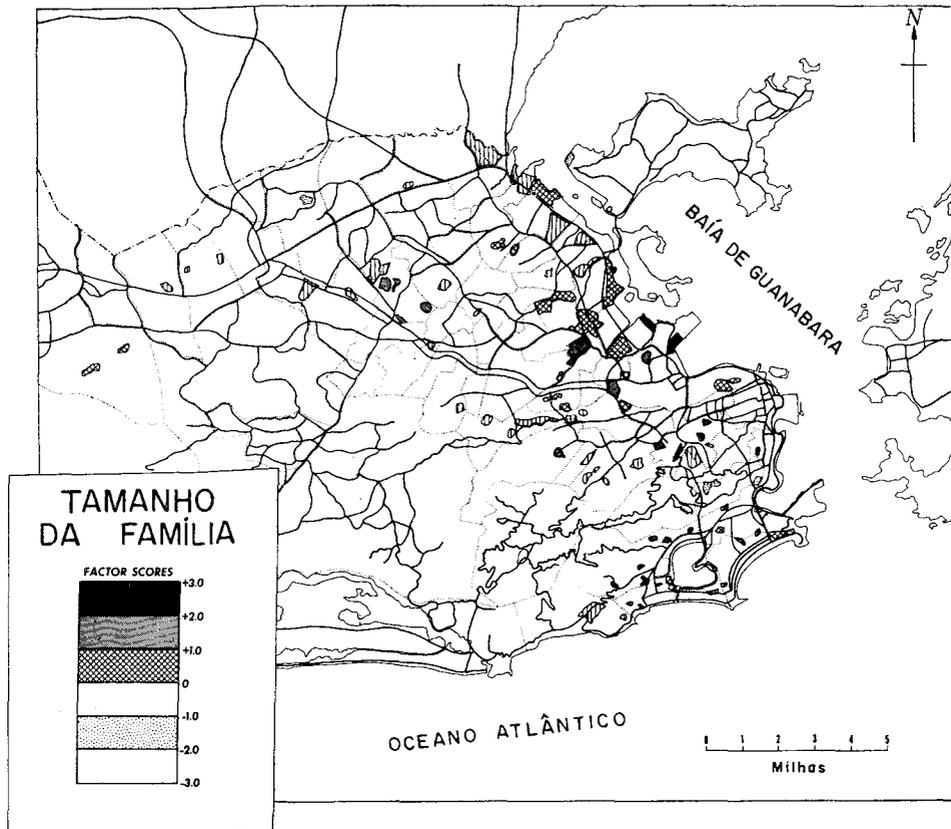


Fig. 11 — Mapa do Fator III, Tamanho das famílias — Favelas. (O sombreado indica famílias maiores).

A Quarta Análise: As Zonas e As Favelas Mutuamente Exclusivas

A quarta análise foi a das zonas e favelas consideradas como mutuamente exclusivas, considerando-se a cidade como se fosse composta de 121 unidades — umas, favelas e outras, zonas. (Tabelas 9 e 10.)

O fator I agrupa quatorze variáveis com cargas maiores que $\pm 0,500$. Este fator é virtualmente idêntico ao fator I da análise das zonas, menos as favelas.¹⁶ A única diferença nas variáveis é que aqui a população total pesa sobre o fator I, em vez de fazê-lo sobre o quarto fator. Este ainda é um fator misto de *status* socioeconômico e de ciclo de vida e pode ser visto mapeado na figura 12.

O segundo fator ainda é um fator de migração interna, que está mapeado na figura 13. O terceiro contém uma variável (a porcentagem de fogões a lenha pesando independentemente) e o quarto fator tem as variáveis do tamanho de família e a porcentagem de estudantes sendo basicamente um índice da idade da família. Isto está mapeado na figura 14.

Examinando as três análises das zonas, consideradas apenas de uma maneira global, ou com as favelas mutuamente exclusivas, várias coisas se tornam claras sobre o ambiente social do Rio. Em primeiro

16 Compare tabela 6, com a tabela 10.

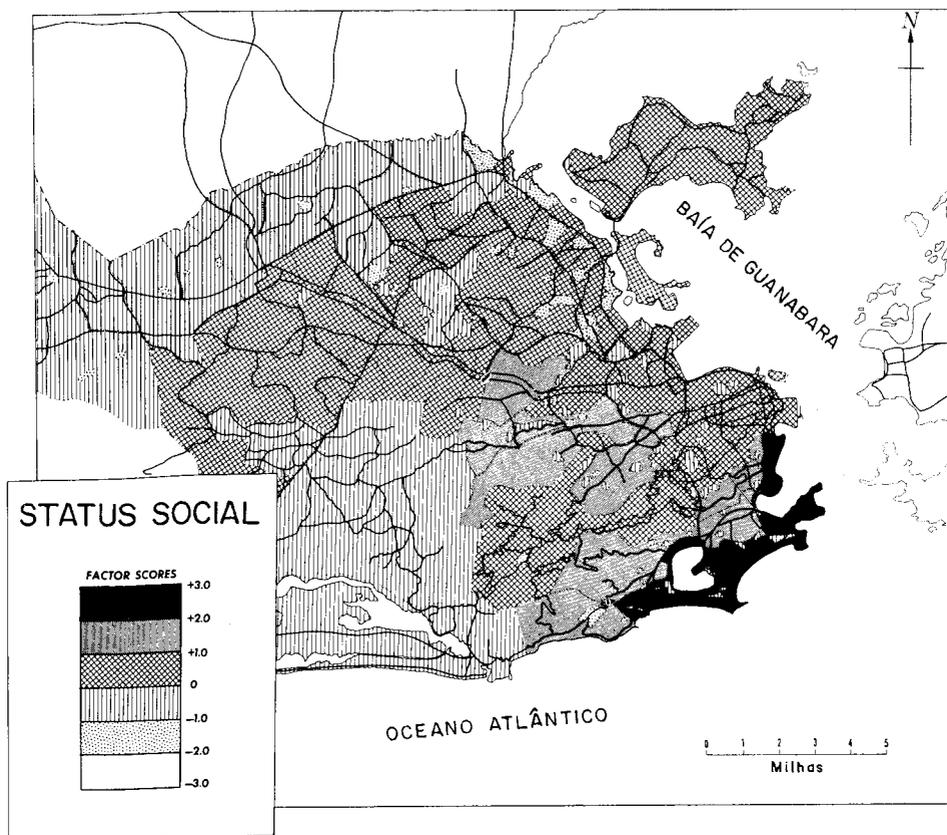


Fig. 12 — Mapa do Fator I, status socioeconômico, Zonas e Favelas exclusive reciprocamente. (O sombreado mais escuro indica status mais elevado).

TABELA 9
Matriz de Coeficientes de Correlação
Zonas e Favelas Mutuamente Exclusivas

Variáveis	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	
1. Idade média	1,000																						
2. PCT de mulheres	0,519	1,000																					
3. PCT alienígenos	-0,104	0,140	1,000																				
4. PCT na GB 1 ano	0,074	0,229	0,718	1,000																			
5. PCT na GB 1 a 5 anos	-0,221	-0,004	0,820	0,716	1,000																		
6. PCT menores de 15 anos	-0,971	-0,471	0,093	-0,083	0,231	1,000																	
7. PCT de mais de 60 anos	0,926	0,461	-0,267	-0,104	-0,381	-0,941	1,000																
8. AVE tamanho médio família	-0,594	-0,130	-0,164	-0,185	-0,088	0,580	-0,543	1,000															
9. PCT casamentos consensuais	-0,737	-0,407	0,397	0,118	0,394	0,738	-0,771	0,201	1,000														
10. PCT na indústria	-0,693	-0,477	0,080	-0,189	0,142	0,604	-0,622	0,329	0,497	1,000													
11. PCT de desempregados	0,058	-0,185	-0,577	-0,385	-0,401	-0,042	0,218	0,081	-0,298	-0,055	1,000												
12. PCT de alfabetizados	0,828	0,410	-0,429	-0,104	-0,448	-0,842	0,829	-0,312	-0,907	-0,661	0,199	1,000											
13. PCT de estudantes	-0,032	0,116	-0,539	-0,281	-0,433	0,029	0,068	0,454	-0,467	-0,167	0,328	0,397	1,000										
14. PCT ocupação pelos proprietários	-0,549	-0,067	0,537	0,311	0,530	0,568	-0,620	0,273	0,678	0,417	-0,282	-0,712	-0,334	1,000									
15. RMS cômodos por habitantes	0,721	0,628	-0,208	0,111	-0,254	-0,715	0,681	-0,065	-0,818	-0,670	0,127	0,822	0,466	-0,468	1,000								
16. PCT de fogão de lenha	-0,439	-0,229	0,085	-0,106	0,020	0,440	-0,416	0,122	0,538	0,203	-0,062	-0,525	-0,045	0,150	-0,416	1,000							
17. PCT de eletricidade	0,530	0,285	-0,396	-0,292	-0,462	-0,561	0,614	-0,164	-0,603	-0,420	0,220	0,612	0,275	-0,605	0,553	-0,301	1,000						
18. PCT de refrigeradores	0,878	0,575	-0,234	0,064	-0,291	-0,882	0,847	-0,366	-0,838	-0,747	0,121	0,899	0,282	-0,582	0,890	-0,465	0,610	1,000					
19. PCT de rádios	0,677	0,374	-0,443	-0,229	-0,498	-0,698	0,713	-0,150	-0,758	-0,555	0,240	0,794	0,391	-0,562	0,745	-0,487	0,861	0,784	1,000				
20. PCT de água	0,802	0,425	-0,443	-0,133	-0,445	-0,818	0,822	-0,270	-0,852	-0,645	0,298	0,919	0,347	-0,594	0,800	-0,503	0,666	0,880	0,846	1,000			
21. PCT casados maiores de 15 anos	-0,767	-0,687	-0,112	-0,178	0,069	0,793	-0,741	0,359	0,517	0,618	0,078	-0,589	-0,008	0,352	-0,632	0,216	-0,398	-0,708	-0,499	-0,575	1,000		
22. População total	0,611	0,332	-0,216	-0,004	-0,280	-0,621	0,617	-0,329	-0,555	-0,450	0,150	0,636	0,109	-0,410	0,524	-0,421	0,457	0,590	0,566	0,647	-0,451	1,000	

TABELA 10

Cargas Fatoriais

Zonas e Favelas Mutuamente Exclusivas

N.º	Variáveis	Fatores				
	Nome	Comuni- dade	I	II	III	IV
18	PCT refrigeradores	0,928	0,919	-0,125	0,262	-0,008
6	PCT menores de 15 anos	0,960	-0,879	0,079	-0,224	0,361
1	idade média	0,945	0,876	-0,071	0,218	-0,354
15	Cômodos por habitação	0,918	0,866	-0,053	0,251	0,318
21	PCT casados maiores de 15 anos	0,803	-0,865	-0,155	0,110	0,134
7	PCT de mais 60 anos	0,919	0,834	-0,268	0,202	-0,332
12	PCT de alfabetização	0,919	0,820	-0,332	0,369	0,001
10	PCT na indústria	0,649	-0,805	-0,020	0,018	0,030
20	PCT de água	0,899	0,796	-0,347	0,381	0,010
9	PCT casamentos consensuais	0,860	-0,738	0,328	-0,440	-0,115
2	PCT de mulheres	0,701	0,736	0,315	-0,106	0,222
19	PCT de rádio	0,805	0,719	-0,403	0,339	0,103
17	PCT de eletricidade	0,584	0,590	-0,454	0,171	0,002
22	População total	0,535	0,562	-0,172	0,398	-0,177
3	PCT de alienígenas	0,874	-0,089	0,905	-0,099	-0,192
5	PCT na GB 1 a 5 anos	0,803	-0,238	0,854	0,086	-0,101
4	PCT na GB 1 ano	0,754	0,128	0,846	0,148	-0,032
11	PCT de desempregados	0,444	-0,027	-0,619	0,234	0,074
14	PCT ocupação pelos proprietários	0,663	-0,531	0,596	-0,070	0,145
16	PCT de fogões a lenha	0,843	-0,283	-0,055	-0,872	0,006
8	Tamanho médio de família	0,821	-0,363	-0,071	-0,047	0,826
	Porcentagem da variância comum		54,1	77,8	88,9	100,0

lugar, misturando-se as favelas dentro das zonas como se fossem unidades que não pudessem ser separadas, distorce-se seriamente o quadro da ecologia humana da cidade. Esta distorção, em parte, ocorre por causa da variação de tamanho das favelas em relação a suas zonas respectivas. Em alguns casos, a zona é muito maior que a favela, de maneira que sua inclusão não tem nenhum peso estatístico. Em outros, a favela é tão grande que ela virtualmente sobrepassa a zona.

A comparação das figuras 6 e 12 mostra como esta variação atua em relação às áreas de *status*. Em geral, a tendência para um *status* mais alto na zona sul é a mesma, mas algumas zonas, na figura 6, aparentam possuir um *status* alto que na figura 14 não aparece. A figura 12 dá um quadro muito mais preciso das áreas de *status* da cidade.

As figuras 7 e 13 mostram o mesmo padrão geral de migração interna com uma diferença importante. A migração interna, como o *status*, está em regra geral relacionada à centralidade, com exceção da periferia da cidade, e a importantíssima exceção das favelas.

Como foi observado acima, as favelas mostram um índice muito mais alto de migração interna quanto mais longe do centro. Isto pode ser facilmente entendido se analisado em termos de disponibilidade de terra. As terras que podiam ser utilizadas para o crescimento de favelas nas áreas centrais foram de há muito ocupadas, de modo que os recém-chegados tiveram que procurar espaço mais adiante, ao passo que os bairros, especialmente os da zona sul, experimentaram uma grande fase de reconstrução com uma forte expansão vertical, fornecendo espaço para os migrantes internos com meios financeiros.¹⁷

As figuras 8 e 14 não são perfeitamente comparáveis, pois a primeira mostra um fator de ciclo de vida geral, enquanto a figura 14 é

17 A recente expansão para o oeste ao longo das áreas de praias referidas anteriormente (vide nota, p. 65) é uma indicação de como as outras áreas estão chegando ao ponto de saturação, como indicam os dados da densidade populacional. Em 1960 Copacabana tinha 41.329 pessoas por km²; Ipanema: 29.977; Leblon: 18.550; Leme: 15.612; Flamengo: 26.982.

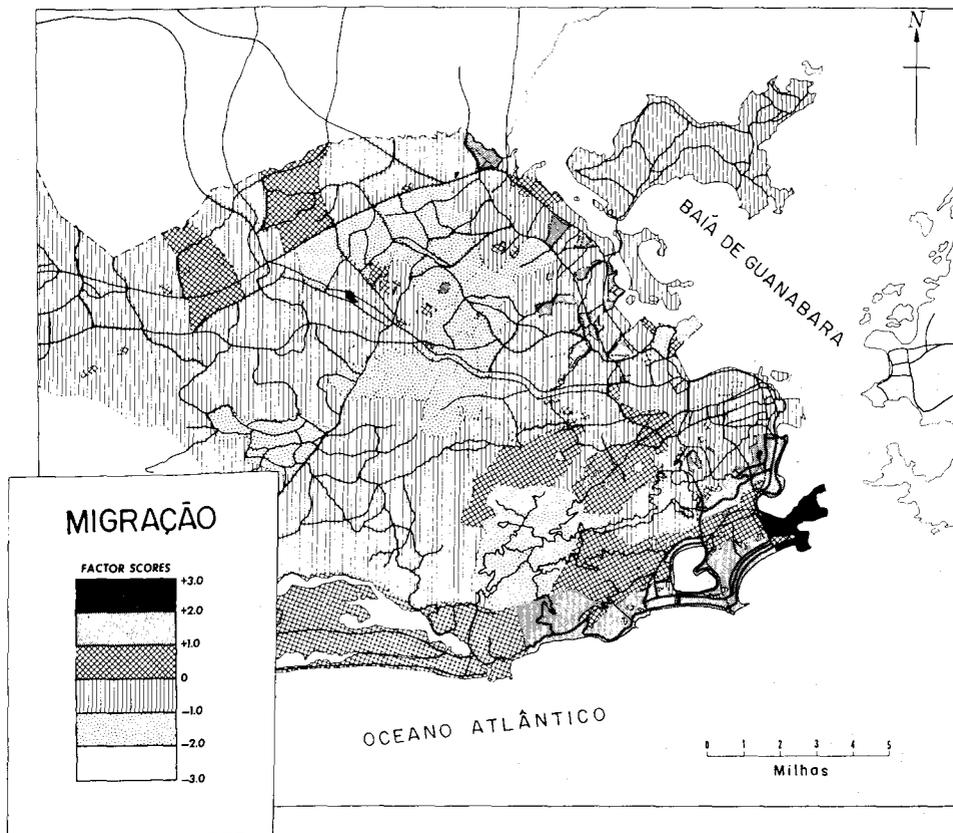


Fig. 13 — Mapa do Fator II, Migração — Zonas e Favelas — exclusive reciprocamente. (O sombreado mais escuro indica maior migração, menor estabilidade).

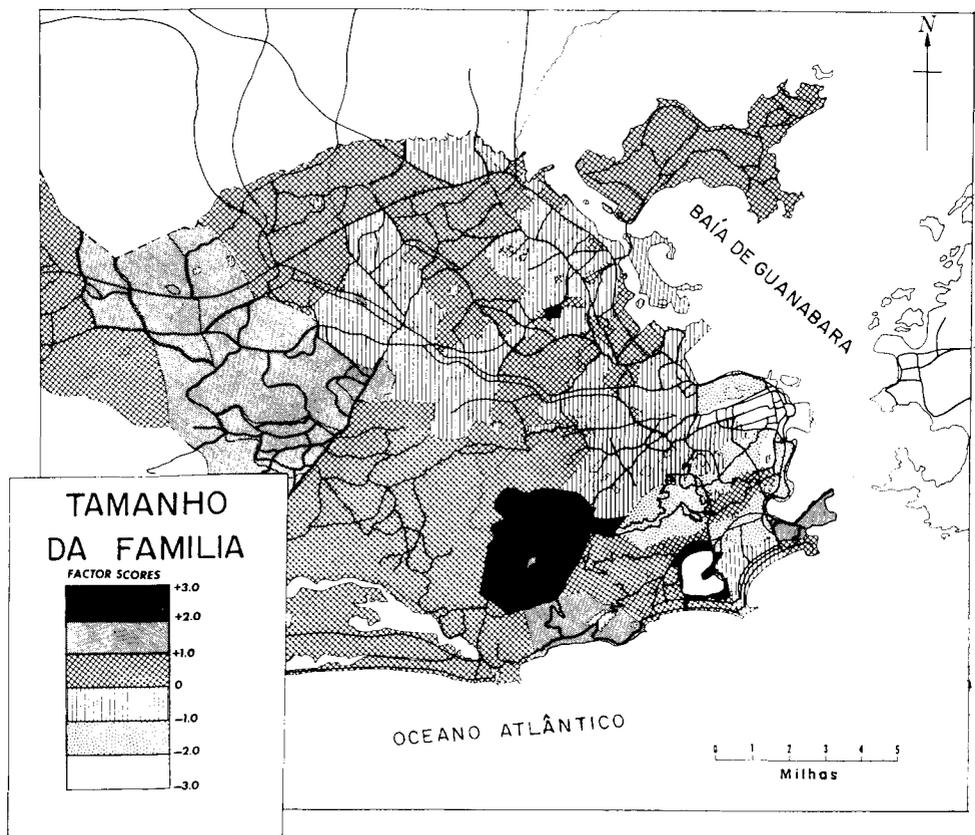


Fig. 14 — Mapa do Fator IV, Idade Família — Zonas e Favelas exclusive reciprocamente. (O sombreado mais escuro indica famílias mais jovens e numerosas).

um fator mais restrito de tamanho de família. Ambos são notáveis na homogeneidade da cidade como um todo. O centro da cidade é a principal exceção nas duas figuras. A figura 14 mostra uma impressionante similaridade no tamanho de família entre a maioria das zonas e suas respectivas favelas.

Quando o fator I (*status*) é representado graficamente junto com o fator II (migração), a comparação da figura 15 (zonas incluindo favelas) com a figura 16 (zonas e favelas mutuamente exclusivas), mostra ainda como a concentração das favelas distorce o quadro. A figura 16 revela alguns grupos significativos de bairros e mostra como as favelas estão, na realidade, *fora* dos padrões dos bairros.

Na figura 17 temos o fator I (*status*) representado graficamente com o fator III (ciclo de vida) para as zonas mais as favelas. A figura 18 é a representação do fator I com o fator IV (tamanho de família) da análise da matriz de 121 unidades. Novamente vários grupos aparecem, com as favelas em geral ficando fora, embora tendendo a se misturar com zonas de áreas da periferia.

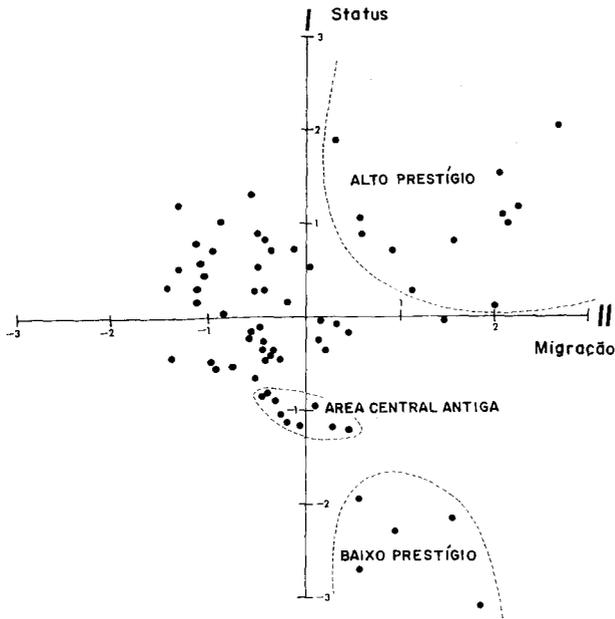
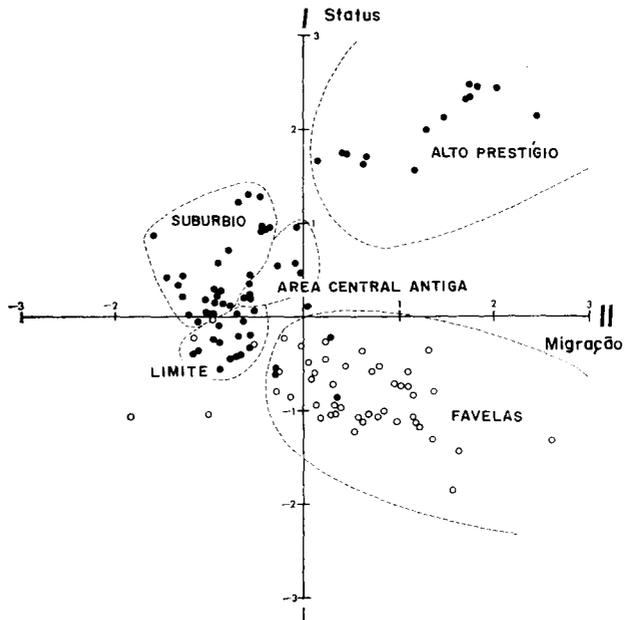


Fig. 15 — Fator I (Status) plotado sobre o Fator II (Migração) — zonas.

Fig. 16 — Fator I (Status) plotado sobre Fator II (Migração) — zonas e favelas — exc. recíp. (Os círculos abertos representam favelas).



Quando o fator de migração (II) é representado juntamente com o fator de ciclo de vida (III) para as zonas incluindo as favelas, o resultado é o da figura 19. A figura 20 representa a migração com o tamanho de família (II e IV) para a matriz das 121 unidades. Neste caso, os grupamentos são bastante semelhantes, exceto para o quadrante

Fig. 17 — Fator I (status) versus Fator III (Ciclo de Vida) — zonas.

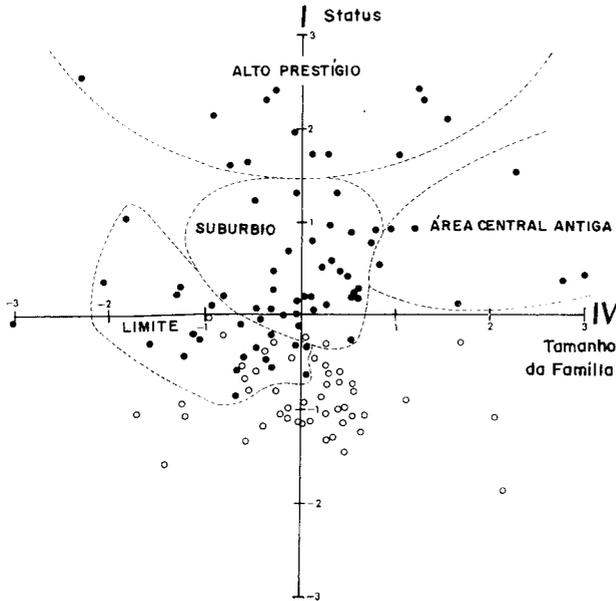
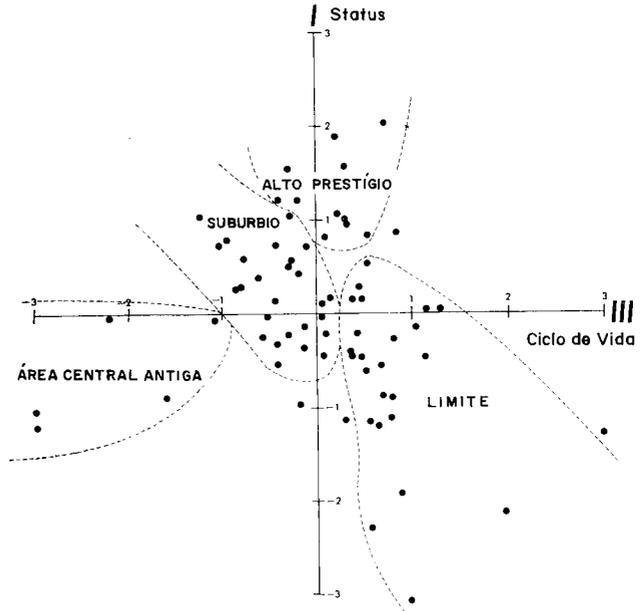


Fig. 18 — Fator I (Status) versus Fator IV (Tamanho de família) — zonas e favelas — exc. recip. (Os círculos abertos representam favelas).

superior direito onde aparece um novo grupo de bairros de praia. Mas o que mais se destaca aqui é a similaridade entre as favelas e as áreas de prestígio e litorâneas em oposição ao resto da cidade. Elas estão intermisturadas e agrupadas na parte superior dos dois quadrantes da figura 20.

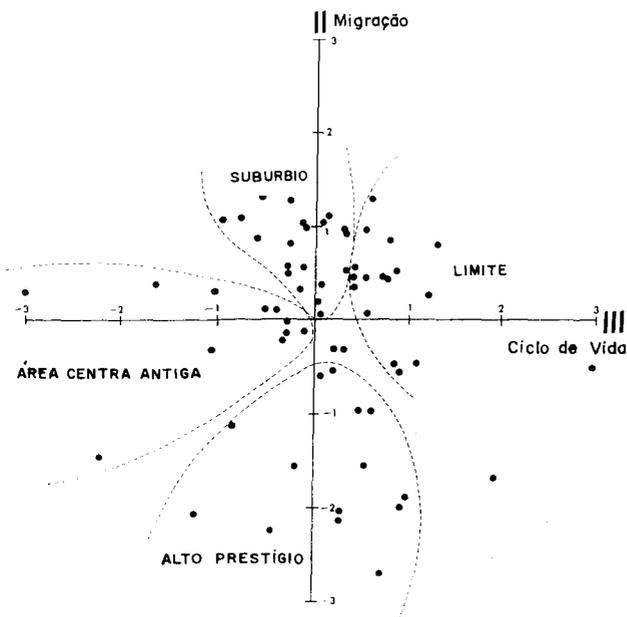
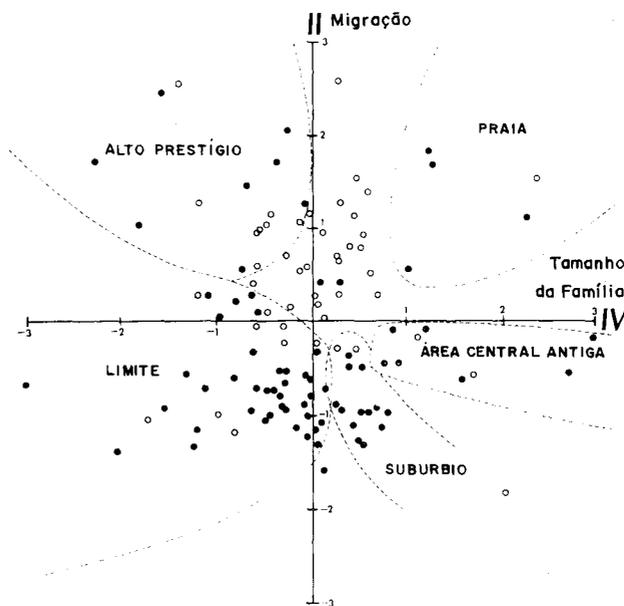


Fig. 19 — Fator II (Migração) versus Fator III (Ciclo de Vida) — zonas.

Fig. 20 — Fator II (Migração) versus Fator IV (Tamanho de Família) — zonas e favelas excl. recip. (O tamanho da família diminui da esquerda para a direita).



Resumo

Pareceria que a cidade do Rio de Janeiro tem certos padrões de espaçamento social que são vistos dentro dos padrões das zonas. O "Status" está relacionado com a centralidade, e a cidade apresenta bastante homogeneidade no que se refere ao ciclo-de-vida, com exceção do Centro da Cidade. As favelas não estão especialmente relacionadas aos padrões básicos, mas antes, espalhadas "no topo" da própria cidade, impostas, mas não integradas, dentro dos padrões do espaço social da cidade.

O FATOR ÉTNICO

A raça no Brasil

O Brasil se orgulha de ser uma “democracia racial”. E embora não se precise ficar muito tempo no Brasil para distinguir uma padronização social ao longo das linhas raciais, deve-se reconhecer que a situação racial no Brasil é completamente diferente da situação dos Estados Unidos e que muita da harmonia racial caracteriza esta parte do cenário nacional.

Smith observa que logo após a Abolição, e principalmente na primeira metade do século XX, nasceu no Brasil um “verdadeiro culto à igualdade racial”.¹ O culto congrega a maioria dos intelectuais do país e a maioria de seus líderes políticos. “Embora não tenha sido formalizado e não exista nenhum credo escrito, duas doutrinas fundamentais, ambas destinadas a assegurar a igualdade racial, parecem ter aceitação geral: (1) Em nenhuma circunstância se deve admitir que existe uma discriminação racial no Brasil, e (2) qualquer expressão de discriminação racial que porventura possa aparecer deve ser sempre atacada como não-brasileira.”²

Esta religião nacional de igualdade não significa, obviamente, que não exista discriminação, mas ela serve para lutar contra uma forma mais aberta e maior de discriminação racial e, na verdade, parece servir, até certo grau, como uma profecia auto-realizável e para criar uma aceitação popular da mistura racial na maioria das classes.¹ A atitude dos primeiros colonizadores portugueses em relação à raça e a instituição da escravatura, da maneira como se desenvolveu e foi discutido no Capítulo III, forneceu base inicial para a mistura racial. Esta foi, sem dúvida, condicionada pela experiência que os portugueses tiveram sob a ocupação moura, quando por muitos séculos o casamento com uma pessoa de cor era freqüentemente um meio de subir na escala social.

Entretanto, a sociedade no Brasil foi, por longo tempo, muito tradicional, havendo poucas oportunidades para uma mobilidade social. Assim, quando os escravos foram libertados em 1888, lhes foram apresentadas poucas oportunidades para melhorar sua posição social. A falta geral de recursos educacionais para todo o povo brasileiro conspirou principalmente contra aqueles que estavam na base da pirâmide, resultando daí que, hoje, quanto mais baixa a escala social, mais escura é a população. E, inversamente, quanto mais alta mais branca é a população. Deve-se acrescentar, entretanto, que isto não é o resultado de uma discriminação institucionalizada contra grupos raciais, mas o resultado de uma ordem social feudal e patriarcal.

Um dos resultados do “culto da igualdade racial” foi uma certa soma de dificuldades na identificação e na enumeração da população,

1 Smith, *Brasil*, p. 66.

2 *IBID.*

3 A formação racial da elite brasileira ainda não foi afetada por essas misturas e o processo de seleção de cônjuges deste grupo é mais que adequado para garantir sua “pureza racial”.

para fins sociológicos, de acordo com a formação racial. O IBGE fez a seguinte observação quanto aos dados de censo que ele fornece:

Para evitar interpretações errôneas, deve ser lembrado que não existem barreiras de preconceitos raciais no Brasil que dividam os brancos dos não-brancos como ocorre nos Estados Unidos e que no Rio a classificação de “branco” é dada com uma liberdade que seria inconcebível em Washington. Pode-se presumir que um estudo feito de conformidade com critérios objetivos mostraria uma proporção de brancos inferior ao da indicada pelo censo.⁴

O censo utiliza, na verdade, quatro categorias para a raça, ou seja brancos, pretos, pardos e amarelos. O grupo amarelo é constituído quase que exclusivamente por japoneses e é estatisticamente insignificante no Rio. As outras três categorias apresentam, entretanto, sérios problemas para a elaboração de um quadro preciso da constituição racial da população. Por exemplo, na elaboração do censo, a classificação quanto à cor é dada pelo próprio recenseado. E isto, em si, em virtude do *status* social melhorado, faz com que muitos se declarem brancos apesar de outros assim não os considerarem. Pierson, baseado em pesquisas feitas na Bahia, observou que de 500 pessoas que se declaravam brancas, somente 340 (68%) pareciam sê-lo em fotografias. Os outros eram, aparentemente, uma mistura de tipos caucasianos e africanos ou indianos.⁵

Marvin Harris mostrou que entre o povo brasileiro a raça não é determinada por uma “regra de descendência” como nos Estados Unidos, mas por uma combinação de aparência física e de classe a qual determina a identidade racial de um brasileiro. Mas seu estudo indica que, na verdade, a possibilidade de determinar exatamente este método de classificação é muito remoto. Em uma cidadezinha da Bahia ele encontrou o uso de *quarenta* termos diferentes para descrever racialmente três irmãs e, além disso, os mesmos informantes usaram muitas vezes classificações diferentes quando inquiridos com um intervalo de várias semanas entre as entrevistas.⁶

Assim, quando se chega aos dados do censo deve-se levar em conta que as categorias branco-preto estão sujeitas a uma ambigüidade considerável e que não têm o mesmo significado nem objetivo nem subjetivo do que nos Estados Unidos, por exemplo.

Distribuição racial no Rio

O censo de 1960 utilizado neste estudo fornece estatísticas sobre a cidade do Rio de Janeiro, de acordo com as categorias de cor citadas acima. Entretanto, elas não são discriminadas pelas zonas e por isso não puderam ser incluídas na análise fatorial. Mas mesmo um exame superficial das diferenças na composição racial da cidade como um todo e das favelas mostra que a raça é um importante elemento da ecologia da cidade (vide tabela 11).

Nas favelas são encontradas mais do dobro da percentagem de não-brancos do que na cidade, considerada como um todo.

4 IBGE (Rio de Janeiro, 1961) 169, citado por Marvin Harris em “Racial Identity in Brazil”, *Luso Brazilian Review* (Madison, Wisconsin: Vol. 1, N.º 2, Dezembro, 1964) 21-28.

5 Citado por Arthur Ramos, “The Negro in Brazil,” em *Brazil: Portrait*, p. 129.

6 Harris, “Racial Identity”, p. 21-28.

TABELA 11

Distribuição Racial no Rio: 1960

Grupo	Cidade (Porcentagem)	Favelas (Porcentagem)
Branços	70,1	38,6
Pretos	11,2	38,1
Pardos	18,3	33,1

FONTE: *Censo Demográfico de 1960* (Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1968) Série Regional, I e IV.

Ainda mais reveladora é a porcentagem da população total por grupos raciais que habita as favelas.

O censo de 1960 mostra que 10,2% da cidade do Rio reside em favelas. (Isto é obviamente uma cifra baixa demais, como foi demonstrado na discussão sobre as favelas do Capítulo IV.) Mas o mesmo censo mostra que somente 5,6% da população branca da cidade mora nas favelas, enquanto que 25,5% dos pretos e 18,4% dos pardos (um total de 21,1% de não-brancos) estão nas favelas. Uma observação da cidade indica que, não fosse a relativamente alta proporção de empregadas domésticas (que estão predominantemente nas faixas mais escuras da população) ⁷ que vivem no próprio emprego, o desequilíbrio seria ainda maior.

Em 1952, um dos principais sociólogos brasileiros, L. A. Costa Pinto, publicou um estudo intitulado *O Negro no Rio de Janeiro*. Este trabalho utilizou os dados do censo de 1940 para informações sobre a distribuição racial para a cidade. Embora as fronteiras das zonas tenham mudado desde então, o estudo é bastante revelador com relação ao elemento étnico da ecologia do Rio. A distribuição da cidade por setores, em 1940, aparece na tabela 12.

TABELA 12

Distribuição dos Grupos Étnicos no Rio: 1940

Setores	Branços	Pretos	Pardos
	(Porcentagem)	(Porcentagem)	(Porcentagem)
Noroeste	61,79	13,05	25,03
Sudoeste	68,73	17,00	14,39
Nordeste	72,96	8,80	18,16
Oeste	75,77	13,56	10,84
Sudeste	76,44	10,86	12,62
Centro-oeste	77,70	7,41	14,82
Centro-este	80,66	6,44	12,79

FONTE: Pinto, *O Negro*, p. 122.

⁷ L. A. Costa Pinto, *O Negro no Rio de Janeiro* (São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1952) mostra que 61,73% das empregadas domésticas do Rio em 1940 eram não-brancas (p. 127).

Um estudo mais detalhado da segregação ecológica por cor agrupa as diferentes zonas de 1940 de acordo com a percentagem de não-brancos. (Vide tabela 13.) Os grupos são constituídos de acordo com a variação para mais ou para menos do ponto mediano da cidade de 27%.

Pinto observa que a maioria das zonas no grupo E estão no Centro da Cidade, e que somente a Gamboa, entre as zonas centrais, não está neste grupo.

O referido sociólogo também pensa que a única razão para que áreas como Copacabana, Espírito Santo e Santa Teresa estejam no grupo D é a alta proporção de empregadas domésticas encontradas nestas áreas economicamente favorecidas. De outro modo, elas provavelmente estariam no grupo E. O grupo C está tão perto do ponto mediano que pode ser encarado como "típico".

Os grupos B e A estão tão distantes do ponto mediano que oferecem uma evidência conclusiva de um padrão de distribuição racial determinado por fatores outros que não a distribuição ocasional.

Embora em todos os casos as zonas não sejam as mesmas daquelas do censo de 1960, é claro que, com exceção das favelas, a distribuição racial está relacionada com a centralidade que, como já vimos, está limitada pelo *status*. Ou, inversamente, a raça está relacionada com o

TABELA 13

Índice de Segregação por Cor no Rio de Janeiro, por Zonas: 1940

Zonas	Percentagem
	<i>Grupo A: Mais de 40% de não-brancos</i>
Pavuna	46,42
Anchieta	41,06
Madureira	40,44
	<i>Grupo B: Mais de 30% de não-brancos</i>
Gávea	34,62
Piedade	30,55
Gamboa	30,51
Irajá	30,27
	<i>Grupo C: Mais de 27% de não-brancos</i>
Engenho Novo	28,84
Rio Comprido	28,62
Tijuca	28,43
	<i>Grupo D: Mais de 20% de não-brancos</i>
Meier	26,18
Lagoa	25,13
São Cristovão	24,59
Inhaúma	22,52
Copacabana	21,07
Espírito Santo	21,05
Santa Teresa	20,81
	<i>Grupo E: Menos de 20% de não-brancos</i>
Penha	19,14
Andaraí	19,49
Engenho Velho	17,79
Santa Rita	15,73
Ajudá	15,69
Santo Antônio	15,10
Candelária	14,79
Santana	12,95
São Domingos	12,26
Sacramento	12,03
São José	10,50

FONTE: Pinto, *O Negro*, p. 139.

status que está, por sua vez, relacionado com a centralidade. E pode-se facilmente supor que as demarcações seriam ainda mais definidas racialmente se não fosse a alta incidência de não-brancos nas geograficamente onipresentes favelas e pela presença de empregados não-brancos vivendo em zonas do mais alto *status*. Mas, como foi observado mais cedo, isto não implica necessariamente na segregação residencial com bases raciais na sociedade brasileira, mas tanto no caso das favelas quanto no dos bairros reflete provavelmente sobretudo as distinções de classe da ordem social na qual os grupos não-brancos não foram capazes de se elevar a partir de sua posição pré-abolição no início da escala social.⁸

CAPÍTULO VII

CONCLUSÕES

Embora o estágio de desenvolvimento de teorias urbanas não nos permita chegar a conclusões definitivas em estudos desta natureza, a responsabilidade de pesquisa requer que se procure resumir os resultados de qualquer estudo sério para que outros possam tirar o melhor proveito dos esforços dispendidos.

Pode-se observar que as hipóteses de Sjoberg¹ sobre a cidade pré-industrial, transicional e industrial são ratificados por este estudo do Rio, e que os padrões ecológicos do Rio podem ser bem melhor compreendidos à luz dessas hipóteses.

Embora as cidades brasileiras em geral não tenham seguido uma rígida rede de padrões como o fizeram suas congêneres espanholas, a evidência indica que para as elites coloniais das cidades brasileiras a centralidade era o mais importante. O desejo e a necessidade de estar perto das fontes de poder, tanto secular como eclesiástica, resultou num padrão de localização residencial que colocou as elites no centro da cidade.

E embora o período de prosperidade trazido pelo ouro no século dezoito tenha feito com que as classes mais altas se mudassem para as áreas mais abertas da várzea e da Tijuca, resultando na construção de chácaras nesse período, a centralidade continuou sendo importante e a maioria das boas famílias mantiveram uma residência no centro, apesar de construírem uma casa mais confortável um pouco mais longe. E, naturalmente, essas chácaras não estavam, na realidade, muito longe do centro.

A cidade ainda hoje reflete muitos dos traços descritos por Sjoberg como típicos do tipo ideal da cidade pré-industrial. O padrão dominante das famílias brasileiras de hoje, tanto da classe alta como da baixa, é impressionantemente parecido ao da hipótese de Sjoberg. Os vínculos de parentescos continuam a ser decisivos na burocracia, no governo, nos empregos etc. Os artesãos ainda podem ser encontrados (sapateiros, costureiras etc.), embora estejam diminuindo rapidamente em número. A religião católica romana tradicional continua a encontrar seus adeptos mais fervorosos entre a classe mais alta (mulheres), e as práticas mágicas ocupam um lugar vital na vida do povo, "pois nessa esfera, o

8 Deve-se saber que existem indicações atuais de atitudes de superioridade branca na língua e na cultura brasileiras. O trabalho de Pinto documenta muitos exemplos disto. Mas pode-se continuar argumentando que no Brasil as classes brancas baixas não estão em melhores condições que as classes mais baixas de não-brancos, por melhor que possa ser qualquer grupo.

1 Gideon Sjoberg, "Cities in Developing and Industrial Societies," em *Urbanization*, Hauser and Schoore, 209-264.

homem procura não refazer a ordem natural e social, mas antes se adaptar a ela, e para isso ele recorre a uma variedade de práticas mágicas. As mágicas de proteção servem para manter o mundo calmo; através da mágica de predição procura-se determinar como evitar a perturbação do equilíbrio natural no futuro".² Os milhares de seguidores da Umbanda, a mistura brasileira de animismo e catolicismo popular, no Rio, são um testemunho eloqüente da importância dos elementos mágicos na cultura carioca.³

O crescimento impressionante dos grupos religiosos Pentecostais, com sua ênfase nos fenômenos e curas religiosas, parece também ajudar a manter a noção de *adaptação* à ordem social, em vez de reformulá-la.

Ao mesmo tempo, o Rio está mostrando sinais óbvios do impacto da industrialização sobre a ordem social. O enorme influxo de pessoas procedentes das áreas rurais é o resultado das vantagens econômicas, educacionais e sociais que o Rio oferece como um centro de modernização. Embora muitos desses migrantes internos se encontrem em situação de terrível miséria, a verdade é que a grande maioria, mesmo o mais miserável favelado, está em melhor situação na cidade do que nos lugares que ela deixou.

Sjoberg observa que, durante o período de transição, um certo número de processos diferentes ocorrem mais ou menos simultaneamente: "(1) a persistência das formas tradicionais, (2) revisões ou modificações das formas tradicionais, (3) desaparecimento das formas tradicionais, e (4) emergência de novas estruturas."⁴ Estas fases são certamente constatadas no Rio de hoje.

Como foi visto no Capítulo IV, as favelas fornecem a arena para tais processos de transição e adaptação. Isto está também conforme com a teoria de Sjoberg, na qual enclaves e subsistemas se formam, através dos quais os recém-chegados são orientados para o novo mundo da cidade, e através dos quais o cidadão mantém vínculos com as tradições de seu passado rural.

Embora muitos hoje possam ver o Rio de Janeiro como uma cidade industrial, em termos de sua organização social, este continua a manter muitas das características da cidade pré-industrial e da cidade transicional, apresentando relativamente poucos dos padrões que se espera encontrar em uma cidade do "tipo" industrial, embora eles possam estar emergindo.

A teoria de Burgess sobre a expansão do crescimento de cidades no qual existe um relacionamento direto entre o *status* socioeconômico, e a distância do centro parece ser mais ou menos apropriada à cidade industrial, mas ela não se aplica de maneira alguma ao Rio de Janeiro de hoje. No Rio, de acordo com os resultados da ecologia fatorial feita com base nos dados do censo de 1960, o *status* está claramente relacionado com a centralidade.

Contudo, deve ser observado que desde 1900 o centro efetivamente se mudou (ou melhor, um *segundo* centro maior apareceu), com a abertura dos túneis para Copacabana e as zonas balneárias da Zona Sul.

Pode-se, ao mesmo tempo, propor a hipótese de que o fato das montanhas existentes no coração da cidade terem, efetivamente, isolado essas áreas não permitindo um desenvolvimento urbano considerável até

2 IBID, p. 219.

3 É também evidência eloqüente da capacidade do homem em compartimentar sua vida, como o fazem muitos dos adeptos da Umbanda que vivem sua vida diária como parte de um ordenamento industrial e tecnológico.

4 Sjoberg, "Cities" p. 224.

o século XX, talvez tenham sido elas simplesmente preservadas para a expansão "suburbana" de uma era industrial. Isto é, o fato de que grande extensão de terra perto do centro tenha se tornado disponível (pela abertura dos túneis), fez com que aquilo que poderia ter sido uma expansão suburbana pela elite, a la Burgess, permanecesse perto do centro da cidade e, na verdade, pudesse criar um novo centro. O fato adicional de que essas terras possuem um valor muito alto pelas suas amenidades (as praias e um microclima mais frio) ⁵ permitiu que a elite carioca pudesse ter as duas coisas: amenidades das áreas de prestígio e centralidade.

Hoje, contudo, esta área está se superlotando rapidamente e um processo de sucessão está em caminho, com os grupos da classe média e alta já ocupando muitos dos apartamentos em Copacabana. A área de grande prestígio está progredindo mais adiante ao longo da praia, formando o setor "Costa de Ouro" a la Hoyt. Como foi dito anteriormente, está sendo aberto um novo túnel que fornecerá acesso mais fácil para a praia mais próxima, Barra da Tijuca, e tudo indica que esta será a próxima área de prestígio.

Este padrão de áreas de elite que mudam coincide com as observações de Amato sobre os padrões habitacionais de elite em Bogotá, Quito, Lima e Santiago. ⁶ E a expansão de serviços sociais para essas áreas, como por exemplo estradas, túneis, água, esgoto etc., mesmo quando outras muitas áreas da cidade (por exemplo, as favelas) estejam desprovidas dessas amenidades, confirmariam sua tese de que o interesse das classes mais altas é um fator dominante para o desenvolvimento urbano nas cidades da América Latina.

Áreas de Futuros Estudos

Seria bom repetir a análise fatorial quando os dados do censo de 1970 estivessem disponíveis para constatar se as mudanças esperadas ocorreram. Se melhores dados estiverem disponíveis sobre a distribuição étnica na cidade, seria muito útil constatar a espécie de mudanças raciais que tiveram lugar desde o estudo de Pinto baseado no censo de 1940.

Um campo muito mais favorável ao futuro estudo seria a seleção de zonas e favelas de igual classificação nos escores fatoriais, seguido de pesquisa dentro das mesmas para acompanhar os efeitos residuais sobre a conduta social dos tipos de casa, densidade, mobilidade etc.

Um cotejo de áreas do Rio com partes comparáveis de cidades de outras culturas forneceria material utilizável sobre o papel desempenhado pelos elementos culturais nos padrões ecológicos de cidades.

A técnica da ecologia fatorial demonstrou sua utilidade neste estudo, principalmente no mapeamento dos padrões ecológicos da cidade. Suas limitações mais sérias parecem estar relacionadas com a inadequação de dados, por via de que a análise fatorial pode facilmente fornecer um quadro falso da ecologia da cidade. Assim, nos pareceria que um conhecimento mais profundo da cidade torna-se necessário para evitar uma confiabilidade cega e possivelmente errônea nos dados agregados.

⁵ Nos meses de verão a temperatura na Zona Sul perto das praias é freqüentemente de 10 a 15 graus mais baixa que no antigo Centro da Cidade ou na Zona Norte.

⁶ Peter W. Amato, "Elitism and Settlement Patterns in the Latin American City", *Journal of the American Institute of Planners*, XXXVI, N.º 2, março de 1970, pp. 96-105.

ANEXO A

LISTA DE ZONAS (BAIRROS)

<i>N.º</i>	<i>Nome</i>	<i>N.º</i>	<i>Nome</i>
1.	Barra da Tijuca	38.	Del Castilho
2.	Copacabana	39.	Encantado
3.	Gávea	40.	Engenho da Rainha
4.	Ipanema	41.	Engenho de Dentro
5.	Lagoa	42.	Engenho Novo
6.	Leblon	43.	Inhaúma
7.	Leme	44.	Jacarezinho
8.	Niemeyer	45.	Lins de Vasconcelos
9.	Benfica	46.	Méier
10.	Bonsucesso	47.	Piedade
11.	Brás de Pina	48.	Riachuelo
12.	Caju	49.	Bento Ribeiro
13.	Cordovil	50.	Cascadura
14.	Higienópolis	51.	Cavalcante
15.	Olaria	52.	Guadalupe
16.	Penha	53.	Madureira
17.	Ramos	54.	Marechal Hermes
18.	São Cristóvão	55.	Osvaldo Cruz
19.	Vigário Geral	56.	Quintino Bocaiúva
20.	Centro	57.	Rocha Miranda
21.	Gamboa	58.	Freguesia
22.	Manguê	59.	Praça Seca
23.	Santa Teresa	60.	Taquara
24.	Botafogo	61.	Valqueire
25.	Catete	62.	Bangu
26.	Flamengo	63.	Magalhães Bastos
27.	Laranjeiras	64.	Padre Miguel
28.	Urca	65.	Realengo
29.	Alto da Boa Vista	66.	Coelho Neto
30.	Andaraí	67.	Irajá
31.	Grajaú	68.	Vicente de Carvalho
32.	Maracanã	69.	Vila da Penha
33.	Rio Comprido	70.	Anchieta
34.	Tijuca	71.	Barros Filho
35.	Vila Isabel	72.	Pavuna
36.	Abolição	73.	Ricardo de Albuquerque
37.	Cachambi	74.	Governador

ANEXO B

LISTA DE VARIÁVEIS USADAS NA ANÁLISE

Abreviação usada nas análises de computador e nas tabelas do texto.

<i>N.º</i>	<i>do texto</i>	<i>Definição</i>
1.	Idade Média	Média de idade da população em anos.
2.	PCT de mulheres	% da população feminina
3.	PCT alienígenos	% da população nascida fora da GB
4.	PCT na GB 1 ano	% da população do Estado de menos de 1 ano
5.	PCT na GB 1 a 5 anos	% da população do Estado entre 1 e 5 anos
6.	PCT menores de 15 anos	% da população abaixo de 15 anos de idade
7.	PCT de mais de 60 anos	% da população de 60 anos de idade ou mais
8.	tamanho médio de família	tamanho médio da família
9.	PCT de casamentos consensuais	% de mulheres em casamento consensual
10.	PCT na indústria	% da força de trabalho ativa na indústria
11.	PCT de desempregados	% da força de trabalho ativa desempregada
12.	PCT alfabetizados	% da população de mais de 5 anos que sabe ler e escrever.
13.	PCT de estudantes	% da população de 5 anos de idade ou mais que está na escola
14.	PCT ocupação pelos proprietários	% de casas ocupadas pelos proprietários (casa própria)
15.	Cômodos por habitação	Média de número de cômodos por habitação
16.	PCT de fogão a lenha	% de todas as casas que usam fogão a lenha
17.	PCT eletricidade	% de casas que tenham eletricidade
18.	PCT refrigerador	% das casas que tenham refrigerador
19.	PCT de rádio	% de casas que tenham rádio
20.	PCT de água	% das casas que tenham conexão com o sistema municipal de águas
21.	PCT casados maiores de 15 anos	% das mulheres acima de 15 anos de idade que se declarem casadas, no civil, no religioso ou consensualmente.
22.	população total	População da zona ou favela em 1960.

BIBLIOGRAFIA

- ABRAMS, Charles. *Man's Struggle for Shelter*. Cambridge: M.I.T. Press, 1964.
- AMATO, Peter W. "Elitism and Settlement Patterns in the Latin American City." *Journal of the American Institute of Planners*, XXXVI, No. 2 (Março de 1970). 96-105.
- BELL, Wendell. "The Social Areas of the San Francisco Bay Region." *American Sociological Review*, XVIII (fevereiro de 1953), 39-47.
- BERNARDES, Lysia Maria Cavalcanti. "Posição Geográfica." *Rio de Janeiro em Seus Quatrocentos Anos*. Editado por Fernando Nascimento Silva. Rio de Janeiro: Distribuidora Record, 1965.
- BERRY, Brian J. L. "Cities of Systems within Systems of Cities." *Papers and Proceedings*, Regional Science Association, XIII, 147-163.
- "City Size and Economic Development: Conceptual Synthesis and Policy Problems." *Urbanization and National Development*. Beverly Hills, California: Sage Publications, Inc., 1970.
- BERRY, Brian J. L., e Rees, Philip H. "The Factorial Ecology of Calcutta." Trabalho não publicado, Center for Urban Studies, University of Chicago, março de 1969.
- BRADY, Claudio. "A História." *Rio de Janeiro em Seus Quatrocentos Anos*. Editado por Fernando Nascimento Silva. Rio de Janeiro: Distribuidora Record, 1965.
- Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 1 de julho de 1961.
- DAVIS, Kingsley. "The Urbanization of the Human Population." *Urbanism in World Perspective: A Reader*. Editado por Sylvia Fleis Fava. New York: Thomas Y. Crowell Company, 1968.
- DUNCAN, Otis D., e Beverly. *The Negro Population of Chicago*. Chicago: University of Chicago Press, 1957.
- Estado de São Paulo*. "Aspectos Humanos da Favela Carioca." Suplemento Especial, 13 e 15 de abril, 1960.
- FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mocambos*. São Paulo, 1936.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1959.
- GEIGER Pedro Pinchas. *Evolução da Rede Urbana Brasileira*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos 1963.
- GEORGE, Pierre. *Précis de Géographie Urbaine*. Paris: Presses Universitaire de France, 1961.

- GUIMARÃES, Alberto Passos. "As Favelas do Distrito Federal." *Revista Brasileira de Estatística*. Rio de Janeiro: Ano XIV (julho-setembro, 1953).
- HARRIS, Marvin. "Racial Identity in Brazil." *Luso-Brazilian Review*. Madison, Wisconsin: Vol. 1, No. 2, (dezembro, 1964).
- HOYT, Homer. *One Hundred Years of Land Values in Chicago*. Chicago: University of Chicago Press, 1933.
- Instituto Brasileiro de Estatística. Anuário Estatístico do Brasil*. Rio de Janeiro, 1957.
- *Anuário Estatístico do Brasil*. Rio de Janeiro, 1967.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasil: Sinopse Preliminar do Censo Demográfico*. Rio de Janeiro, 1960.
- *Censo Demográfico de 1960. Série Regional, I, 1.^a parte*, 1968.
- *Censo Demográfico de 1960. Série Especial, IV*, 1968.
- JAMES, Preston, *Latin America*. New York: The Odyssey Press, 1959.
- LEWIS, Oscar. "Further Observations on the Folk-Urban Continuum and Urbanization with Special Reference to Mexico City." *A Study of Urbanization*. Editado por Philip M. Hauser e Leo F. Schnore. New York: John Wiley and Sons, Inc., 1965.
- MANGIN, William. "Squatter Settlements." *Scientific American*. Vol. 219 (outubro, 1967) 19-25.
- MEDINA, Carlos Alberto de. *A Favela e o Demagogo*. São Paulo: Livraria Martins, 1964.
- MURALHA, Pedro. *Portugal no Brasil*. Lisboa: Tipografia Luso-Gráfica. n.d.
- PARK, Robert E. "Human Ecology." *American Journal of Sociology*, XLII (julho, 1936).
- PINTO, L. A. Costa. *O Negro no Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1952.
- POPPINO, Rollie E. *Brazil, the Land and People*. New York: Oxford University Press, 1968.
- Pyle, Gerald F. "Approaches to Understanding the Urban Roots of Brazil." Trabalho não publicado apresentado ao National Conference of Latin Americanist Geographers at Ball State University, Muncie, Indiana, 30 de abril, — 3 de Maio de 1970.
- RAMOS, Arthur, "The Negro in Brazil." *Brazil: Portrait of Half a Continent*. Editado por T. Lynn Smith e Alexander Marchant. New York: Dryden Press, 1951.

- REES, Philip H. "Factorial Ecology: An Extended Definition, Survey and Critique of the Field." Trabalho não publicado, apresentado no encontro da International Geographical Union Commission on Quantitative Methods at Ann Arbor, Michigan, 8-10 de agosto, 1969.
- REIS, José Oliveira. "As Administrações Municipais e o Desenvolvimento Urbano." *Rio de Janeiro em Seus Quatrocentos Anos*. Editado por Fernando Nascimento Silva. Rio de Janeiro: Distribuidora Record, 1965.
- RIOS, José Artur. *Comentário*. Rio de Janeiro: Ano V, No. 1, 1964.
- "The Cities of Brazil." *Brazil: Portrait of Half a Continent*. Editado por T. Lynn Smith e Alexander Marchant. New York: Dryden Press, 1951.
- SCHMIDT, Carlos Borges. *O Meio Rural*. São Paulo, 1946.
- SCHNORE, Leo F. *The Urban Scene*. New York: Free Press, 1965.
- SHEVSKY, Eshref, e Bell, Wendell. *Social Area Analysis: Theory, Illustrative Application and Computational Procedures*. Stanford: Stanford University Press, 1955.
- SHEVSKY, Eshref, e Williams, Marianne. *The Social Areas of Lons Angeles: Analysis and Typology*. Berkeley: University of California Press, 1949.
- SILVA, Fernando Nascimento. "Dados de Geografia Carioca." *Rio de Janeiro em Seus Quatrocentos Anos*. Rio de Janeiro: Distribuidora Record, 1965.
- SJOBERG, Gideon. "Cities in Developing and Industrial Societies." *A Study of Urbanization*. Editado por Philip M. Hauser e Leo F. Schnore. New York: John Wiley and Sons, Inc., 1965.
- SMITH, T. Lynn. *Brazil: People and Institutions*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1963.
- SOARES, Maria Terezinha Segadas. "A Fisionomia das Unidades Urbanas." *Rio de Janeiro em Seus Quatrocentos Anos*. Editado por Fernando Nascimento Silva. Rio de Janeiro: Distribuidora Record, 1965.
- TANNENBAUM, Frank. *Slave and Citizen: The Negro in the Americas*. New York: Alfred A. Knopf, 1946.
- WAGLEY, Charles. *An Introduction to Brazil*. New York: Columbia University Press, 1963.
- WILLEMS, Emílio. "The Structure of the Brazilian Family." Trabalho apresentado no quinquagésimo encontro anual da Southern Sociological Society, Atlanta, Georgia, 28 de março de 1952.
- ZORBAUGH, Harvey N. "The Natural Areas of the City." *Publications of the American Sociological Society*, XX, 1926. 188-197.

AGRADECIMENTO

Meu interesse e amor pela cidade do Rio de Janeiro e pelo seu maravilhoso povo nasceu durante os quase cinco anos em que vivi na Cidade Maravilhosa e nos seus arredores. Quando voltei aos Estados Unidos e comecei a trabalhar em estudos urbanos, era natural que voltasse a minha atenção para o Rio, tanto como um caso de estudos, quanto como termo de comparação com o trabalho realizado principalmente por outras culturas.

Brian Berry me fez conhecer a ferramenta da análise fatorial como meio de compreensão da organização social de uma cidade e, além de fornecer a orientação para este projeto, conseguiu, generosamente, o necessário tempo de computador.

Devo, também, agradecimentos especiais a Gerald P. Pyle, não só pela generosa assistência dada como Cartógrafo do Centro de Estudos Urbanos, como também pelos conselhos, orientação e ajuda material na intrincada arte de lidar com modernos computadores.

Alexandre de Souza Costa Barros, Susan Davies e John Hughes deram sua indispensável assistência à preparação de mapas e ilustrações (As fotografias foram feitas e preparadas pelo autor).

Quero, ainda, agradecer muito especialmente à minha mulher Carol, que corporifica o melhor das culturas americana e brasileira e que auxiliou-me a persistir até o fim.

SUMMARY

This study tries to give a contribution to an increasing source of knowledge concerning with a manner of which the towns are growing and developing, and how the physical characteristics and economic-social forces are affecting such a growth and development.

The methodology of the factorial ecology (term assimilated by sociologists and geographers on 1920 decade, in the study of the man interaction with his environment, both physical and sociological) has been utilized since the decade of 1940, as a technique for the analysis of the urban areas.

The essence of this work reveals that the urban populations are differentiated by three concepts that SHEVSKY has called of social position, urbanization and segregation. For the analysis of each concept a rate is ascribed based on one to three variables related to census, which indicate the position of a census zone in the scales of economic, familiar and ethnic status.

It is utilized, now a day, the term factorial ecology to characterize the studies concerning to the application of factor analysis to ecological studies.

A data matrix is analyzed, which contains measures of m variables for each one of n observation units (census zones, districts...) with the purpose to: 1) Identify and summarize the common forms of variability of the m variables to a short number of independent r dimensions that reproduce this variant additionally; and 2) examine the score patterns of each one of n observation units in each one of r dimensions. The isolated dimensions are considered as an objective result of the analysis. The work seeks to employ the factor analysis as a tool on the understanding of human ecology of Rio de Janeiro. To dispose the results of this instrument on an effective perspective was initially given special attention to general forms of urban development of Lusitanian-Brasilian towns and thence to the general form or urban development of Rio. The factor analysis has as aim to provide additional introspection about the human ecology of the city in 1960, have also been made attempts of interpretation. The chapters that were approached are the followings: The Brazilian Urban System: The History of the Urban Development of Rio; The Growth and Development of the "Favelas"; The Social Geography of Rio de Janeiro; The Ethnic Factor.

Some conclusions are suggested: "One can observe that the hypothesis of SJOBERG about the pre-industrial-town, transitional and industrial, are ratified by this study, and that the ecological patterns of Rio can be better understood at the light of those hypothesis".

"At the same time Rio is showing obvious signs of industrialization impact on the social order. The great flow of people proceeding from the rural areas is the result of economic, educational and social advantages that Rio offers, as a modern center".

"In Rio, according to the results of factorial ecology, based on 1960 census data, the status is clearly related to centrality, outpointing areas for further studies:

"It would be better to repeat the factor analysis when the 1970 census data were available to verify if the expected changes had occurred".

"A comparison of the areas of Rio with comparables parts of others towns of different cultures would provide useful material on the role played by cultural elements in ecological patterns of the towns".

Versão de Joaquim Quadros Franca.

RESUMÉ

Cette étude cherche à apporter une contribution au croissant capital de connaissances sur la façon par laquelle les villes poussent et se développent, et de quelle manière les caractéristiques physiques et les forces sociales et économiques affectent cette croissance et ce développement.

La méthodologie de l'écologie factoriale (terme absorbé par les sociologues et les géographes, dans la década de 1920, dans l'étude de l'interaction de l'homme avec son milieu ambiant, tant physique, comme socialement), a été utilisé depuis la década de 1940, avec technique pour l'analyse des surfaces urbaines.

Le cerne de ce travail c'est le concept de que les populations urbaines sont distinguées par trois idées que chevsky a nommé de Position social, urbanisation et segregation. Dans l'analyse de chaque concept est attribué un indice basé en une à trois censitaires variables qui indiquent la position d'une zone censitaire dans les échelles des "status" économique familier et ethnique.

On utilise aujourd'hui le terme ecologie factoriale pour caractériser les études qui concernent l'application de l'analyse factoriale à des études écologiques.

Une source de données est analysée contenant des mesures de m variables pour chacune des n unités d'observation (zones censitaires quartiers) dans le but de: 1) identifier et resumer les formes communes de variabilité des m variables à un petit nombre de dimensions r , indépendantes qui additionnellement reproduisent cette variante et; 2) examinant les patrons des supports de chacune des n unités d'observation en chacune des dimensions r . Les dimensions isolées sont un résultat objectif de l'analyse. Le travail cherche à utiliser l'analyse factorielle comme un outil, dans la compréhension de l'écologie humaine de la ville de Rio de Janeiro.

Pour disposer les résultats de cet instrument dans une perspective valable, on a donné initialement une attention spéciale aux formes générales de développement des villes luso-brésiliennes et de là à la forme générale de développement urbain de Rio. Les analyses factorielles ont eu pour but de procurer une introspection additionnelle quant à l'écologie humaine de la ville, en 1960, ayant été faits aussi des tentatives d'interprétation. Les chapitres abordés sont les suivants: Le Système Urbain Brésilien; l'Histoire du Développement Urbain de Rio; La Croissance et le Développement des "Bidonvilles"; la Géographie sociale de Rio de Janeiro; Le Facteur Ethnique.

On suggère quelques conclusions: "On peut observer que les hypothèses de Sjoberg sur la ville-pré-industrielle-transitionnelle et industrielle sont ratifiées par cette étude de Rio, et que les modèles écologiques de Rio peuvent être bien mieux compris en vue de ces hypothèses.

"En même temps, Rio montre des signes évident de l'impact de l'industrialisation sur l'ordre social. L'énorme afflux de personnes précédentes des zones rurales est le résultat des avantages économiques éducationnels et sociaux que Rio offre comme un centre de modernisation."

"A Rio, d'accord avec les résultats de l'écologie factorielle basés dans les données du recensement de 1960, le "status" est clairement relationné avec la centralisation et on indique les sujets d'études postérieures:

Ce serait intéressant de répéter l'analyse factorielle quand les données du recensement de 1970 seront disponibles pour constater si les changements attendus ont eu lieu.

Une confrontation des zones de Rio avec des parties comparables des villes d'autres cultures, fournirait un matériel utilisable sur le rôle joué par les éléments culturels sur les modèles écologiques des villes.

Versão de Maria Cecília Bandeira de Mello.